



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Psicologia**  
**Departamento de Psicologia Clínica**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**Relacionamento amoroso e socioeducação: uma análise a partir da experiência de  
inserção ecológica com estudo de casos múltiplos**

William Gualberto Gonçalves de Souza

Brasília – DF,  
Outubro de 2020



**Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**Relacionamento amoroso e socioeducação: uma análise a partir da experiência de  
inserção ecológica com estudo de casos múltiplos**

William Gualberto Gonçalves de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Sheila Giardini Murta

Co-orientadora: Silvia Lordello

Brasília – DF,  
Outubro de 2020

**Relacionamento amoroso e socioeducação: uma análise a partir da experiência de  
inserção ecológica com estudo de casos múltiplos**

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sheila Giardini Murta  
Universidade de Brasília – UnB  
Presidente da Banca

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Miriam Cássia Mendonça Pondaag  
Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB  
Membro Titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tatiana Yokoy de Souza  
Universidade de Brasília – UnB  
Membro Titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra<sup>a</sup>. Isabela Machado Silva  
Universidade de Brasília – UnB  
Membro Suplente

## **Agradecimentos**

A Deus, por ter me fortalecido, protegido e cuidado. É sempre bom olhar para fora, pela janela, e ver a beleza da Sua criação. A vida sempre é inspiradora e viver tem sido uma bênção!

À minha orientadora, Sheila Murta, tenho tanta gratidão pelas palavras de incentivo, por validar ideias, por me provocar a amadurecer outras. Nossa... foi uma trajetória intensa e maravilhosa! Tantas vezes me acalmou. Serei, por toda a vida, grato a você.

À minha co-orientadora, Silvia Lordello, obrigado pela parceria, por me corrigir e alertar sobre a minha implicação na inserção ecológica. Além disso, toda a sua vitalidade e comprometimento foram motivadores para o meu processo proximal e pelos efeitos de competência produzidos em mim.

Aos membros da minha banca Profa. Dra. Isabela Machado, Profa. Dra. Miriam Pondaag e Profa. Dra. Tatiana Yokoy, as admiro tanto, é maravilhoso ser inspirado por suas contribuições e receber seus feedbacks.

Às colegas da Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Algumas foram tão gentis em se disponibilizarem a ler o que eu produzi e me deram importantes feedbacks, em especial, Thaywane, Lara, Luciana e Danielle.

À minha banca (simulada), Giordana, Nádia e Rafael. Vocês me ajudaram a ter um pouco mais de coragem na minha reta final e me apresentar mais no texto da Dissertação. Agradeço também ao José Marcelo, à Cláudia, à Hareli. Vocês foram fatores protetivos nessa minha jornada.

Aos integrantes do grupo de estudo GE.SVIDA, vocês me instigam com tantas discussões e me fazem perceber a relevância da ciência da prevenção em vários contextos. Além disso, me inspiram a produzir conhecimento com rigor e engajamento.

À Vara de Execução de Medida Socioeducativas, à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, à Unidade em que a pesquisa foi realizada que por meio de seus gestores e representantes autorizaram a realização desta pesquisa e acreditaram em seu potencial transformador.

Às minhas professoras, vocês foram especiais. Foi uma maravilhosa oportunidade ter estudado com as Profas. Dras. Larissa Polejack, Maria Lourdes Bandeira, Silviane Barbatto, Isabela Machado, Silvia Lordello, Sheila Murta e Dayane Galato.

Às servidoras e adolescentes do sistema socioeducativo, vocês foram gentis e cuidadosas comigo. Dividiram seu tempo, impressões, angústias e esperanças de um modo tão honesto, espero corresponder com as expectativas no que tange a pôr em palavras tanta vida!

Às minhas amigas e amigos do sistema socioeducativo que foram fundamentais para eu olhar o meu corpus de pesquisa. Agradeço, em especial, à Monique Martins, Luana Aline, Karol Abraham, Carol Plentz, Raycley e Jonir. Vocês foram incentivadores, acreditam no meu potencial e se configuraram como uma base segura para a qual eu sei que posso retornar para ter coragem e enfrentar os desafios.

Ao Governo do Distrito Federal que deferiu o meu afastamento na fase final do Mestrado para realização da pesquisa e escrita da presente Dissertação.

Às mulheres de minha vida. Obrigado mãe por ter me protegido e cuidado tanto de mim, você me inspirou desde a minha primeira memória a estudar e acreditar que os estudos podiam mudar a nossa realidade. Eu acho que se eu tivesse duas vidas e as dedicasse à senhora, ainda assim ficaria em dívida. Obrigado Cássia, minha esposa, você é generosa. Por dois anos eu andei sumido de casa (em virtude do mestrado) e sempre recebi seu apoio, te admiro muito. Eu te amo muito e espero que fiquemos velhinhos juntos! Maria Luisa e Laura Lis, minhas princesas, vocês são uma inesgotável fonte de motivação, tenho trabalhado duro para deixar um mundo menos desigual e mais justo para vocês.

Novamente eu agradeço a Deus, tenho uma rede de pessoas maravilhosas que se eu fosse nomear cada uma, teria que dedicar várias e várias páginas para isso!

## Epígrafe

Durante a inserção ecológica me peguei ouvindo as adolescentes cantarem apaixonadamente dentro de seus quartos. Marília Mendonça estava sempre presente no repertório. As letras eram importantes símbolos mediadores do sentido atribuído ao relacionamento. Apresento abaixo a letra de uma das canções frequentemente cantada:

Todo mundo vai sofrer

A garrafa precisa do copo  
O copo precisa da mesa  
A mesa precisa de mim  
E eu preciso da cerveja

Igual eu preciso dele  
Na minha vida  
Mas quanto mais eu vou atrás  
Mais ele pisa

Então já que é assim  
Se por ele eu sofro sem pausa  
Quem quiser me amar  
Também vai sofrer nessa bagaça

Quem eu quero, não me quer  
Quem me quer, não vou querer  
Ninguém vai sofrer sozinho  
Todo mundo vai sofrer

Composição de: Diego Silveira, Junior Gomes, Lari Ferreira e Renno Poeta

Interpretada por: Marília Mendonça

## Resumo da Dissertação

A compreensão a respeito dos fatores de risco que condicionam o envolvimento com atos infracionais demonstra ser um importante passo tanto no desenvolvimento de ações preventivas, como também na estruturação de programas de atendimento ao adolescente que cometeu um ato infracional. Os relacionamentos amorosos têm sido descritos com um fator de risco, em especial, para o envolvimento feminino com atos infracionais. Por tal motivo, a presente dissertação buscou analisar os impactos do relacionamento amoroso na trajetória de vida e no cumprimento da medida socioeducativa de internação de adolescentes do sexo feminino. Para o cumprimento deste objetivo realizou-se revisão narrativa da literatura científica e pesquisa empírica. A pesquisa empírica foi conduzida em uma unidade de internação mista. Os dados foram estruturados por uma metodologia qualitativa composta por dois métodos: estudo de caso múltiplos e inserção ecológica. Os dados coletados foram analisados por meio da análise temática. O capítulo 1 consiste em uma revisão narrativa da literatura científica e aborda os fatores do relacionamento amoroso que condicionam risco ou proteção ao envolvimento com atos infracionais bem como o impacto do relacionamento amoroso no cumprimento de medida socioeducativa. Os estudos científicos apontaram que o público feminino estaria mais vulnerável a vivenciar experiências no namoro que ocasionam risco para envolvimento com atos infracionais. Além disso, houve mais registros de que seria o público masculino quem teria mais benefícios do relacionamento amoroso sobre o cumprimento de medida socioeducativa. O capítulo 2 teve por objetivo analisar aspectos de vida e do relacionamento amoroso de adolescentes em medida socioeducativa de internação que foram apreendidas com seus parceiros, a fim de compreender mecanismos que ocasionariam risco. Os dados da pesquisa foram provenientes de entrevistas narrativas realizadas com 3 adolescentes, indicadores da inserção ecológica foram utilizados para validação das interpretações a respeito das entrevistas. A lente interpretativa foi a Teoria do Apego. Observou-se que a fuga do lar foi um evento central para o envolvimento das adolescentes com atos infracionais, sendo que o relacionamento amoroso figurou como motivador ou mantenedor da distância do lar. Subjacente a esse fenômeno, foi possível observar que a história de vida das adolescentes já carregava eventos com potencial de fragilizar os vínculos familiares, sem que tivessem recebido atenção de aparelhos e serviços estatais para essa demanda. O capítulo 3 foca em compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Os dados empíricos foram provenientes da realização de inserção ecológica. A inserção ecológica é um método de pesquisa e intervenção com enfoque no desenvolvimento humano sistêmico e contextual a partir da imersão no contexto. Para sua consecução o pesquisador passou cerca de 100h no campo de pesquisa, divididas em 32 visitas, as quais cobriram cerca de 4 meses. Houve o contato sistemático com 25 pessoas (14 adolescentes e 11 servidoras) durante a pesquisa. A lente interpretativa foi a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Os dados apontaram que a violência cumpre com várias funções no relacionamento e afeta o desenvolvimento de competências psicossociais. A unidade não dispunha de intervenção sistemática que abordasse prevenção à violência no namoro, apesar de relacionamentos amorosos aparecerem como um componente do projeto de vida das adolescentes. Novos estudos podem se dedicar a analisar mecanismos que facilitam a transição para relações amorosas não violentas. Além disso, avalia-se por pertinente aprofundar o conhecimento sobre o impacto de produtos culturais sobre as expectativas frente ao relacionamento amoroso de adolescentes do sexo feminino que se envolveram com atos infracionais. Por fim, compreende-se que: a prevenção de atos infracionais deve ser promovida pela garantia de direitos e de vida digna; e que as relações de gênero precisam constar como tema transversal dentro da política pública de socioeducação.



**Palavras-chave:** Relacionamento amoroso, Adolescência, Gênero, Socioeducação.

### *Abstract*

The comprehension about the risk factors that conditionate the involvement with infractional acts demonstrates to be an important step in the development of preventive actions, as well in the structuration of programs of care to the adolescent that committed an infractional act. The amorous relationships have been described as a risk factor, especially, for the feminine involvement with infractional acts. For this reason, the present dissertation sought to analyze the impacts of the amorous relationship on the life trajectory and on the compliance of the confinement in a socio-educational facility of female adolescents. To achieve this objective, a narrative revision of the scientific literature and empirical research was carried out. The empirical research was conducted in a mixed internment unity. The data were structured by a qualitative methodology composed of two methods: multiples case study and ecological insertion. The collected data were analyzed through thematic analysis. Chapter 1 consists of a narrative revision of scientific literature and a. roaches the factors of the amorous relationship that condition risk or protection to the involvement with infractional acts, and the impact of the amorous relationship in the compliance of socio-educational measure. The scientific studies pointed out that the feminine public would be more vulnerable to experiences in dating that cause risk for the involvement with infractional acts. Moreover, there were more records that it would be the male public who would benefit most from the amorous relationship over the compliance of socio-educational measure. Chapter 2 aimed to analyze life and amorous relationship aspects of teenagers in socio-educative measures of internment that were a. rehended with their partners in order to comprehend the mechanisms that would cause risk. The research data came from narrative interviews carried out with 3 adolescents, ecological insertion indicators were used to validate the interpretations regarding the interviews. The interpretive lens was the Attachment Theory. It was observed that the escape from home was a central event for the involvement of adolescents with infractional acts, being that the amorous relationship figured as a motivator or maintainer of the distance from home. Underlying this phenomenon, it was possible to observe that the life story of these adolescents already carried events with the potential to undermine the family bonds, without them having received attention from state a. aratus and services for this demand. Chapter 3 aims to comprehend how is manifested the violence in amorous relationships of adolescents who comply with social-educational internment measure. The empirical data came from ecological insertion. The ecological insertion is a research and intervention method focused on systemic human and contextual development from the immersion in the context. To its consecution the researcher spent about 100 hours in the research field, divided into 32 visits, which covered about 4 months. There was systematic contact with 25 people (14 adolescents and 11 servants), during the research. The interpretive lens was the Bioecological Theory of Human Development. The data pointed out that violence fulfills several functions in the relationship and affects the development of psychosocial skills. The unity did not have an intervention that a. roached prevention to violence in dating, although amorous relationships a. ear as a component to the project of life of the adolescents. New studies can be devoted to analyzing mechanisms that facilitate the transition to non-violent amorous relationships. Moreover, it is considered pertinent to deepen the knowledge about the impact of cultural products on the expectations regarding the amorous relationship of female adolescents who have been involved in infractional acts. Lastly, it is understood that: the prevention of infractions must be promoted by guaranteeing rights and a dignified life; gender relations need to be a transversal theme within the public policy of socio-education.

**Keywords:** Amorous relationship, Adolescence, Gender, Socio-education.

## **Lista de figuras e tabelas**

### Capítulo 2:

- Tabela 1: Trechos da entrevista que representam cada categoria temática.....70
- Figura 1: diagrama da relação história de vida x categoria temática.....76

### Capítulo 3:

- Tabela 2: Caracterização familiar e determinação de medida socioeducativa.....101

## **Lista de siglas**

CEP/CHS – Comitê de Ética na Pesquisa / Ciências Humanas e Sociais

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DP – Defensoria Pública

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ET – Equipe Técnica

IP- Internação Provisória

MP – Ministério Público

MSE – Medida Socioeducativa

NAI – Núcleo de Atendimento Integrado

NAIJUD – Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado Judicial ao Adolescente em Conflito com a Lei

PDASE – Plano Decenal do Atendimento Socioeducativo

. – Processo Proximal

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TA – Teoria do Apego

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TBDH – Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

## **Lista de Anexos**

- A. Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 1
- B. Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 2
- C. Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 3
- D. Parecer Comitê de Ética em Pesquisa – CHS
- E. Termo de Assentimento – Entrevista Narrativa (TA) para socioeducandas menores de idade;
- F. Termo de Assentimento – Inserção Ecológica (TA) para socioeducandas menores de idade
- G. Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para responsáveis por socioeducandas menores de idade;
- H. Roteiro para levantamento de dados de prontuário
- I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Inserção Ecológica (TCLE) para servidores, familiares e socioeducandas maiores de idade;
- J. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista Narrativa (TCLE) para socioeducandas maiores de idade.

## Sumário

Resumo da Dissertação.....	07
<i>Abstract</i> .....	09
Lista de figuras e tabelas.....	10
Lista de siglas.....	11
Lista de Anexos.....	12
Apresentação.....	16
Referências.....	21
Capítulo 1: Risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais: uma revisão narrativa.....	25
Resumo.....	26
<i>Abstract</i> .....	27
Introdução.....	28
Disposições Legais e Pedagógicas da Política Pública de Socioeducação.....	31
O namoro como risco ou proteção para o envolvimento com atos infracionais.....	35
O impacto do namoro no cumprimento da medida socioeducativa.....	40
Considerações finais:.....	44
Referências.....	49
Capítulo 2: “Tipo Bonnie e Clyde”: um estudo de casos múltiplos sobre namoro e envolvimento feminino com ato infracional.....	57
Resumo.....	58
<i>Abstract</i> .....	59
Introdução.....	60
A teoria do apego: um modelo desenvolvimental.....	62
Método.....	65

Delineamento.....	65
Participantes.....	65
Procedimentos.....	65
Instrumentos.....	67
Aspectos éticos.....	68
Análise de Dados.....	69
Resultados e Discussão.....	69
Apresentação dos casos.....	70
Iolanda.....	70
Emanuely.....	71
Nicole.....	73
Apresentação das categorias temáticas.....	74
A transição para a adolescência e o comportamento de risco.....	76
A atração por parceiro ligado à ilicitude.....	77
A fuga do lar decorrente da fragilização de vínculos.....	79
A influência do parceiro no envolvimento com atos infracionais.....	80
Considerações Finais.....	83
Referências.....	86
Capítulo 3: “Eu quero um amor”: um estudo sobre violência no namoro com as adolescentes em medida socioeducativa.....	92
Resumo.....	93
<i>Abstract</i> .....	94
Introdução.....	95
A teoria bioecológica do desenvolvimento humano.....	97
Método.....	99

Delineamento.....	99
Contexto.....	100
Participantes.....	100
Procedimentos.....	101
Instrumentos.....	103
Análise de dados.....	103
Aspectos éticos.....	104
Resultados e Discussão.....	104
Breve contextualização a respeito das adolescentes em cumprimento de internação.....	104
Relacionamentos amorosos na internação e Violência.....	106
A Experiência Prévia de Violência no namoro: “eu casei cabuloso”.....	109
As estratégias do atendimento socioeducativo para lidar com relacionamento amoroso.....	111
As múltiplas funções da violência.....	113
A internação como contexto para o desenvolvimento.....	115
O amor como projeto de vida na socioeducação.....	117
Considerações Finais.....	119
Referências.....	122
Considerações Finais.....	130
Realizando uma inserção ecológica: a implicação do pesquisador em um processo de desenvolvimento.....	135
Referências.....	137
Anexos.....	141



## **Apresentação**

O fazer profissional na socioeducação é perpassado por muitas inquietações. Tenho observado que os dispositivos legais têm nos desafiado a novas práticas e a questionar nosso lugar como socioeducadores. Ainda existem, porém, diversos obstáculos para uma socioeducação que garanta o acesso a direitos e seja promotora de saúde e de desenvolvimento. Sou profissional da socioeducação há quase 10 anos. Desde o início fui questionador da forma dita como “tradicional” do atendimento socioeducativo. As intervenções individualizadas, com uma subjacente assimetria das relações e com foco na investigação do que havia de errado na história de vida do adolescente, não eram adequadas a meu ver. Fico feliz em saber que outras colegas também tenham esta perspectiva e se impliquem no desenvolvimento de novas práticas e perspectivas (Costa, 2015; Vilarins, 2016).

Foi no atendimento socioeducativo prestado ao público feminino em uma Unidade de Internação Mista, que pude estruturar propostas diferentes e com as quais me identifiquei mais. Sempre fui muito feliz quando atuei com as adolescentes e vivi isso por três vezes durante minha carreira. Hoje sei que minha satisfação não era somente por conta do público, mas em virtude de todo o ambiente feminino. Um espaço no qual o cuidado e os sentimentos são permitidos e validados e, portanto, um ambiente em que é possível fazer uma socioeducação diferente. Nesse sentido, a dimensão das relações de gênero configura-se como um importante marcador sobre o tipo de atendimento socioeducativo prestado (Diniz, 2015; Vinuto, Abreo, & Gonçalves, 2017).

A prática profissional perpassou os temas e questões que orientaram a produção da presente Dissertação. Na estruturação do texto do capítulo 1, algumas pesquisadoras chamaram muito minha atenção ao longo do levantamento bibliográfico. Elas me mostraram como, por gerações, a condição de violência, de vida não digna e não garantia de direitos

marca crianças, adolescentes e suas mães. “Filhas do Mundo”, “A Casa das Bonecas” e “Meninas de Santa Maria” são obras que têm tantas similaridades que assustam, ainda que sejam produções que cubram períodos diferentes dos últimos 20 anos (Assis & Constantino, 2001; Diniz, 2017; Fachinetto, 2008). As autoras fizeram denúncias importantes sobre a punição designada por medida socioeducativas aos relacionamentos amorosos, sobre violência e exploração sexual de adolescentes do sexo feminino, sobre o envolvimento do casal com atos infracionais. Sinto grande responsabilidade em dar continuidade a essa empreitada acadêmica.

A minha primeira experiência profissional com o público feminino na socioeducação rendeu questionamento base para o segundo capítulo desta Dissertação. Eu estava designado para atender adolescentes do sexo feminino que estavam na condição de internação provisória. Era comum em suas narrativas que tivessem sido apreendidas juntamente com o namorado ou portando itens (drogas ou armas) para proteger o companheiro amoroso. Elas, em sua maioria, moravam com seus companheiros e estavam distantes de seu núcleo familiar. Era a partir da socioeducação que as genitoras podiam se reaproximar. Este fenômeno me fez questionar frequentemente o impacto desses relacionamentos na trajetória de vida das adolescentes.

Após esse primeiro ingresso profissional nos módulos femininos, fui convidado a gerenciar uma equipe técnica. Antes do meu aceite, havia ocorrido uma grave tentativa de fuga, momento em que uma colega agente socioeducativo ficou ferida. Lembro-me de que, durante a ligação de convite, houve a menção de que ninguém queria trabalhar com as meninas. O evento mencionado foi só um agravante dentre as diferentes formas estereotipadas de representar a adolescente que cumpria medida socioeducativa de internação. Elas seriam difíceis, desordeiras, indisciplinadas, manipuladoras, entre outras características, de acordo com alguns colegas.

Nesse contexto, conjuntamente com várias mulheres, pudemos estruturar um trabalho com o público feminino, tentando ser sensível às desigualdades das relações de gênero e levantando a temática de empoderamento feminino. Neste eixo, desenvolvemos um projeto chamado “Cine Sob Medida” em que escolhemos 12 filmes cuja protagonista era uma mulher. Um dos filmes que escolhemos foi “Preciosa: uma história de esperança”. Após a intervenção, fazíamos discussão sobre o filme. No dia da discussão deste filme, fiquei surpreso sobre as múltiplas e graves violências às quais aquelas adolescentes foram submetidas. Por conta dessa experiência, busquei analisar violência em relacionamento amoroso no Capítulo 3.

Além da relevância percebida em decorrência da minha prática profissional, é importante destacar que o relacionamento amoroso é uma dimensão de relação interpessoal que geralmente é inaugurada na adolescência (Giordano, 2003, Lordello & Costa, 2015). Em virtude das visões estereotipadas a respeito da adolescência, esse relacionamento muitas vezes não é visto como uma importante oportunidade de desenvolvimento (Shoen-Ferreira & Silveira, 2010). Além disso, historicamente, tratou-se desta dimensão como um fenômeno “natural”, percepção que invisibiliza os marcadores sócio-culturais que o circunscreve (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014). A invisibilidade das relações amorosas na adolescência dificulta a compreensão de manifestações que implicam risco ao desenvolvimento, tais como violência no relacionamento e a influência do par romântico no cometimento de atos infracionais.

Compreende-se o risco ao desenvolvimento como eventos, comportamentos e situações que em uma interação dinâmica com o sujeito pode trazer resultados adversos, sejam eles de natureza física, social ou emocional (Costa & Assis, 2006). O relacionamento amoroso, tais como outras relações, pode se configurar como risco ou proteção para o cometimento de um ato infracional (McCarthy & Casey, 2008). Ato infracional é a conduta tipificável como crime ou contravenção penal quando praticada por adolescente entre 12 e 18

anos (Brasil, 1990). O cometimento de um ato infracional pode gerar um processo de responsabilização especial, o qual será desenvolvido dentro da política pública de socioeducação. Responsabilização trata-se de um conceito polissêmico, nesse sentido, a acepção aqui apresentada relaciona-se com o desenvolvimento de um atendimento socioeducativo que promova processo reflexivo e dialógico, a partir do qual é possível perceber-se e compreender o próprio comportamento em suas relações (Valente & Lopes de Oliveira, 2015). Nesse sentido, o adolescente alcançaria recursos simbólicos para compreender os impactos de sua ação, seu pertencimento a um sistema social, bem como os mecanismos de exercício da cidadania.

A compreensão de fatores de risco e proteção é uma importante dimensão para estruturar programas de atendimentos socioeducativo que possam ser bem sucedidos (Zahn, Mihalic, & Tichavsky, 2009). A configuração do relacionamento amoroso como risco ou proteção para o cometimento de atos infracionais, porém, ainda requer a realização de estudos, principalmente para a realidade brasileira. Nesse sentido, as relações de gênero são elucidativas sobre a forma de inserção masculina e feminina no contexto de cometimento de infrações (Barcinski, 2009; Minayo, 2005). A demanda por estudos torna-se ainda mais proeminente quando se trata das adolescentes do sexo feminino. Para essas adolescentes, a influência do parceiro amoroso em seu envolvimento e trajetória de cometimento de atos infracionais tem sido descrita com frequência, sem deixar de mencionar várias formas de vitimização às quais são submetidas tanto no relacionamento como em outros contextos de vida (Aranzedo, 2015; Assis & Constantino, 2001; Barcinski, 2009; Diniz, 2017; Herrera, Wiersma, & Cleveland, 2010).

O objetivo geral da presente Dissertação, portanto, é analisar os impactos do relacionamento amoroso na trajetória de vida e no cumprimento da medida socioeducativa de internação de adolescentes do sexo feminino. A composição da dissertação estrutura-se em

capítulos no formato de artigos científicos, cada qual com seu objetivo que dialoga com o objetivo geral – porém, tratam de temáticas específicas. A estrutura escolhida permite que cada capítulo consiga transmitir individualmente dados e indicadores que foram avaliados como importantes, ao mesmo tempo em que contribui para o todo orgânico do presente texto acadêmico.

O primeiro capítulo intitula-se “Risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais: uma revisão narrativa” e teve por objetivo: discutir, a partir da literatura científica, a dimensão de risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais e seu impacto no atendimento socioeducativo de adolescentes do sexo feminino. O texto busca apresentar ao leitor os indicadores de estudos prévios, bem como discutir achados pertinentes para a compreensão do campo em que se insere a presente dissertação e dos dados coletados pela pesquisa empírica realizada que são apresentados nos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo tem por título “Tipo Bonnie e Clyde: um estudo de casos múltiplos sobre namoro e envolvimento feminino com ato infracional”. O texto visa analisar aspectos de vida e do relacionamento amoroso de adolescentes em medida socioeducativa de internação que foram apreendidas com seus parceiros, a fim de compreender mecanismos que ocasionariam risco. O texto foi construído a partir dos dados coletados por meio da realização de entrevistas narrativas com 3 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional. Foram incluídas no estudo aquelas adolescentes que relataram terem sido apreendidas ao menos uma vez com parceiro amoroso durante a adolescência. Os dados foram analisados utilizando-se da técnica proposta pela análise temática (Braun & Clarke, 2006). O texto busca contribuir com a compreensão a respeito do impacto do relacionamento amoroso até a chegada à unidade de internação.

O terceiro capítulo tem por título “Eu quero um amor: um estudo sobre violência no namoro com as adolescentes em medida socioeducativa”. O texto tem por objetivo: compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O método de levantamento dos dados foi a inserção ecológica. O pesquisador esteve inserido em uma unidade de internação mista por cerca de 4 meses, realizando 32 visitas, totalizando aproximadamente 100h de imersão em campo. A coleta de dados decorreu do registro da vida institucional e dos contatos com as adolescentes em diário de campo. Os dados também foram tratados seguindo-se o orientado pela análise temática (Braun & Clarke, 2006). Os achados contribuem na compreensão do ciclo de violência e sua manifestação tanto no contexto de vida da adolescente antes do cumprimento da medida socioeducativa, como também durante o processo de responsabilização. O estudo abordou os fenômenos de modo contextual e sistêmico, refletindo sobre os papéis da instituição na manutenção ou rompimento com o ciclo de violência em relacionamentos amorosos.

Por fim, as Considerações Finais da Dissertação divide-se em duas seções. A primeira busca integrar os achados e sistematizar indicadores. A segunda visa responder a respeito do desenvolvimento propiciado ao pesquisador, conforme preconiza a implicação decorrente da escolha do método de inserção ecológica.

### **Referências**

- Aranzedo, A. (2015). "Meninas": os conflitos com a lei e as representações das medidas socioeducativas. *Psicologia e saber social*, 4(2). 265-276.
- Assis, S., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Barcinski, M. (2009). Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva*, 14(5), 1843-1853.
- Brasil (1990). Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Publicada no DOU de 16.07.1990, seção 1. 2002. Ministério da Justiça.
- Costa, C., & Assis, S. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Costa, D. L. P. C. O. (2015). *As adolescentes e a medida socioeducativa de internação: Rompendo o silêncio*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Brasília, UNB. Recuperada de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18108>.
- Diniz, D. (2015). Pesquisas em Cadeia. *Revista Direito GV São Paulo*. 573-586.
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.
- Fachinetto, R. (2008). *A "casa de bonecas": um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS*. Dissertação de Mestrado UFRGS. Recuperada de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14686>.
- Giordano, P. (2003). Relationships in Adolescence. *Annual review of sociology*, 29, 257-281. doi: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100047.
- Herrera, V., & Stuewig, J. (2017). Gender Differences in Pathways to Delinquency: the Impact of Family Relationships and Adolescent Depression. *Journal of Developmental Life Course Criminology*. 3, 221-240. Doi: 10.1007/s40865-016-0052-3.

- Lordello, S., & Costa, L. (2015). Quando o príncipe vira sapo: identificando os sinais da transformação. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia*. 43-52. Curitiba: A.ris.
- McCarthy, B., & Casey, T. (2008). Love, sex, and crime: adolescent romantic relationships and offending. *American Sociological Review*, 73. 944-969.
- Minayo, M. (2005). Laços Perigosos entre machismo e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 1. 18-34.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Pires, T. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência e saúde coletiva*. 18(3). 707-718. doi:10.1590/1413-81232014.19052013.
- Shoen-Ferreira, T., & Silveiras, E. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2). 227-234.
- Valente, F., & Lopes de Oliveira, M. (2015). Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 15 (3). 853-870.
- Vilarins, N. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília - UnB)*. Acesso em 26 de Março de 2018, disponível em Repositório Institucional da UnB: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016\\_Nat%20C3%A1liaPereiraGon%20C3%A7alvesVilarins.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016_Nat%20C3%A1liaPereiraGon%20C3%A7alvesVilarins.pdf)
- Vinuto, J., Abreo, L., & Gonçalves, H. (2017). No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *PLURAL*. 54-77.



Zahn, M., Mihalic, S., & Tichavsky, L. (2009). Determining what works for girls in the juvenile justice system. *Crime and delinquency*, 55(2). 266-293, doi: 10.1177/0011128708330649.

CAPÍTULO 1:

**Risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais:**

**uma revisão narrativa**

### **Resumo**

O presente trabalho busca discutir a dimensão de risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais e seu impacto no atendimento socioeducativo de adolescentes do sexo feminino. A presente revisão é do tipo narrativa e está organizada em três seções. A primeira aborda as disposições legais e pedagógicas da política pública de socioeducação. A segunda discute o namoro como risco ou proteção para o envolvimento com atos infracionais. A terceira trata do impacto do namoro no cumprimento da medida socioeducativa. O risco para o cometimento de atos infracionais associou-se a moderadores, tais como: relação familiar, qualidade da relação e rede de apoio. Conclui-se com indicações para a prática profissional no contexto socioeducativo. Sugere-se a adoção das relações de gênero como tema transversal no atendimento socioeducativo, bem como a ampliação da rede de apoio à adolescente que cometeu um ato infracional.

**Palavras-chave:** socioeducação; relacionamento amoroso; fator de risco; fator de proteção

### *Abstract*

The present work seeks to discuss the dimension of risk and protection of the amorous relationship for the commission of infractions and its impact on the socio-educational care of female adolescents. The present revision is of the narrative type and is divided into three sections. The first one addresses the legal and pedagogical dispositions of the public policy of socio-education. The second one discusses dating as risk or protection for the involvement with infractional acts. The third one addresses the impact of dating on the compliance of the socio-educational measure. The risk for the commission of infractional acts was associated with moderators, such as: family relationship, quality of the relationship and support network. It concludes with indications for professional practice in the socio-educational context. It is suggested the adoption of gender relations as a transversal theme on the socio-educational care, as well as the extension of the support network to the teenager who committed an infractional act.

**Keywords:** socio-education; amorous relationship; risk factor; protection factor.

## Introdução

Ao cometer um ato infracional (conduta descrita como crime ou contravenção penal que foi praticado por adolescente entre 12 e 18 anos incompletos), o(a) adolescente se insere em uma circularidade da violência de alta letalidade, a qual tem marcadores das relações de gênero e vitimiza de modo proeminente as juventudes negras da periferia (Minayo, 2005; Barros, Benício, Silva, Leonardo, & Torres, 2017). Além disso, a “ficha criminal” torna-se no contexto sociopolítico atual um marcador de “vida digna”, ou seja, se aquele indivíduo deveria ou não existir (Barros et al., 2017). A representação de periculosidade dessas adolescências, entretanto, subsume com aspectos históricos e sociais do envolvimento com atos infracionais, invisibilizando a urgência da garantia de direitos previstos nos dispositivos legais como principal ação a ser destinada a população de crianças e adolescentes.

A compreensão a respeito dos fatores de risco que condicionam o envolvimento com atos infracionais demonstra ser um importante passo tanto no desenvolvimento de ações preventivas (Murta, 2007), como também na estruturação de programas de atendimento ao adolescente que cometeu um ato infracional (Zahn, Mihalic, & Tichavsky, 2009). Risco ao desenvolvimento pode ser entendido como a exposição à situação, contexto ou evento que tenha potencial de ocasionar desfechos negativos ao sujeito, a proteção se associa à mesma dinâmica, porém com desfechos positivos ao indivíduo (Costa & Assis, 2006). Nesse sentido, observa-se uma lacuna na compreensão do relacionamento amoroso como risco ou proteção para o envolvimento com atos infracionais e também na análise de seu impacto durante o cumprimento de uma medida de responsabilização (Giordano, 2003; McCarthy & Casey, 2008). A relevância dessa dimensão da vida de adolescentes é notória, pois os relacionamentos amorosos se configuram como uma oportunidade desenvolvimental e de exercício da sexualidade inaugurada nesse período do desenvolvimento (Giordano, 2003; Lordello & Costa, 2015).

A adolescência, dentro dos parâmetros legais, é peculiar condição do desenvolvimento humano, a qual requer proteção para garantir o pleno desenvolvimento de potencialidades humanas (Brasil, 1990). Existe, entretanto, uma visão estereotipada e desqualificadora da população adolescente, representando-a frequentemente como altamente passional, emotiva, irritável, inconsequente e com baixa racionalidade (Bock, 2007; Shoen-Ferreira & Silvaes, 2010). Os estereótipos associados à adolescência dificultam percebê-la como um fenômeno diverso e marcado pela realidade social em que o adolescente se desenvolve. Nesse sentido, o desenvolvimento em contexto urbano violento, com dificuldade de acesso à escolarização, profissionalização e à renda são importantes aspectos a serem considerados na compreensão da adolescência vivida em classes populares (Minayo, 2011).

No que concerne às relações de gênero, é importante salientar que por séculos as adolescentes tiveram como objetivo desenvolvimental principal a sua preparação para o casamento, enquanto os adolescentes, para o exercício profissional (Shoen-Ferreira & Silvaes, 2010). Essa estruturação criou e ainda cria uma condição de desigualdade que afeta o desenvolvimento, pois orienta oportunidades a partir da diferenciação entre os gêneros. Atualmente, observa-se uma relativização com este modelo, porém, ele ainda é atuante nos processos de subjetivação feminina e masculina (Saffioti, 2015). A liberdade conquistada pelo público feminino ainda é relativa, principalmente quando à condição de gênero associam-se outras esferas de exploração e opressão, tais como cor e classe social (Saffioti, 2015).

A dimensão da desigualdade das relações de gênero, como estruturante da realidade social, vai ser um fator que impactará as adolescentes em seu envolvimento com infrações (Barcinski, 2009; Herrera & Stuewig, 2017; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). Elas relatam frequentemente mais eventos traumáticos em suas histórias, processos de vitimização por violência, sintomas internalizados em saúde mental e o impacto do relacionamento amoroso em seu processo de engajamento com infrações (Barcinski, 2009; Assis & Constantino, 2001;

Diniz, 2017; Herrera & Stuewig, 2017). Essas particularidades do público feminino inserido em um contexto de responsabilização pelo cometimento de atos infracionais podem passar despercebidas, porém são fundamentais para a estruturação de propostas de enfrentamento das vulnerabilidades socialmente estruturadas a partir da condição feminina. Por outro lado, é necessário ponderar também os mecanismos decisórios de engajamento feminino na prática do ato infracional para evitar uma leitura enviesada pautada na ideia de determinismo social e que reforça a compreensão de incapacidade feminina (Barcinski, 2009).

O envolvimento feminino com atos infracionais se configura, então, como um evento que rompe com os estereótipos das relações de gênero e implica em uma representação desqualificadora desta adolescente (Costa; 2015; Froemming, 2016; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). A dinâmica do envolvimento, entretanto, corrobora com a desigualdade das relações de gênero, criando-se paradoxos entre o rompimento e a manutenção dos estereótipos (Barcinski, 2009). Nesse sentido, a punição moral dirigida a mulheres e adolescentes do sexo feminino em processos de responsabilização por cometimento de infrações tem marco simbólico de expiação por romperem com a lógica tradicional das relações de gênero (Diniz, 2017). Percebe-se, porém, uma menor atenção dedicada ao público feminino, o que pode ser decorrente da compreensão de que sua atuação seria coadjuvante no contexto infracional ou pela sua menor proporção numérica dentro de programas socioeducativos (Assis & Constantino, 2001).

A reflexão sobre o impacto das condições de gênero na vida das adolescentes que estão em processo de responsabilização indica a necessidade de tratar esta temática de modo transversal nos programas de atendimento socioeducativo (Froemming, 2016). Tendo em vista o exposto, o presente trabalho busca discutir a dimensão de risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais e seu impacto no atendimento socioeducativo de adolescentes do sexo feminino. A metodologia adotada foi de revisão

narrativa. Revisões narrativas se caracterizam por discutirem um tema a partir dos achados da literatura científica, permitindo ao autor realizar uma análise crítica, considerando a sua implicação com o campo de estudo (Rother, 2007). Os critérios de inclusão da literatura são decididos pelo autor e permite que o texto seja mais qualitativo e, por vezes, busca apresentar os achados de modo elucidativo para uma audiência que não tenha aprofundamento teórico naquela área.

Esta revisão narrativa está organizada em três seções. A primeira aborda as disposições legais e pedagógicas da política pública de socioeducação. A segunda discute o namoro como risco ou proteção para o envolvimento com atos infracionais. A terceira trata do impacto do namoro no cumprimento da Medida Socioeducativa (MSE). Por fim, como Consideração Finais deste capítulo, abordam-se indicadores para a prática profissional no contexto socioeducativo.

### **Disposições Legais e Pedagógicas da Política Pública de Socioeducação**

A Política Pública de Socioeducação se embasa na compreensão constitucional de que às crianças e adolescentes deve ser dada absoluta prioridade no que tange à garantia de seus direitos sociais, bem como proteção quanto a exposição a condições adversas ao desenvolvimento (Brasil, 1988). Ainda neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) preconiza amplo rol de direitos e estrutura um sistema de responsabilização especial para adolescentes que cometeram um ato infracional. O ECA garante um rito judicial especial para apuração de responsabilidade e aplicação de Medida Socioeducativa pertinente (Brasil, 1990). Nos casos em que se faça necessária a inserção em processo de responsabilização, caberá ao Juiz decidir entre as medidas socioeducativas aplicáveis, ponderando as circunstâncias e gravidade do ato infracional cometido, bem como a capacidade do adolescente para o efetivo cumprimento da MSE a ele atribuída (Brasil, 1990).



O ECA instituiu seis medidas socioeducativas: 1- a advertência consiste em uma admoestação verbal realizada em audiência; 2- a obrigação de reparar o dano é realizada a partir do ressarcimento pelo(a) adolescente dos prejuízos patrimoniais ocasionados por seu comportamento; 3- a prestação de serviço à comunidade se refere à realização gratuita de atividades de interesse geral em serviços governamentais, assistenciais ou congêneres, não podendo passar de oito horas de jornada semanal e nem seis meses de duração; 4- a liberdade assistida pressupõe um acompanhamento sistemático por equipe especializada, a qual promoverá encaminhamentos e supervisão no que tange à escolarização, profissionalização e inserção no mercado de trabalho, bem como avaliação da adesão às propostas a serem apresentadas por relatório encaminhado às autoridades judiciais em prazo não superior a seis meses (Brasil, 1990).

As quatro MSEs anteriores se caracterizam por não implicar em restrição da liberdade, diferente da inserção em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional, que a pressupõem. A inserção no regime de semiliberdade se caracteriza pela obrigatoriedade de vinculação a atividades escolares e profissionalizantes, sendo que o acesso aos serviços comunitários não requer autorização judicial prévia. A internação deve ser realizada em estabelecimento educacional, sendo que o adolescente estará sob privação da liberdade. Tendo em vista ser a mais gravosa das MSEs, sua aplicação deverá ser excepcional, breve e respeitará a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A MSE de internação em estabelecimento educacional destina-se a casos que comportem: ato infracional cometido com violência ou grave ameaça; reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta (Brasil, 1990).

Além dos dispositivos mencionados, estão em vigor atualmente duas importantes normativas que regulam o sistema socioeducativo: a Lei SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594, de 18 de Janeiro de 2012) e a Resolução 119/2006

CONANDA-Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 2012; 2006). A Lei SINASE, em seu primeiro capítulo, pontua que as Medidas Socioeducativas têm por objetivo: a responsabilização do adolescente pelas consequências do cometimento de ato infracional; promoção da integração social e garantia de direitos; e a desaprovação da conduta infracional. Além disso, o diploma legal institui como se organiza as competências, o financiamento, planos, programas e a avaliação do sistema de atendimento socioeducativo.

Por outro lado, a Resolução 119/2006 - CONANDA traz a matriz pedagógica a ser observada no atendimento prestado ao adolescente em conflito com a lei. Dentre os eixos pedagógicos a serem contemplados na oferta do atendimento socioeducativo, constam, entre outros (Brasil, 2006): a prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios; a participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas; a organização espacial e funcional das unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente; a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica; e a família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa. Para o objetivo do presente trabalho, é importante reiterar que uma das diretrizes pedagógicas concerne à atenção à diversidade e às relações de gênero. O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2013) demonstra em todas as suas metas a necessidade de qualificar o atendimento ofertado à população, porém, não apresenta meta específica no que concerne ao público feminino e suas relações.

Um documento que responde a essa lacuna é a Recomendação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, de 2013 (Brasil, 2013). O texto é um marcador importante salientando a necessidade de inauguração de unidades destinadas exclusivamente ao público feminino, nas quais deve existir contundentes ações de enfrentamento às desigualdades das relações de gênero. Além disso, o documento ratifica a garantia dos direitos

afetivo-sexuais e sua expressão, recomendando que essas manifestações não sejam alvo de punição disciplinar. É conveniente mencionar, ainda, que este documento foi basilar para a estruturação das Diretrizes para atendimento às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual entrou em um processo de consulta pública em 2019, porém ainda não foi sancionado. Assim, permanece a carência desta importante resolução que instituiria parâmetros importantes para o atendimento das adolescentes.

Por outro lado, o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal (PDASE) (Distrito Federal, 2016) demonstra a necessidade de incluir ações afirmativas, salientando uma leitura histórica e cultural de estruturação do atendimento socioeducativo primado sob a lógica do masculino. Além disso, as metas instituídas transparecem a necessidade de que o respeito à diversidade e o desenvolvimento de intervenções em prol da igualdade das relações de gênero sejam temas transversais da Medida Socioeducativa, trazendo à tona um caráter vanguardista.

Por meio dos dispositivos legais, percebe-se coerência no sentido de que a prática pedagógica no contexto socioeducativo deve atuar com vistas a promover novas formas de inserção social e de convivência. Assim, o processo de responsabilização para além do cumprimento judicial se atrela ao sentido de promover um espaço dialógico e de reflexividade que permita uma compreensão a respeito do próprio comportamento dentro de uma rede complexa e histórico, em que o respeito a alteridade pode se manifestar pelo sentimento de pertencimento a um sistema (Valente & Lopes de Oliveira, 2015). Existem, porém, diversas ações que precisam ser qualificadas desde o sentido técnico, perpassando pelos aspectos arquitetônicos, mas também nos aspectos culturais relativos ao exercício da atuação profissional na socioeducação. A literatura aponta que o sistema socioeducativo, em especial as unidades de internação, ainda estão distantes de toda a lógica de garantia de direitos

proposta pelos dispositivos legais (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Malvasi, 2012; Neto, Constantino, & Assis, 2017).

### **O namoro como risco ou proteção para o envolvimento com atos infracionais**

Na literatura científica, é possível perceber a tendência de observar o relacionamento amoroso como um fator de risco para o envolvimento com atos infracionais, quando se trata de adolescentes do sexo feminino (Froemming, 2016; Guerra, Cunha, Costa, & Silva, 2014; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Kim, 2013; Monteiro, et al., 2011). O namoro como um elo operacional importante para o cometimento de uma infração é citado pelas próprias adolescentes (Guerra et al., 2014; Kim, 2013; Monteiro, et al., 2011), sua família (Valença & Castro, 2014) e consta em relatórios produzidos no acompanhamento socioeducativo (Froemming, 2016). Por outro lado, há evidências de que comportamentos de risco se iniciariam antes do relacionamento amoroso (Eklund, Kerr, & Stattin, 2010; Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). Assim, a dinâmica entre fatores que condicionam o envolvimento com atos infracionais é complexa e requer a leitura da adolescentes como uma pessoa ativa em seu processo desenvolvimental, que interage com o ambiente e integra experiências fazendo escolhas a partir de seu acumulado de recursos simbólicos e culturais.

As consequências do namoro no envolvimento ou não com atos infracionais, entretanto, não parecem ser diretas, e sim moderadas por outros fatores (McCarthy & Casey, 2008). A qualidade da relação, o monitoramento/supervisão familiar e a interação com amigos e grupos dos quais o casal participa atuam como moderadores da relação entre namoro e envolvimento com ato infracional (Eklund, Kerr, & Stattin, 2010). Relacionamentos de alta qualidade demonstram ter efeito protetivo para envolvimento com infrações, em especial, quando são marcados pela intimidade, suporte mútuo e experiência de amor romântico (Backman, Laajasalo, Jokela, & Aronen, 2018; McCarthy & Casey, 2008). Um indicador

importante da qualidade da relação é o desenvolvimento de habilidades de manejo do estresse proveniente da própria relação (Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). Nesse sentido, é possível compreender que a relação amorosa se configura como uma oportunidade desenvolvimental, em especial, quando pressupõe uma horizontalidade que permite a negociação entre o casal e o fortalecimento mútuo da autoestima (Lordello & Costa, 2015).

O início da vida sexual, por outro lado, pode ser uma dimensão que ocasiona tensão e aumenta o nível de conflitos dentro do relacionamento de adolescentes, incidindo sobre sua qualidade (McCarthy & Casey, 2008). A dimensão da sexualidade pode suscitar o aumento da experiência de ciúmes, fazendo com que novas habilidades sejam necessárias para a regulação da relação. Nessa dimensão, é importante salientar, ainda, a existência de tabus que dificultam a educação no que tange à sexualidade, fazendo com que seja um campo em que adolescentes têm poucas referências sobre o exercício saudável da própria sexualidade (Reis, Malta, & Furtado, 2018).

Ter uma rede social de apoio fortalecida também tem uma função protetora, com destaque ao cuidado parental e a interação dentro da rede de amizades. A dimensão do cuidado parental como suporte, supervisão e espaço de socialização é considerada como principal fator de proteção para o não envolvimento em relacionamentos que possam configurar risco (Cauffman & Farruggia, 2008; Giordano, 2003; McCarthy & Casey, 2008). A forma como se dão as relações familiares pode favorecer o desenvolvimento de modelos relacionais e de interação da adolescente, os quais serão utilizados como ancoragem para o padrão de interação no estabelecimento de relacionamento amoroso por parte da adolescente (Lordello & Costa, 2015). Os modelos familiares, entretanto, dialogam com a configuração comunitária e também histórica do núcleo familiar, fazendo com que a análise deste contexto de desenvolvimento precise ser mais abrangente.

Em relação à interação com a rede de amizades, destaca-se como o grupo auxilia na construção de normas, regras e expectativas a respeito do relacionamento (Giordano, 2003; Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). As relações de amizade podem favorecer a autoexpressão por conta de sua característica horizontal, viabilizando suporte para o desenvolvimento de novas habilidades que o relacionamento amoroso requer: tais como a expressão de descontentamento ou de ciúmes. A precocidade, entendida como o estabelecimento de relação amorosa antes dos pares o estabelecerem, ganha destaque na possibilidade de o relacionamento amoroso influir como fator de risco para o envolvimento com infrações (Armour & Hayne, 2007; Giordano, Lonardo, Manning, & Longmore, 2010; Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). Reitera-se que esse fenômeno se relaciona com a oportunidade de existir uma socialização entre os amigos que favoreça a negociação de sentidos atribuídos ao relacionamento.

Em relação ao aspecto etário, o relacionamento amoroso demonstrou ter um impacto maior sobre as adolescentes do sexo feminino até por volta dos 15 anos. A tendência etária se inverte a partir dos 15 anos e a influência do par romântico será mais proeminente para adolescentes do sexo masculino (Kim, 2013). Nesse sentido, é importante ainda destacar que culturalmente a relação amorosa é um marcador de transição para a maturidade feminina e pode representar um momento de desproteção, pois a família da adolescente pode crer que ela já poderia gerenciar o próprio comportamento sem suporte ou orientação parental (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). Sendo assim, iniciar o relacionamento em menor idade pode aumentar o risco a cometer um ato infracional em virtude da diminuição do suporte e acompanhamento parental.

A presença de violência no relacionamento também é um fator que se relaciona com o cometimento de infrações (Cuevas, Sabina, Fahlberg, & Espinola, 2018; Giordano et al., 2010). A alta correlação existente entre estes fenômenos pode indicar que ambos são

decorrentes do mesmo conjunto de vulnerabilidades sociais (Cuevas et al., 2018). Vulnerabilidade social trata-se de uma manifestação multidimensional em que devido processos históricos, sociais e políticos o sujeito não dispõe de recursos materiais e simbólicos necessários para enfrentamento de condições adversas ou situações de risco (Scott, Prola, Siqueira, & Pereira, 2018). A vulnerabilidade pode atrelar-se a aquisição de renda, existência em um contexto perpassado pela violência, entre outros – o que mais do que uma manifestação individual relaciona-se com uma realidade social. Nesse sentido, a vitimização dentro do relacionamento pode figurar como um modelo que estimula a expressão violenta, o qual pode ser reproduzido em outras relações e ocasionar processos de responsabilização por violar a integridade física de outrem (Assis & Constantino, 2001; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011).

A fuga do lar destaca-se na trajetória de envolvimento com atos infracionais para adolescentes do sexo feminino (Herrera & Stuewig, 2017), sendo o namoro compreendido como um motivador para a saída da casa dos pais (Assis & Constantino, 2001; Bemfica, 2018; Valença & Castro, 2014; Kim, 2013). A fuga do lar, todavia, seria também um desfecho de relações intrafamiliares caracterizadas por violência, inclusive, com a presença de violência sexual (Assis & Constantino, 2001; Herrera & Stuewig, 2017; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; McCarthy & Casey, 2008). O relacionamento amoroso, portanto, figuraria como uma oportunidade de romper com a experiência de vitimização, porém, a vulnerabilidade social motivaria a subsistência por meio do cometimento de atos infracionais (Assis & Constantino, 2001; Vilarins, 2016). A dimensão de encorajamento para o cometimento de uma infração por parceiro(a) romântico que pode ocorrer após a fuga do lar parece ter um maior impacto para adolescentes do sexo feminino (Backman et al., 2018; Cauffman & Farruggia, 2008; Malvasi, 2012).

Outra dimensão do relacionamento familiar que facilitaria o afastamento das figuras parentais é a rigidez e o controle sobre a sexualidade; neste caso, a fuga de casa se configuraria como uma possibilidade de liberdade (Assis & Constantino, 2001). Nessa dimensão, observa-se que a visão estereotipada a respeito da adolescência é fator limitador à possibilidade de negociação de limites e do treino de autonomia necessários à adolescente para construção de sua identidade. Esse obstáculo torna-se ainda mais proeminente quando se conjuga a dimensão de classe, haja vista que classes empobrecidas tendem a apresentar uma visão mais tradicional dos papéis de gênero, o que aumenta o nível de controle sobre a sexualidade feminina (Minayo, 2011; Narvaz & Koller, 2006; Souza & Tyrrel, 2007).

A sensibilidade aos estereótipos de gênero é importante na leitura do impacto do relacionamento sobre a vida das adolescentes e seu envolvimento com infrações. Os estereótipos se materializam na divisão de tarefas na prática de atos infracionais ou na busca por proteger o parceiro dos processos de responsabilização legal ao assumir a autoria de atos infracionais (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Silva & Graner-Araújo, 2011). Haja vista a vinculação das figuras femininas ao exercício de cuidado e proteção daqueles que estão à sua volta, proteger o companheiro de processo de responsabilização seria uma prova de amor sacrificial (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013). Os estereótipos podem influir também no modo como se representar o envolvimento feminino com atos infracionais ou crimes. Por se tratar de um fenômeno com maior prevalência entre o público masculino, pode-se representar adolescentes do sexo feminino e mulheres como incapazes de envolver-se com contravenções penais, o que limita a compreensão de disposições individuais e decisórias no fenômeno (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013).

Os estereótipos de gênero também podem afetar o processo de aplicação de medida socioeducativa, haja vista ainda não existir claros critérios para sua determinação. Nesse sentido, a vitimização por exploração sexual, por exemplo, fenômeno mais comum com o



público feminino, pode ser interpretada em virtude de uma visão moralizadora como agravante para a aplicação de MSE e não como um fenômeno que necessita de intervenção estatal para sua interrupção (Aguido, Chacham, & Fazzi, 2013; Valença & Castro, 2014). Além disso, constam em sentenças judiciais representações desqualificadoras do público feminino tais como: dissimulada, fria e manipuladora (Aguido, Chacham, & Fazzi, 2013; Valença & Castro, 2014), as quais precisam ser problematizadas, pois retiram a percepção dos determinantes sociais e culturais subjacentes ao envolvimento com atos infracionais.

### **O impacto do namoro no cumprimento da Medida Socioeducativa**

Menor número de pesquisas tem se dedicado ao público feminino que está em processo de responsabilização por ato infracional (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017). As pesquisas, de modo geral, priorizam o público masculino e informam que os desfechos positivos do relacionamento são mais proeminentes para eles (Backman et al., 2018; Ferro & Penso, 2012; Koerich & Ribeiro, 2017). Estar em um relacionamento amoroso durante um processo de responsabilização, inclusive, é mais frequente para a população masculina (Backman et al., 2018). As adolescentes vivenciam, quando no contexto de medidas de restrição da liberdade, o abandono do namorado/parceiro amoroso, sendo menor a frequência de continuidade do relacionamento durante a medida determinada (Assis & Constantino, 2001; Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013). Além disso, o relacionamento homoafetivo, que pode ocorrer dentro da instituição, e a sexualidade feminina ainda são tabus. Nesse sentido, essas dimensões da experiência afetivo-sexual ficam invisibilizadas ou mesmo sofrem com ações condenatórias (Assis & Constantino, 2001; Fachinetto, 2008; Froemming, 2016; Moraes & Brêtas, 2016).

Um fenômeno importante para o processo socioeducativo é o fato de o relacionamento amoroso facilitar o processo de desistência do cometimento de atos infracionais, em especial,

quando se está em uma relação de qualidade (Backman et al., 2018; McCarthy & Casey, 2008). Alguns indicadores importantes para percepção da qualidade da relação é a experiência de suporte mútuo, compartilhamento da intimidade e padrão relacional não-violento (Backman et al., 2018; Giordano, 2003; McCarthy & Casey, 2008) A potência do relacionamento pode estar associada à promoção de vínculo, fortalecimento da autoestima e estruturação de um projeto de vida (Costa & Assis, 2006; Koerich & Ribeiro, 2017; Lordello & Costa, 2015). No sentido de formação de vínculos, o relacionamento amoroso demonstrou ter um efeito mais imediato sobre os processos de desistência, enquanto a amizade implicaria em desfechos de desistência no longo prazo (Backman et al., 2018).

A integração do relacionamento amoroso e da constituição de uma família no projeto de vida é um fenômeno que se atrela ao público feminino e não somente às adolescentes que cumprem medida socioeducativa (Assis & Constantino, 2001; Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013; Monteiro, et al., 2011). As namoradas que visitam adolescentes do sexo masculino em unidade de internação sustentam uma representação de que o relacionamento pode ser uma forma de interromper a trajetória de envolvimento com atos infracionais do parceiro, em especial, quando se tem filhos (Ferro & Penso, 2012; Malvasi, 2012). Essas relações tendem a reproduzir papéis femininos limitantes no relacionamento amoroso e na inserção social feminina em instituições (Ferro & Penso, 2012). Em relação ao público feminino inserido no contexto de restrição de liberdade, o projeto de família construído com o “homem bom ou o homem mal”, se configura como uma forma de reproduzir o estereótipo da necessidade de estar em um relacionamento amoroso para que se tenha sucesso em um projeto de vida (Barcinski, 2009; Zanello, 2018)

A dimensão da sexualidade também tem sua função gendrada dentro dos relacionamentos. As adolescentes em cumprimento de MSE reproduzem a compreensão do sexo como um mecanismo para sustentar o relacionamento e para evitar a infidelidade

masculina (Moraes & Brêtas, 2016). Esta representação associa-se frequentemente ao sofrimento psicológico das adolescentes decorrente da ameaça de traição ou de término do relacionamento em virtude de estar vinculada a uma medida que comporte restrição da liberdade. Esta dimensão, entretanto, se configura de modo diferente quando se trata do público masculino, pois a “fiel” (mulher ou adolescente) se compromete a estar com o companheiro e auxiliá-lo no seu processo de cumprimento de pena ou MSE (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013). Além disso, elas associam o exercício da própria sexualidade ao risco de contrair uma infecção sexualmente transmissível (Monteiro, et al., 2011). Essas compreensões também perpassam o atendimento socioeducativo ofertado, evidenciando a demanda por uma abordagem menos estereotipada a respeito de sexualidade e afetividade. As propostas de atendimento poderiam integrar temáticas como: modalidades de relacionamento, papéis de gênero, prazer, diversidade sexual, entre outros tópicos.

Uma abordagem menos estereotipada seria sensível aos mecanismos culturais de controle da sexualidade feminina que condicionam representações tais como a “mulher banda”. A “mulher banda” seria aquela que tem vários parceiros e serviria para satisfação de desejos sexuais masculinos e não para relacionamentos estáveis, o que representa processos de objetificação feminina e limitação de sua conduta (Costa & Fortunato, 2015, p. 149). Ademais, o exercício da sexualidade no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa de internação pela garantia de visita íntima ainda é um fenômeno invisibilizado, o que pode ser ainda mais proeminente para o público feminino (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017).

O relacionamento amoroso de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não pode ser presumido como eminentemente violento, pois esta compreensão invisibiliza, inclusive, o contexto de ocorrência da violência, suas diversas formas de manifestação e seus vetores (Costa, Tavares, Vieira, & Silva, 2015). Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre o vetor da violência e seu impacto na saúde mental de adolescentes

do sexo feminino que estão em processo de responsabilização. Por mais que a literatura aponte que a violência no namoro tenda a ser um fenômeno bidirecional (Oliveira et al., 2014), os impactos dessa ocorrência na saúde física e psicológica feminina são mais proeminentes (Giordano, 2003), figurando como um importante eixo de atenção e cuidado em saúde, o qual necessita estar também como uma pauta do atendimento socioeducativo.

Um estudo norte-americano realizado no âmbito da justiça juvenil indicou que, dentro de sua amostra (n=305), aproximadamente 20% das adolescentes informaram ter sofrido violência física no namoro, 41% relataram ter sofrido violência física ou sexual no namoro, 18% narraram tentativa de suicídio pregressa com desejo de morrer (Buttar, Clements-Nolle, Haas, & Reese, 2013). Essas adolescentes, quando vinculadas em medidas que comportavam restrição da liberdade, apresentavam mais frequentemente queixas em saúde mental e tentativa de suicídio (Buttar et al., 2013; Kelly, Owen, Peralez-Dieckmann, & Martinez, 2007). É importante salientar que não se observaram na literatura nacional estudos que se dediquem a investigar a prevalência de violência em relacionamentos amorosos para a população inserida em medidas socioeducativas. As queixas em saúde mental, entretanto, também são proeminentes para a realidade nacional, sendo mais evidentes na medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional (Diniz, 2017; Malvasi, 2012).

Esse vetor de violência não se manifesta somente na vida das adolescentes em processo de responsabilização, antes se repete frequentemente na história de vida de suas genitoras (Assis & Constantino, 2001). Os pais frequentemente são ausentes e sua ausência é significada com a ausência de limites que seriam aplicados pela “bruteza” masculina (Assis & Constantino, 2001; Silva & Graner-Araújo, 2011). A “bruteza”, entretanto, atualiza-se em outras formas de violência dirigidas a essa adolescente que cometeu atos infracionais, como uma medida corretiva por ter infracionado a lei, mas também por ter ultrapassado os limites dos estereótipos de gênero (Diniz, 2018; Froemming, 2016; Malvasi, 2012). Reflete-se,

também, que o discurso desqualificador do feminino e a demanda corretiva também se transmutam em práticas dentro das instituições de atendimento socioeducativo, (Assis & Constantino, 2001; Diniz, 2017; Fachineto, 2008), como: a desqualificação de queixas que as adolescentes apresentam; abandono familiar no acompanhamento; práticas de punição coletiva ou de isolamento, interpretação normativa em desfavor do público feminino, entre outras.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou discutir a dimensão de risco e proteção do relacionamento amoroso para cometimento de atos infracionais e seu impacto no atendimento socioeducativo de adolescentes do sexo feminino. Durante o levantamento bibliográfico para a produção do capítulo, observou-se um maior número de estudos dedicados à compreensão do risco do que da proteção. Essa tendência aponta uma representação de descrédito ao relacionamento amoroso na adolescência (Giordano, 2003), pensamento que pode embasar menor atenção aos fenômenos interpessoais e sociais que estão inerentes a ele. A representação de descrédito pode ser ainda mais proeminente quando se trata de adolescentes que cometeram um ato infracional, o que impacta diretamente o atendimento ofertado e na possibilidade de abordar essa temática de uma maneira que promova desenvolvimento das adolescentes que são atendidas na socioeducação.

A discussão sobre os desfechos do relacionamento amoroso para a socioeducação é importante, pois às equipes técnicas pode ser destinada a atribuição de autorizar ou não a entrada de namorado(a) para visitar uma adolescente em processo de responsabilização – quando se trata de medidas restritivas da liberdade. Além disso, este tema pode ser tratado em atendimentos individuais e coletivos, com vistas a discutir e promover modelos de relacionamento perpassados pelo respeito, suporte mútuo e intimidade. O desenvolvimento de

habilidades para a negociação dos papéis e regras do relacionamento pode ser uma forma de trazer mais horizontalidade nessas relações. A dinâmica da instituição de privação de liberdade, entretanto, necessita ser coerente com o discurso proposto, isto é, dar espaço para a qualificação das relações cotidianas e também maior horizontalidade destas.

A dimensão de ter experienciado violência no relacionamento amoroso figura como uma variável a ser levantada na história de vida da adolescente, haja vista seus desfechos em saúde mental. Além disso, ter sido vitimizada por violência em relacionamento íntimo figura como um importante fator de risco para processos revitimização futura (Oliveira et al., 2014). O desenvolvimento de estratégias para enfrentamento da violência em relacionamentos íntimos e, mais abrangente que isso, da violência de gênero deve constar como uma pauta do atendimento prestado às adolescentes, matizando-a sempre com uma leitura crítica da realidade brasileira e fomentando a ideia de outros futuros possíveis.

A inclusão da discussão sobre relações de gênero para a socioeducação ainda está em uma fase inicial, necessitando de maior engajamento nessa pauta e em outras que singularizam a experiência do adolescer. Existe uma diversidade de adolescências no âmbito socioeducativo, as quais são particularizadas pela experiência de viver sob os marcadores de gênero, classe e cor que, na vida das adolescentes, criam experiências de diversas inseguranças (Bock, 2007; Saffioti, 2015; Shoen-Ferreira & Silvares, 2010). A atenção a essas diversas adolescências é fundamental para que se estruturam ações pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento humano, a saúde e a inserção cidadã da população que está em cumprimento de medida socioeducativa.

As relações de gênero são mediadores importantes, pois organizam o contexto interpessoal, dando circunstâncias para oportunidades e demandas de modo amplo, o que também vai ocorrer na trajetória feminina até chegar ao atendimento socioeducativo e no tipo de atendimento prestado (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Lordello & Costa, 2015). Nesse

sentido, é importante o enfrentamento aos discursos desqualificadores em que a adolescente figura como responsável pelo cometimento de ato infracional do parceiro tais como: “mulher enlouquece muito a gente”, “cretina interesseira”, “menina perigosa”, entre outros (Barroso, 2015; Vilarins, 2016). Os discursos institucionais, além disso, podem reproduzir as assimetrias de gênero ou favorecer a desproteção feminina como uma punição moral perpassada pelos estereótipos das relações de gênero (Costa, 2015; Froemming, 2016; Valença & Castro, 2014). Nesse sentido, a ampliação do atendimento feminino dentro da política pública da Socioeducação por meio do desenvolvimento profissional de equipes de atendimento especializadas e a inauguração de unidades femininas pode favorecer maior sensibilidade, visibilidade e discussão destes temas e sua consideração no atendimento prestado às adolescentes e às suas famílias.

Apesar dos dispositivos legais, as indicações do enfrentamento aos problemas vividos pelas adolescentes são da ordem individual e familiar e não envolvem as políticas públicas, as quais são fundamentais para que se materialize a proteção à adolescência prevista em lei (Brasil, 2006; Froemming, 2016; Malvasi, 2012). Os documentos técnicos produzidos no atendimento socioeducativo são perpassados pela crença de que a força de vontade seria suficiente para a transformação da própria trajetória de envolvimento com atos infracionais, sendo que os adolescentes reproduzem os discursos que ouvem a respeito de si, inclusive a representação negativa (Froemming, 2016; Neto, Constantino, & Assis, 2017). A produção de documentos técnicos culpabilizadores do adolescente e de sua família mantém a lógica da situação irregular do Código de Menores, visão a ser superada pela doutrina de proteção integral inaugurada pelo ECA. Além disso, para se auxiliar um adolescente, é necessário ser menos condenatório e manter em vista que programas de responsabilização mais bem sucedidos estruturam-se a partir da superação dos fatores de risco da população atendida pelo

oferecimento de suportes materiais, sociais e psicológicos (Costa & Assis, 2006; Lordello & Costa, 2015; Zahn, Mihalic, & Tichavsky, 2009).

As adolescentes observam potencial da medida socioeducativa determinada em mudar sua trajetória de envolvimento com atos infracionais, apesar de as instituições estarem longe do pleno cumprimento dos parâmetros legais (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Costa, 2015). Algumas dimensões do atendimento podem ser melhor qualificadas na abordagem com as adolescentes, tais como o incentivo à construção de projetos de vida, o fortalecimento da autoestima e dos vínculos sócio-afetivos (Costa, 2005; Costa, 2015). Em um contexto altamente punitivo, como o dos ambientes de privação de liberdade, a afetividade destaca-se como ferramenta de trabalho (Yokoy & Regino-Herrera, 2020). Além disso, é necessário que existam construções coletivas que fomentem a solidariedade, respeito e cooperação, ao invés da ameaça mútua (Costa, 2015; Malvasi, 2012).

A ideia de futuro frágil pode condicionar a manutenção do comportamento de risco, portanto, o projeto de vida figura como uma dimensão a ser estruturado com a adolescente (Costa & Assis, 2006). É importante que esse projeto de vida esteja pautado pela sua exequibilidade, associando-se aos aparelhos comunitários existentes e recursos e potencialidades observados, haja vista que o primeiro passo para que um projeto que possa promover desenvolvimento é ser pautado na confiança de potencial sucesso (Costa, 2005). Novamente chama-se o atendimento socioeducativo para a ampliação do olhar e a integração com outras políticas públicas para que se preste mais suporte aos processos de mudança promovidos.

A promoção da autoestima, além de ser pautada pela compreensão da potência pessoal, necessita concretizar-se em protagonismo dentro da MSE, inclusive dentro das ações em saúde (Reis, Malta, & Furtado, 2018). É necessário ter sensibilidade e aproximação com as adolescentes, no sentido de compreendê-las para além do viés da falta, isto é, conseguir



compreendê-las a partir de suas habilidades e potencialidades as quais podem ser ativadas. Os dispositivos legais e pedagógicos disponíveis já fazem este convite à socioeducação, porém, é necessária uma profunda reflexão sobre os obstáculos enfrentados na promoção do protagonismo juvenil das adolescentes dentro de programas socioeducativos.

Na dimensão da afetividade e sexualidade, a abordagem precisa considerar, em especial, a diversidade dos modelos relacionais da família de origem e o impacto do relacionamento na autoestima da adolescente, a fim de que se evitem intervenções de caráter puramente higienista (Lordello & Costa, 2015; Moraes & Brêtas, 2016). É indicado o desenvolvimento de propostas mais horizontais que substituam as práticas de caráter informacional e que enfocam somente nos desfechos negativos da vida afetiva e sexual (Costa & Fortunato, 2015; Kelly, et al., 2007). É importante, ainda, que a diversidade sexual seja um tema que norteie as práticas de atendimento, mas que também sejam fornecidas capacitações aos profissionais sobre esta temática (Buttar et al., 2013)

A exposição do público feminino a múltiplas formas de violência até sua chegada ao atendimento socioeducativo faz com que exista uma demanda específica em saúde mental. É importante que se faça mapeamento da prevalência dessa violência no acolhimento em instituições socioeducativas (Assis & Constantino, 2001; Buttar et al., 2013; Zahn, Mihalic, & Tichavsky, 2009). A prevenção de agravos à saúde mental, para esses casos, poderia focar em intervenções que facilitem o desenvolvimento de habilidades para reconhecer, estabelecer e manter relacionamentos de alta qualidade (Backman et al., 2018; Kelly et al. 2007). O enriquecimento da vida da adolescente com o desempenho de vários papéis auxilia no processo de reavaliação das experiências em relacionamentos amorosos. Assim, o engajamento em atividades como estágio, prática esportiva, grupos de atendimentos, entre outras ações comunitárias, pode permitir uma renegociação no sentido dado ao relacionamento amoroso (Lordello & Costa, 2015).

A discussão no âmbito científico no Brasil dos impactos do relacionamento amoroso em trajetórias de envolvimento com atos infracionais ainda é diminuta. O presente capítulo não pretende cobrir toda a complexidade que esta temática abarca. Porém, provoca que novos temas sejam abordados no processo socioeducativo. Dentro da agenda de pesquisa poderiam ser realizados estudos a respeito da prevalência de vitimização por violência de adolescentes em cumprimento de MSE; os fatores que, dentro de um relacionamento, poderiam ocasionar risco para envolvimento com atos infracionais; a manifestação de violência em relacionamento de adolescentes em cumprimento de MSE; e a discussão de boas práticas em âmbito socioeducativo sobre a garantia de direitos afetivos e sexuais, dentre outros. Além disso, é necessário que os estudos abordem formas de promover saúde e desenvolvimento ao público que está inserido dentro do atendimento socioeducativo a partir de seu protagonismo.

### Referências

- Aguido, C., Chacham, A., & Fazzi, R. (2013). Representações sociais dos juízes da infância e juventude na aplicação da privação de liberdade a adolescentes autores de ato infracional. *DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social*, 6(2), 295-330.
- Armour, S., & Hayne, D. (2007). Adolescent sexual debut and later delinquency. *Journal of youth adolescence*, 36, 141-152. doi: 10.1007/s10964-006-9128-4.
- Assis, S., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Backman, H., Laajasalo, T., Jokela, M., & Aronen, E. (2018). Interpersonal relationships as protective and risk factors for psychopathy: a follow-up study in adolescent offenders. *Journal of youth adolescence*, 47.1022-1036. doi: 10.1007/s10964-017-0745-x.

- Barcinski, M. (2009). Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva*, 14(5), 1843-1853.
- Barcinski, M., Capra-Ramos, C., Weber, J., & Dartora, T. (2013). O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. *ex aequo*, 28, 87-100.
- Barros, J., Benício, L., Silva, D., Leonardo, C., & Torres, F. (2017). Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, 37 (4), 1051-1065, doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002892017>.
- Barroso, A. (2015). Um lugar para o sujeito em tempos de consumo do objeto: um estudo de caso. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 31 (4), 537-542.
- Bemfica, A. (2018). A errância entre o desejo e o gozo: uma reflexão a partir do trabalho com adolescentes autores de atos infracionais. *Revista affectio societatis* 15 (28), 13-35. doi: 10.17533/udea.affs.v15n28a01.
- Bock, A. (2007). A adolescência como construção social: estudo destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 11(1), 63-76.
- Brasil. (1988). *Constituição Federal da República Brasileira*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Brasil (1990). Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Publicada no DOU de 16.07.1990, seção 1. 2002. Ministério da Justiça.
- Brasil (2006). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006). Resolução nº 119 de 11 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Recuperado de:

[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/FILE/download/resolucao\\_119\\_conanda\\_sinase.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/FILE/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf).

- Brasil (2012). Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
- Brasil. (2013). Secretaria de Direitos Humanos. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Recuperado de: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>.
- Buttar, A., Clements-Nolle, K., Haas, J., & Reese, F. (2013). Dating violence, psychological distress, and attempted suicide among female adolescents in the juvenile justice system. *Journal of correctional health care*, 19(2), 101-112. doi:10.1177/107834581247-4639.
- Cauffman, E., & Farruggia, S. (2008). Bad boys or poor parents: relations to female juvenile delinquency. *Journal or research on adolescence*, 699-712.
- Coscioni, V., Costa, L., Ros, E., & Koller, S. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *PSICO*, 3, 231-242.
- Costa, B., & Fortunato, L. (2015). Relação afetivo-sexual e violência em adolescentes que cometeram abuso sexual. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (141-155). Curitiba: A.ris.
- Costa, C. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e pesquisas em psicologia*. 5(2), 79-95.

- Costa, C., & Assis, S. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Costa, C., Tavares, E., Vieira, T., & Silva, I. (2015). O "lugar" da violência e do cuidado nas relações amorosas segundo adolescentes autores de atos infracionais: paradoxos em foco. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (.. 227-248). Curitiba: A.ris.
- Costa, D. L P. C. O. (2015). As adolescentes e a medida socioeducativa de internação: Rompendo o silêncio. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Brasília, UNB. Recuperada de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18108>
- Cuevas, C., Sabina, C., Fahlberg, A., & Espinola, M. (2018). The role of cultural factors on dating and delinquency among latino youth. *Journal of interpersonal violence*, 1-27.
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.
- Diniz, D. (2018). *Cartas de uma menina presa / Débora Diniz, Talia*. Brasília: Letras Livres.
- Distrito Federal (2016). Secretaria de estado de Políticas para Crianças e Adolescentes. I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – IPDASE. Recuperado de: <http://www.crianca.df.gov.br/plano-decenal-do-socioeducativo/>.
- Eklund, J., Kerr, M., & Stattin, H. (2010). Romantic relationship and delinquent behavior in adolescence: The moderating role of delinquency propensity. *Jornal of Adolescence*, 377-386.
- Fachinetto, R. (2008). *A "casa das bonecas": um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

- Ferro, V., & Penso, M. (2012). Quando o tempo não passa: relação amorosa de adolescentes infratores e suas companheiras. In: M. Munhoz, & M. Vitale, *Terapia Familiar em Pesquisa: novas contribuições* (59-87). São Paulo: Roca.
- Froemming, C. (2016). *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida de adolescentes em atendimento socioeducativo* (tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília. Fonte: Repositório UnB:  
[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016\\_CeciliaNunesFroemming.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016_CeciliaNunesFroemming.pdf)
- Giordano, P. (2003). Relationships in Adolescence. *Annual review of sociology*, 29. 257-281  
doi: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100047.
- Giordano, P., Lonardo, R., Manning, W., & Longmore, M. (2010). Adolescent romance and delinquency: a further exploration of Hirschi's "cold an brittle" relationships hypothesis. *Criminology*, 28. 919-946.
- Guerra, A., Cunha, C., Costa, M., & Silva, T. (2014). Risco e sintome: a psicanálise no sistema socioeducativo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 30(2),171-177.
- Herrera, V., & Stuewig, J. (2017). Gender Differences in Pathways to Delinquency: the Impact of Family Relationships and Adolescent Depression. *Journal of Developmental Life Course Criminology*. 3, 221-240. doi 10.1007/s40865-016-0052-3.
- Javdani, S., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Expanding our lens: female pathways to antisocial behavior in adolescence and adulthood. *Clinical Psychology Review*, 31. 1324-1348.
- Kelly, P., Owen, S., Peralez-Dieckmann, E., & Martinez, E. (2007). Health interventions with girls in the juvenil justice system. *Women's health issues*, 227-236.
- Kim, R. (2013). Age-sensitive effect of adolescent dating experience on delinquency and substance use. *Crime & Delinquency*, 670-696.

- Koerich, B., & Ribeiro, F. (2017). Imaginários da infração juvenil: uma análise de três trajetórias da socioeducação em meio aberto. *Illuminuras*, 18., 102-123.
- Lordello, S., & Costa, L. (2015). Quando o príncipe vira sapo: identificando os sinais da transformação. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (.. 43-52). Curitiba: A.ris.
- Malvasi, P. (2012). O socioeducativo desde as margens: discutindo a versão de dias jovens. *TOMO*, 21., 201-238.
- McCarthy, B., & Casey, T. (2008). Love, sex, and crime: adolescent romantic relationships and offending. *American Sociological Review*, 73., 944-969.
- Minayo, M. (2005). Laços Perigosos entre machismo e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 1. 18-34.
- Minayo, M. (2011). A condição juvenil no século XXI. In: M. Minayo, *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros. [livro eletrônico]*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Monteiro, E., Nascimento, C., Filho, A., Araújo, A., Carmo, D., & Gomes, I. (2011). Percepção de adolescentes infratoras submetidas à ação socioeducativa sobre assistência à saúde. *Esc Anna Nery*, 15(2)., 323-330.
- Moraes, S., & Brêtas, J. (2016). Conceitos, comportamentos e educação em sexualidade: a formação das condutas sexuais de adolescentes em conflito com a lei. *Adolescência e Saúde*, 12 (2), 18-25.
- Murta, S. (2007). Programas de prevenção a problemas emocionais e comportamentais em crianças e adolescentes: lições de três décadas. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20 (1), 1-8.

- Neto, N., Constantino, P., & Assis, S. (2017). Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. *Physis*, 511-540.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Pires, T. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência e saúde coletiva*. 19(3), 707-718. doi:10.1590/1413-81232014193.19052013.
- Reis, A., Malta, D., & Furtado, L. (2018). Desafios para as políticas públicas voltadas à adolescência e juventude a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência & saúde coletiva*. 20 (9), 2870-2890 doi: 10.1590/1413-81232018239.14432018.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Scott, J., Prola, C., Siqueira, A., & Pereira, C. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24 (2). 600-615.
- Shoen-Ferreira, T., & Silves, E. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 227-234.
- Silva, N., & Graner-Araújo, R. (2011). O adolescente, tráfico de drogas e função paterna. *Psicologia Política*, 11 (21), 141-158.
- Valença, M., & Castro, H. (2014). Carreira de indisciplinas em julgamento: o uso de drogas como elemento justificador da aplicação de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. *Violência, crime e segurança pública*, 6(2),305-318.
- Valente, F., & Lopes de Oliveira, M. (2015). Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 15 (3). 853-870.



- Vilarins, N. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília - UnB)*. Programa de Pós Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília. Acesso em 26 de Março de 2018, disponível em Repositório Institucional da UnB:  
[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016\\_Nat%20Nat%20C3%A1liaPereiraGon%20C3%A7alvesVilarins.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016_Nat%20Nat%20C3%A1liaPereiraGon%20C3%A7alvesVilarins.pdf)
- Yokoy, Tatiana ; Rengifo-Herrera, Francisco José. (2020). Affective-Semiotic Fields and the Dialogical Analysis of Values and Interpersonal Relations in Socio-educational Contexts. *Psychology as a Dialogical Science*. 1ed.: Springer International Publishing, 2020, v. , p. 95-114.
- Zahn, M., Mihalic, S., & Tichavsky, L. (2009). Determining what works for girls in the juvenile justice system. *Crime and delinquency*, 55(2), 266-293, doi: 10.1177/0011128708330649.
- Zantvliet, P., Ivanova, K., & Verbakel, E. (2018). Adolescents' involvement in romantic relationships and problem behavior: the moderating effect of peer norms. *Youth and society*, (00),1-18, doi: 10.1177/0044118X17753643.

## CAPÍTULO 2:

**“Tipo Bonnie e Clyde”: um estudo de casos múltiplos sobre namoro e  
envolvimento feminino com ato infracional**

### **Resumo**

O presente estudo se dedica a analisar aspectos de vida e do relacionamento amoroso de adolescentes em medida socioeducativa de internação que foram apreendidas com seus parceiros, a fim de compreender mecanismos que ocasionariam risco para o cometimento de ato infracional. Realizou-se estudo de caso múltiplos com três adolescentes que foram apreendidas junto com parceiros amorosos. Os dados foram coletados por meio de entrevista narrativa e analisados fazendo-se uso da análise temática. O principal achado refere-se à importância da fuga do lar na determinação do risco para o envolvimento com atos infracionais com parceiro amoroso. A transição para adolescência, o comportamento de risco, a atração por parceiro envolvido com ilicitude e a influência do parceiro se relacionaram com a fuga do lar, motivando-a ou dando contexto para sua manutenção. Conclui-se ser crucial a proteção integral na vida de crianças e adolescentes, dando destaque a estratégias de fortalecimento dos vínculos familiares.

**Palavras-chave:** adolescência; fator de risco; socioeducação; ato infracional.

### *Abstract*

The present study dedicates itself to analyze the life and amorous relationship aspects of teenagers in socio-educative measures of internment that were a.rehended with their partners, in order to comprehend the mechanisms that would cause risk. Multiples case-studies were carried out with three adolescents that were a.rehended along with amorous partners. The data were collected through narrative interview and analyzed making use of the thematic analysis. The main finding refers to the importance of escape from home in determining the risk for the involvement with infractional acts with an amorous partner. The transition to adolescence and the risk behavior, the attraction for a partner involved with the unlawfulness and the influence of the partner relate to the escape from home, motivating it or giving context to its manutention. It is concluded to be crucial the integral protection in the life of children and adolescents, highlighting strategies of strengthening family bonds.

**Keywords:** adolescence; risk factor; socio-education; infractional act.

## Introdução

O envolvimento com atos infracionais tem crescido de modo proporcionalmente superior para as adolescentes, se comparado com os pares de sexo masculino (Diniz, 2017). Diferente da pressuposição de que este aumento seria decorrente de maior nível de liberdade adquirido por mulheres e adolescentes do sexo feminino, o fenômeno atrela-se preponderantemente à maior exposição delas a violência, negligência, precarização e subalternização (Assis & Constantino, 2001; Diniz, 2017; Froemming, 2016; Vilarins, 2016; Fachinetti, 2008). Nesse sentido, o desenvolvimento de intervenções no âmbito da política pública de socioeducação que sejam sensíveis à condição social do público feminino é fundamental para que se ofereça um atendimento qualificado para as adolescentes.

Dificuldades de aprendizagem, baixa escolaridade, exposição à violência em ambiente familiar, consumo de drogas e vulnerabilidades sociais (ex: hipossuficiência de renda) são alguns dos fatores de risco para o envolvimento com atos infracionais (Gallo & Williams, 2005). Além dos fatores de risco mencionados, o envolvimento feminino com atos infracionais tem fatores de risco específicos, tais como: a vitimização por violência sexual, o encorajamento do parceiro amoroso, a presença de violência em relacionamento amoroso, o desenvolvimento de caracteres sexuais primários e secundários precocemente e a vitimização por exploração sexual (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). Tendo em vista que, dentre os fatores de risco, dois estão diretamente associados à relação amorosa (encorajamento do parceiro amoroso e presença de violência no relacionamento), é relevante compreender como as relações amorosas influenciam o envolvimento em atos infracionais para as adolescentes.

A relação amorosa consiste em uma das esferas de vida com maior influência do patriarcado, sistema de exploração e dominação, que estrutura relações de poder desigual e subalterniza o feminino (Saffioti, 1987; 2015). Esse sistema é uma importante variável relacionada à inserção de mulheres no contexto de ilicitude, pois o desequilíbrio de poder

demonstra ser ainda mais proeminente neste contexto (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). Avalia-se que, por conta da desigualdade nas relações, o encorajamento do parceiro ganha influência maior sobre o envolvimento para adolescentes do sexo feminino do que o inverso (Cauffman & Farruggia, 2008). Além disso, o relacionamento com homem ou adolescente envolvido com infrações penais pode ocasionar o sentimento de prestígio social e facilitar o contato com contexto de risco, em especial, para o tráfico de drogas (Aranzedo, 2015; Barcinski, 2009; Malvasi, 2012). As dificuldades enfrentadas com relação à obtenção de renda, que se tornam ainda mais salientes para as adolescentes e mulheres, também fazem com que o comércio de drogas surja como uma alternativa de inserção perversa na garantia da subsistência e do consumo (Coimbra, Bocco, & Nascimento, 2005; Froemming, 2016).

A reprodução da violência também é um fenômeno que se relaciona com o envolvimento feminino com ilícitos após o estabelecimento de relacionamento amoroso (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). A reprodução da violência se configura como estratégia para controle do parceiro em momentos de ciúmes, seja direcionada ao próprio companheiro ou a uma “rival” que ameace o relacionamento amoroso. Essa reprodução, entretanto, não fica restrita ao círculo íntimo, antes se torna uma forma de interação que pode implicar na ascendência do comportamento violento feminino. Pode-se supor, ademais, que a matriz da violência e do envolvimento com ilicitude é a mesma, fazendo com que a alta correlação existente entre elas decorra de serem desfechos de um mesmo conjunto de vulnerabilidades (Cuevas, Sabina, Fahlberg, & Espinola, 2018). Salienta-se, entretanto, que o envolvimento feminino com o cometimento de infrações pelo público feminino vai além da violência em âmbito doméstico ou periférica delas (Barcinski, 2009). Apesar de a literatura apontar a proeminência de histórias de vitimização, existe também outras formas de interação de mulheres e adolescentes no contexto criminal ou infracional que implicam em um maior nível de protagonismo (Barcinski, 2009; Malvasi, 2012).

O presente estudo, portanto, se propõe a investigar os mecanismos dentro de um relacionamento amoroso que condicionariam o risco para envolvimento feminino com atos infracionais para a realidade brasileira. A pertinência da investigação decorre de existirem vários estudos em âmbito internacional que tratam dessa relação (Backman, Laajasalo, Jokela, & Aronen, 2018; Cauffman & Farruggia, 2008; Eklund, Kerr, & Stattin, 2010; Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). O relacionamento amoroso, porém, tem recebido menor atenção em âmbito nacional, sendo que as pesquisas a que se teve acesso dedicavam-se ao público masculino e não buscavam compreender aspectos do relacionamento que configurariam risco para envolvimento com atos infracionais (Costa, 2015; Costa, Tavares, Vieira, & Silva, 2015; Ferro & Penso, 2012).

### **A Teoria do Apego: um modelo desenvolvimental**

A Teoria do Apego (TA) tem sido utilizada pela literatura como lente teórica para a compreensão da violência no namoro e também do envolvimento em infrações (Giordano, 2003; Herrera & Stuewig, 2017). Bowlby propõe que o apego é um sistema de comportamento com base filogenética que mantém e promove relacionamentos afetivos em uma sequência gradativamente mais ampla e complexa (Bowlby, 1982; 2002). Nesse sentido, o apego se configura com um sistema comportamental que visa garantir a proximidade com um cuidador que possa prover segurança e proteção. A existência e continuidade do cuidador permite que a criança estabeleça comportamentos exploratórios, compreendendo que, em caso de ameaça, poderá retornar a figura de apego, que é uma base segura. A separação do cuidador, nesse sentido, ocasionaria ansiedade e contextualizaria comportamentos de apego que buscam a retomada da proximidade.

O desenvolvimento humano é mediado pela capacidade de criar e manter vínculos construídos a partir de um modelo de apego primário, estruturado na infância pela interação

com um cuidador principal. A disponibilidade, responsividade e cuidados recebidos constituem a base para o desenvolvimento de modelos internos que facilitam o bem-estar em relacionamentos, a pró-sociabilidade e a saúde mental (Abreu, 2019; Bowlby, 1982; Gomez, 1997). Os modelos internos ou modelos funcionais influem sobre os relacionamentos instituídos durante o ciclo de vida, pois são ancoragens a respeito de qual o nível de segurança o outro pode garantir, que tipo de comportamento é necessário para demandar cuidado, como essa interação ocorre e o nível de conforto emocional garantido a partir dela (Dalbem & Dell'Aglio, 2005; Ramires & Schneider, 2010).

O desenvolvimento do apego seguro por meio de experiências de proximidade e estabilidade na infância tem se relacionado com desfechos desenvolvimentais de resiliência, maior tolerância e melhores processos de transição desenvolvimental (Dalbem & Dell'Aglio, 2008; Pontes, Silva, Garotti, & Magalhães, 2007). O apego seguro se caracteriza pela capacidade de conviver com a proximidade decorrente do relacionamento, sem experienciar grande nível de ansiedade quanto à possibilidade de ser abandonado pelo parceiro (Bartholomew, 1997; Bartholomew & Horowitz, 1991). O apego seguro está associado à pró-sociabilidade, à menor apresentação de comportamentos antissociais, ao estabelecimento de relacionamentos com maior qualidade e com menor prevalência de violência (Giordano, 2003; Velotti, Zobel, Rogier, & Tombelli, 2018). Este estilo de apego se relaciona a um maior nível de satisfação com relações amorosas, sendo fundamental para o uso de estratégias mais eficazes para a vida íntima de casal, o apoio mútuo e a resolução de conflitos, (Murta, et al., 2019; Scheeren, Delatorre, Neumann, & Wagner, 2015). Os modelos internos são cambiáveis a partir de sua atualização, isto é, experiências positivas ou negativas em relacionamentos podem modificar as formas de representação e impactar na disponibilidade de formação e manutenção de vínculos.



O apego inseguro, quando estão presentes condutas de evitação do contato ou ansiedade de separação, pode ter três diferentes configurações: preocupado, desconsiderador e medroso. Pessoas com o estilo de apego preocupado apresentam elevado grau de ansiedade de separação, pois não se percebem merecedoras de cuidado e o outro é representado como confiável (maior valência do outro no modelo interno). Pessoas com o estilo de apego desconsiderador apresentam um perfil desvinculado de intimidade ou contra-dependente por se avaliar como merecedor e outro como não confiável (maior valência em si no modelo interno). Pessoas com o estilo de apego medroso apresentam temor quanto à intimidade e evitação do contato social por não se perceber como merecedor e não avaliar o outro como confiável (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew, 1997).

Na dinâmica da violência em relacionamento, o nível de ansiedade de separação ganha destaque, pois hiperativa o sistema comportamental de apego, gerando respostas de protestos, as quais podem ser de natureza agressiva (Jennings, et al., 2017; McClure & Parmenter, 2017). A pesquisa realizada por Giordano, Lonardo, Manning e Longmore (2010), ao analisar a qualidade do relacionamento amoroso de adolescentes que cometeram infração, indicou que a presença de conflitos verbais seria um fator que agravaria o envolvimento com ilicitude. Nesse sentido, novamente, a violência emerge como um fator importante para a compreensão de mecanismos que condicionam vulnerabilidade para o envolvimento com atos infracionais e torna relevante a compreensão dos mecanismos atinentes ao relacionamento amoroso que implicariam em risco de envolvimento com atos infracionais.

Assim, o presente estudo se dedica a analisar aspectos de vida e do relacionamento amoroso de adolescentes em medida socioeducativa de internação que foram apreendidas com seus parceiros, a fim de compreender mecanismos que ocasionariam risco ao cometimento de um ato infracional. Compreende-se como risco a exposição a comportamento, situação ou evento com potencial de ter desfecho negativo ao sujeito (Costa & Assis, 2006).

Vulnerabilidade, apesar de eventualmente ser um conceito intercambiável com risco, tem um matiz de interação de um grupo em um contexto social, político e cultural, na qual existe exposição à adversidade, sem que o grupo tenha recursos simbólicos e materiais para sua superação (Scott, Prola, Siqueira, & Pereira, 2018)

## **Método**

### **Delineamento**

Tratou-se de pesquisa qualitativa a fim de compreender a experiência humana particular dentro de um contexto marcadamente cultural, temporal e local (Flick, 2004). O delineamento proposto foi de estudo de casos múltiplos (Yin, 2005). A estratégia principal de levantamento dos dados foi a entrevista narrativa; além disso, dados da inserção ecológica (etnometodologia) foram utilizados para interpretação, esclarecimento e validação dos dados colhidos pela entrevista.

### **Participantes**

Participaram da pesquisa três adolescentes (Iolanda, Nicole e Emanuelly - nomes fictícios) do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de internação em uma unidade mista do Brasil. Elas tinham entre 16 e 17 anos e foram apreendidas por força policial com parceiro amoroso, ao menos uma vez durante sua adolescência (critério de inclusão para o estudo de caso, escolhido para avaliar o impacto do relacionamento amoroso no envolvimento com atos infracionais). Duas encontravam-se no Ensino Fundamental e uma no Ensino Médio. Duas estavam em responsabilização por ato infracional contra patrimônio (roubo e furto) e uma por ato contra a vida.

### **Procedimentos**

As adolescentes foram entrevistadas na fase final da inserção ecológica, que será detalhada no capítulo 3 desta dissertação (Ceconelo & Koller, 2016). A inserção ecológica

trata-se de um método de pesquisa e intervenção com enfoque no desenvolvimento humano sistêmico e contextual a partir da imersão no contexto. No desenvolvimento deste método, o presente pesquisador conviveu na instituição em que as adolescentes estavam por 4 meses, com cerca de duas visitas semanais com duração média de 3h cada, totalizando aproximadamente 100h no contexto institucional. A inserção ecológica desenvolveu-se em três fases: a primeira enfocou na leitura de prontuários para conhecimento dos casos e na apresentação da pesquisa e do pesquisador às servidoras da unidade de internação que foi o campo de pesquisa (opta-se pelo uso de “servidoras” para respeitar a vantagem numérica delas nos espaços de cumprimento de medida destinados às adolescentes do sexo feminino). A segunda fase destinou-se a observação não participante e diálogo não estruturado com servidoras. A terceira fase destinou-se à convivência com as adolescentes em seus períodos de “banho de sol” (períodos livres em que elas conversavam entre si fora dos quartos) e realização das sessões de entrevista narrativa.

Nos momentos de banho de sol, as conversas eram guiadas pelos interesses das adolescentes, porém, por saberem do objetivo da pesquisa foram frequentes os relatos a respeito de seus relacionamentos amorosos anteriores e atuais. Avalia-se que utilizar de um método com imersão em campo (inserção ecológica) contígua às entrevistas foi importante para promover confiança nas adolescentes e como estratégia de validação e enriquecimento dos dados colhidos pelas entrevistas, pois algumas categorias temáticas puderam ser validadas a partir da experiência cotidiana com as participantes da pesquisa.

O levantamento empírico principal para o presente capítulo foi realizado por meio de entrevistas narrativas (Jovchelovitch & Bauer, 2002). Esta técnica busca motivar a informante a contar a história sobre acontecimentos importantes de sua vida. A entrevista narrativa divide-se em quatro fases. A primeira corresponde ao momento de explicitação dos objetivos e apresentação da tarefa. A segunda fase trata da coleta da narrativa central, momento em que

não se interrompe e se registram algumas notas. A terceira fase busca esclarecer a narrativa central. No caso desta pesquisa, nesse momento, foi necessário o uso de uma seta desenhada em papel para organização dentro de uma dimensão temporal dos fatos citados pelas adolescentes. A última fase das entrevistas narrativas destina-se ao fechamento da entrevista, momento em que se averigua o bem-estar emocional da entrevistada e se validam alguns indicadores percebidos (Jovchelovitch & Bauer, 2002).

A proposta inicial previa a realização de três sessões de entrevista com cada adolescente. Realizaram-se, porém, três sessões de entrevista individual com Nicole, duas sessões com Iolanda e uma com Emanuely. A diferença no número de entrevistas individuais decorreu de: choque do agendamento da entrevista com outra atividade pedagógica (dando-se preferência a esta); e equipe de segurança reduzida que inviabilizou a retirada da adolescente de seu alojamento para a sala de atendimento. Destaca-se que o subfinanciamento da política pública de socioeducação condiciona que unidades funcionem com um número de servidores abaixo do necessário para a plena execução do programa de atendimento, obstáculo vivenciado na consecução da presente pesquisa. As dificuldades institucionais motivaram a realização de uma entrevista conjunta que cobriu os tópicos faltantes durante um banho de sol no qual estavam as duas adolescentes que não tinham completado as 3 entrevistas (Iolanda e Emanuely). A adaptação realizada ocasionou dificuldade no aprofundamento sobre alguns momentos da vida individual, porém viabilizou que as adolescentes negociassem sentidos a respeito de fenômenos tidos como comuns para elas.

### **Instrumentos**

Para a consecução da pesquisa, utilizou-se um diário de campo em que o pesquisador tomava notas ao longo da inserção ecológica. Além disso, foram construídos 3 roteiros de entrevista narrativa:

- Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 1 (Anexo A);

- Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 2 (Anexo B);
- Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 3. (Anexo C)

O roteiro foi estruturado para a realização de 3 sessões de entrevista para cada adolescente. Utilizou-se o seguinte texto como disparador para coleta da narrativa central desta pesquisa: *“Uma história tem vários momentos e no passar da história várias emoções surgem. Lembre-se de um livro que tenha lido recentemente ou de algum conto, como eles organizam a história com o passar do tempo, tendo um começo, um meio e um fim. Durante o relato, vários personagens surgem, eles têm alguma função na vida da protagonista. Esta entrevista quer saber sobre a sua história, em especial, **sobre o sua vida**. Você pode começar com “Era uma vez” e seguir do jeito que fizer sentido para você, não existe uma forma certa ou errada de contar.”* O trecho em negrito foi substituído em cada uma das sessões de entrevista por “sobre seu relacionamento amoroso” ou “sobre seu tempo de internação”, de acordo com o objetivo da entrevista. As entrevistas foram ordenadas da seguinte forma:

- 1º- Sua história de vida: explorou-se local de nascimento, configuração familiar, memórias da infância, eventos marcantes, pessoas que foram relevantes para seu desenvolvimento, relação com a escola e com outras instituições;
- 2º- Sua vida amorosa: investigou-se o primeiro relacionamento amoroso, expectativas, decepções, atividades conjuntas, rotinas, aspectos positivos e negativos da relação; e
- 3º- Sua vida institucional: explorou-se a adaptação à medida, figuras que favoreceram a adaptação, sofrimentos, sucessos, relacionamentos amorosos durante o cumprimento da medida.

### **Aspectos Éticos**

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, conforme Anexo D (CEP/CHS – UNB, CAAE: 08915218.1.0000.5540). Como as participantes tinham menos de 18 anos assinaram Termos

de Assentimento para entrevista (Anexo E) e para a inserção ecológica (Anexo F) e Autorização para gravação de som de voz (Anexo G). Assegurou-se a participação voluntária e a possibilidade de desistência sem prejuízo. A pesquisa foi autorizada tanto pela respectiva Vara de Execução e também pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, ambas corresponsáveis legais pelas adolescentes inseridas no contexto de internação. Todos os nomes e referências de endereço apresentados na descrição dos casos são fictícios.

### **Análise de Dados**

O *corpus* de dados analisados foi composto por: a) transcrição das entrevistas e b) registros constantes em diário de campo concernentes às categorias temáticas estabelecidas pela análise temática. As entrevistas passaram por transcrição seguida de análise temática (Braun & Clarke, 2006). O tratamento dos dados seguiu as seis fases indicadas para o método: familiarização com os dados por meio de várias leituras; construção de indicadores iniciais; busca pela estruturação de temas a partir das relações existentes entre indicadores; revisão da pertinência e adequação dos temas; definição de temas/categorias analíticas e sua nomeação; e estruturação e escrita dos resultados da pesquisa para cada uma das adolescentes – a entrevista realizada em conjunto foi analisada após o tratamento das entrevistas individuais. A imersão prolongada em campo foi utilizada como estratégia de validação dos dados coletados no processo de pesquisa (Cresswell, 2007).

### **Resultados e Discussão**

Os resultados da pesquisa são apresentados em três partes: a primeira trata da apresentação dos casos. A segunda se destina à apresentação das categorias temáticas. Para clarificação, apresenta-se também a “Tabela 1: trechos da entrevista que representam cada categoria temática”. Por fim, apresenta-se a “Figura 1: diagrama da relação história de vida x categoria temática”, cujo objetivo é apresentar o cruzamento entre as categorias temáticas e a

história de vida das adolescentes. Estruturaram-se os dados em 4 categorias temáticas: 1 - a transição para a adolescência e o comportamento de risco; 2 - a atração por parceiro envolvido com ilicitude; 3 - a fuga do lar decorrente da fragilização de vínculos; e 4 - a influência do parceiro no envolvimento.

### *Apresentação dos Casos*

A família das adolescentes entrevistadas tinha renda per capita entre meio e um salário mínimo, sendo que as atividades profissionais desempenhadas pelos provedores principais foram irregulares no decurso de suas vidas. As três adolescentes viveram em regiões em estruturação, nas quais havia poucos aparelhos públicos de garantia de direitos. Além disso, as suas comunidades eram marcadas pela violência e pelo tráfico de drogas.

#### *Iolanda*

A adolescente explicou que seus pais foram presos por cometimento de tráfico de drogas, quando ela tinha cerca de 3 meses. Iolanda informou que, após o cumprimento da sentença determinada aos pais (3 anos), não voltou a morar com eles até o início da adolescência. Durante a infância ficou aos cuidados dos avós, cuja relação foi descrita como harmoniosa, porém, sempre sentia falta dos pais. O lazer da infância foi descrito como decorrente de receber colegas da escola que brincavam em sua casa e nas visitas que fazia a casas de tios. O processo de transição para a adolescência foi mencionado como conturbado. A fim de ter mais liberdade, decidiu ir morar com os pais. Por volta de seus 12 anos, o pai foi novamente preso, o que, no relato da adolescente, foi um evento de muito sofrimento.

Iolanda iniciou namoro aos 13 anos com um traficante de sua região (cerca de 8 anos mais velho que ela) – destaca-se que esta situação configura, a partir da Súmula 593 do Superior Tribunal de Justiça, estupro de vulnerável. Para viver a relação, a adolescente fugiu

da casa dos pais. O término do relacionamento aconteceu após a avó denunciar o caso à polícia. O segundo namorado foi com quem o comportamento de risco tornou-se mais proeminente, pois pretendiam sustentar-se com o dinheiro obtido pelo tráfico de drogas. Ao esclarecer sobre o ato infracional que cometeu junto com o namorado, Iolanda informou que os dois estavam separados, porém, o namorado queria que vivessem juntos novamente. Assim, ele se preparou para cometer um roubo e chamou o irmão de Iolanda; ela ouviu e decidiu participar. Os três foram apreendidos e sentenciados à medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional. Iolanda cita que o processo de adaptação à vida institucional da Unidade foi difícil, pois se envolveu em faltas disciplinares de agressão às demais adolescentes.

A partir dos dados coletados da história de vida e vida institucional, foi possível perceber que Iolanda apresentava um estilo de apego marcado pela necessidade de proximidade e ansiedade de separação. O modelo funcional inferido a partir do discurso, reiteradamente, apresentava maior valência do outro e associava-se a uma autopercepção negativa. Nesse sentido, a adolescente frequentemente aderiu às narrativas de defectividade a respeito de si e não conseguia observar recursos pessoais a serem mobilizados frente à sua realidade. Dentro dos estilos de apego, a configuração apresentada pode ser categorizada como de apego preocupado (Bartholomew & Horowitz, 1991). Nesse sentido, os eventos de separação vividos tiveram grande impacto na trajetória de vida e foram, dentro da perspectiva da adolescente, o motivo da adesão ao “projeto de vida do crime”.

### *Emanuelly*

A adolescente lembrou que a prisão de sua mãe ocorreu quando ela tinha cerca de 5 anos. A genitora foi presa por tráfico junto com o companheiro e ficou 4 anos em restrição da liberdade. Emanuelly relatou que sofreu abuso sexual pelo filho do padrasto e, por isso



tornou-se uma criança difícil, motivo que ocasionou sua mudança entre as casas das tias e o período em acolhimento institucional na infância. O abusador foi denunciado, mas Emanuely não soube discorrer sobre o possível processo de responsabilização criminal dele. As mudanças frequentes afetaram a formação de vínculos com amigos e instituições. A transição para a adolescência teve como tensão o não reconhecimento da genitora como uma figura de autoridade. Além disso, Emanuely afirmou que queria ter roupas de marca, as quais a mãe não tinha condições financeiras para obter.

O primeiro relacionamento amoroso dela se estabeleceu com um jovem da comunidade conhecido pelo envolvimento com o roubo e desmontes de carros, que foi visto como alguém que poderia dar-lhe de presente os itens que desejava. A adolescente fugiu da casa da mãe para morar com o namorado. O fim desse relacionamento ocorreu após intervenção da genitora, que retirou Emanuely da casa onde morava com ele e cortou seus cabelos como punição. A primeira apreensão de Emanuely ocorreu na casa de Renato (segundo namorado). No momento da apreensão, Renato solicitou que ela assumisse a posse da droga e dos demais itens ligados ao tráfico, por ele ser maior de 18 anos, e ela se negou. Após esse relacionamento, Emanuely afirmou ter conhecido uma mulher que a convenceu a ir para outro Estado para cometer atos infracionais e, em virtude disso, cometeu o furto pelo qual respondia à medida socioeducativa de internação na época da pesquisa. A adolescente afirmou nunca ter se envolvido com qualquer falta disciplinar na instituição. Ela salientou que o período de cumprimento de internação em outro estado foi mais proveitoso, pois as demais adolescentes mostravam-se mais receptivas.

Emanuely foi a adolescente que trouxe mais queixas com relação à convivência na Unidade de internação, demonstrando alta ambivalência em suas interações, o que se relacionou com a queixa de sofrimento psicológico mais acentuado apresentado durante a pesquisa. A adolescente exigia de modo ascendente compreensão e afeto dos demais,

apresentando uma conduta difusa com relação às respostas que recebia. Quando recebia atenção e compreensão, não se sentia confortável; quando não o recebia, narrava sentir-se frustrada. A configuração observada, portanto, corresponde ao estilo de apego medroso (Bartholomew & Horowitz, 1991). A adolescente sempre pontuou seu descrédito quanto à capacidade do outro em atender às suas necessidades afetivas e de compreensão, o que fragilizava seus vínculos afetivos.

### *Nicole*

Nicole relatou que a infância foi marcada pelo processo de separação dos pais. A mãe discutia com o pai de Nicole em virtude de ele sair à noite. Durante a entrevista, Nicole lembrou-se dos amigos da infância de modo marcante, citando sua saudade, pois vários já vieram a óbito. A adolescente afirmou ter assistido três episódios de violência doméstica, duas em que o pai agrediu a mãe e uma em que a mãe revidou uma agressão sofrida. A transição para a adolescência foi descrita também como conturbada. Nicole esclareceu que começou a faltar aulas para sair com amigos e que apanhou por conta desse comportamento, motivo pelo qual passou a mentir para a mãe. A genitora era a provedora principal e por conta da longa jornada não conseguia acompanhar a vida escolar da filha.

O primeiro relacionamento amoroso da adolescente foi avaliado como um “namoro de portão”, o qual foi informado e autorizado pela genitora. No segundo namoro, que ocorreu por volta dos 14 anos, ela decidiu fugir de casa e morar com o namorado para ter maior nível de liberdade. À época, Nicole já estava envolvida com o comércio de drogas e a genitora concordou com a relação, na esperança que a adolescente reduzisse o comportamento de risco. A adolescente compreende que a relação foi um evento positivo para reduzir seu envolvimento com atos infracionais. O envolvimento dos dois com um ato infracional para Nicole foi um evento fortuito. O casal estava separado. Passados alguns meses, o então ex-

namorado chamou Nicole e suas amigas para passearem. Na ocasião do passeio, ele viu a “oportunidade” para o cometimento de um roubo, o que ocasionou o processo de responsabilização para ambos. Nicole teve faltas disciplinares dentro da Unidade de internação em virtude de ter beijado o último namorado (outro adolescente da unidade em que cumpria a medida) em momento inadequado. A adolescente compreende que a medida socioeducativa de internação tem sido proveitosa para se tornar mais responsável.

Nicole foi a adolescente que demonstrou maior capacidade de conviver com a proximidade em âmbito institucional e na sua trajetória de vida. Apesar de vários relatos de episódios que ocasionaram sofrimento psicológico, ainda foi possível observar confiança em si e na possibilidade de buscar apoio e conforto emocional. Essa característica demonstrou ser um recurso importante para lidar com o estresse da vida em privação da liberdade. Eventualmente, a adolescente narrou episódios de ansiedade de separação nos relacionamentos amorosos que condicionaram discussões, porém, sem menção à violência. Dentro da configuração de estilos de apego, Nicole seria a adolescente com o estilo de apego mais próximo ao descrito com seguro (Bartholomew & Horowitz, 1991).

### ***Apresentação das Categorias Analíticas***

A Tabela 1 apresenta trechos elucidativos das entrevistas que contribuiriam para a construção das categorias analíticas. Opta-se por apresentar trechos de todas as categorias a fim de que o leitor possa analisar comparativamente as relações entre elas. Esclarece-se que o “155” referido por Nicole significa a prática de ato infracional análogo a furto e que “X” trata-se de uma quadra onde a prática infracional era cometida, porém optou-se por sua omissão para resguardar o sigilo.

#### **Tabela 1:**

Trechos da entrevista que representam cada categoria temática

Categoria Temática	Adolescente	Trecho da entrevista
--------------------	-------------	----------------------

<b>A transição para a adolescência e o comportamento de risco</b>	Iolanda.	Com 12 anos eu já queria fugir de casa. Minha avó preocupada comigo, já chorando e eu na casa dos outros já querendo, tipo eu já para a casa de traficante, já ia querer vender droga, já queria ir para o crime mesmo. Tipo eu era revoltada com meu pai.
	Emanuelly	Olha, eu comecei a me envolver assim com 11 anos. Com 11 anos de idade, eu fumei meu primeiro baseado de maconha e foi quando, para mim, eu já queria ser adolescente, eu já queria. Era ah! Eu já tô é grande e gostava de andar com roupa curta já, e minha mãe nunca gostou disso.
	Nicole	É porque eu estava dando muito trabalho para a minha mãe e eu queria ficar saindo direto e minha mãe sempre foi muito amiga, sabe?! De boa, assim. Mas, só que eu extrapolava
<b>A atração por parceiro envolvido com ilicitude</b>	Iolanda.	E eu queria tipo alguém que fosse da vida do crime também. Um amor tipo Bonnie e Clyde. Gente! Juntos, ou separados só com a morte. Ir roubar juntos, fazer tudo juntos. Ir para a vida do crime, se ele ia ser preso, eu também ia.
	Emanuelly	Ah! Eu tenho que arrumar alguém que me dê as coisas que eu gosto. Eu tenho que arrumar um namorado e ele vai me dar o que eu quero, eu pensava assim. E ele já pegava e gostava de roubar carro, pá e eu me amarrei nele. Para mim, ele era o homem perfeito para a minha vida.
	Nicole	Aí, na escola, que nós veio se aproximar e eu estudava na sala do irmão dele. Aí. Aí no intervalo levava altas ideias. Na hora de voltar da escola, que nós ia de ônibus, né?! Mas, tipo, ele já tinha pedido para ficar comigo, mas eu, tipo, não quis. Aí depois de um tempão que nós se envolveu.
<b>A fuga do lar</b>	Iolanda.	Aí eu comecei a meter o terror, eu ainda eu estudava, mas aí eu comecei a aprontar, fugi de casa a usar droga, maconha, comecei a ir para a festa, aí comecei a até agora estou nessa aí. Aí deu o quê? Eu comecei a namorar, aí eu saí de casa. Fui morar com homem, apanhei. Apanhava.

Emanuelly	E eu peguei e cansei. Um dia eu falei você quer saber de uma coisa?! Minha mãe só me tranca, eu vou é fugir de casa. Eu achava que a solução era aquilo e hoje em dia eu vejo que foi a pior burrice que eu fiz na minha vida.
Nicole	Aí eu peguei e fugi de casa e aí ele pegou... Aí eu fiquei na casa de uns amigos meus. Esses amigos meus, eram amigos dele. Aí ele ia lá direto, né!? Aí passou um tempo, ele me chamou para morar com ele. Aí ele pegou e foi falar com a minha mãe, né?! Ver se ela autorizava
<b>A influência do parceiro</b>	Iolanda. E tipo eu gostava de perigo, eu gostava, moço. Eu gostava da adrenalina, de namorar com traficante, que tipo assim, na minha mente, eu vou traficar também, vou namorar com traficante que ele vai me ensinar tudo também.
Emanuelly	Ele rodou num porte de arma, num tráfico de drogas e em formação de quadrilha e nisso eu tava na casa e todo mundo que estava na casa, todo mundo que estava lá foi para a Delegacia e ele queria que eu assumisse, porque ele já tinha 18 anos.
Nicole	Ah! Eu tava vendendo drogas. Eu nunca gostei de roubar. Só que, às vezes eu roubava no 155 e eu vendia muita droga lá na X. Aí ele não deixava, não deixava mais eu ir.

---

### *A transição para a adolescência e o comportamento de risco*

A transição para a adolescência foi um período avaliado pelas adolescentes como conturbado, pois aumentaram os conflitos com suas responsáveis. Todas as adolescentes relataram sentir uma necessidade de maior liberdade e de aquisição de itens de consumo valorizados pelos pares (geralmente de preço elevado). Nesse período, fizeram as primeiras experimentações do uso de drogas e de lazer com pares envolvidos com ilicitudes (os “frevos”). Esses eventos concorreram com a relação com a família e com o vínculo escolar. Essa categoria analítica relacionou-se com a fuga do lar no sentido de que o anseio pela liberdade seria um dos motivadores para sair da casa da família.

Bowlby destaca a característica ativa dos indivíduos em seus processos de apego (busca por proximidade), não sendo somente depositários das experiências vividas (Bowlby,

1982). Essa característica torna-se mais proeminente na adolescência e pode ser observada na trajetória de vida das adolescentes, inclusive pela necessidade de maior liberdade. A historicidade das famílias, entretanto, já comportava eventos com potencial de impactar os vínculos familiares e os processos de apego, tais como violência sexual, violência doméstica e instabilidade na figura principal de cuidado (McClure & Parmenter, 2017). Esses fatos trouxeram maior tensão ao processo de transição para a adolescência. É importante salientar, ainda, que não houve relato de aparelhos ou serviços que tiveram função de dar suporte a essas famílias em seu desenvolvimento como sistema protetor. O vínculo a instituições, nesse sentido, pode figurar como uma forma de atualizar o sistema de apego (Bond et al., 2007), porém, a rede de proteção disponíveis nos territórios das adolescentes não conseguiu abarcar as adolescentes do estudo.

As práticas educativas perpassadas pelo uso de punição física ou vexatória foram relatadas pelas adolescentes como um aspecto que as distanciou de suas genitoras. Progressivamente, as adolescentes não compreendiam a família como uma base segura para retornar, após as suas experimentações; antes, se sentiam cada vez mais pertencentes à “vida do crime”. Nesse sentido, os dados empíricos estiveram em consonância com pesquisas anteriores que avaliaram que comportamentos de risco estariam presentes antes da instituição do relacionamento amoroso com pessoas envolvidas com contravenções (Eklund, Kerr, & Stattin, 2010). Além disso, acredita-se que a violência no namoro e o envolvimento com atos infracionais foram fenômenos que ocorreram a partir do mesmo conjunto de vulnerabilidades para os casos estudados (Cuevas et al., 2018), tais como: a experiência de violência dentro das relações familiares, dificuldade no que tange à aquisição de renda, poucos aparelhos estatais de garantia de direitos na comunidade, entre outras.

*A atração por parceiro ligado à ilicitude*

Iolanda e Emanuely avaliam que buscaram ativamente parceiros ligados à ilicitude. A primeira afirma que viveu um momento de grande confusão, em que seu projeto de vida era a “vida do crime” e que namorar alguém envolvido com o crime seria um passo para a concretização deste. Emanuely avalia que se atraiu pelo estereótipo associado à imagem de homens envolvidos com a ilicitude, primeiro, pela dimensão financeira. Nicole, por outro lado, não salientou nenhuma dessas características como atrativas, mas sim, um processo de enamoramento e intimidade que desenvolveu com seu parceiro, o que Iolanda afirmou ter vivido a partir do seu segundo relacionamento. Esta categoria analítica aponta para a existência de um processo ativo de envolvimento, sem que se desconsidere a percepção das violências às quais estas adolescentes foram submetidas (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013).

Nicole foi a adolescente cuja vida institucional e discurso apontaram para a presença de um estilo de apego seguro (Bartholomew & Horowitz, 1991). O estilo de apego demonstrou ter sido protetivo no que concerne ao estabelecimento dos primeiros relacionamentos amorosos em dois sentidos. O primeiro trata-se de conseguir vivenciar a intimidade com a genitora, o que favoreceu o diálogo a respeito da relação amorosa, bem como conseguia lidar com as orientações a respeito. O segundo foi a maior capacidade em experimentar a intimidade no relacionamento, o que favoreceu seu estabelecimento progressivo, fato que trouxe menor tensão ao sistema familiar.

Iolanda e Emanuely, por outro lado, não relataram esta experiência, antes enfocaram na admiração pelos possíveis namorados. Relacionar-se com um homem envolvido com a ilicitude tem sido relatado como fonte da sensação de prestígio (Assis & Constantino, 2001; Aranzedo, 2015), o que condiciona uma assimetria no relacionamento que desfavorece a adolescente. Além disso, as famílias, ao observarem o envolvimento amoroso das adolescentes, buscaram intervir, porém, os vínculos fragilizados não suportaram a intervenção

familiar e ocasionaram ainda mais tensão, o que culminou com a fuga das adolescentes do lar para viver com o namorado. O empobrecimento da inserção na rede social (família e escola) ocasionado pelo estabelecimento do relacionamento ascendeu o valor deste e diminuiu as oportunidades de negociação de sentidos a respeito das expectativas e normas aplicáveis ao namoro (Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018).

Além disso, a subjetivação feminina para relacionamentos cria condições culturais nas quais estar em um romance parece se tornar mais importante do que a qualidade do próprio relacionamento (Zanello, 2018). Compreende-se que os processos culturais incidem sobre a formação de vínculos com o par romântico. No caso das relações de gênero, observa-se que os relacionamentos ocasionam maior nível de ansiedade de separação às mulheres e adolescentes (Scheeren et al., 2015). Essa ansiedade de separação ativa respostas para garantir a proximidade e a manutenção do relacionamento, o que pode ser um fator que, no caso de Iolanda, se apresentou como uma voluntariedade assumir atos infracionais e crimes cometido por parceiros, a fim de garantir a continuidade da relação amorosa, fenômeno que já foi descrito no âmbito de envolvimento de mulheres com o tráfico (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013).

#### *A fuga do lar decorrente da fragilização de vínculos*

Nos três casos em análise, observa-se um processo de fragilização de vínculos familiares que culmina no início da adolescência com a fuga do lar da adolescente. A fuga do lar é um fenômeno com destaque dentro de trajetórias de envolvimento com infrações por adolescentes do sexo feminino (Herrera & Stuewig, 2017). A saída da casa da família tende a agravar o comportamento de risco devido às adversidades enfrentadas no que tange à subsistência e falta supervisão do comportamento. Nos casos sob análise, a saída da casa da família ocasionou para todas a evasão ou a manutenção da evasão escolar. No caso de



Iolanda, ocorreu a exposição à violência no namoro; e nos casos de Iolanda e Emanuely, houve o fortalecimento de comportamentos de risco (uso e comércio de drogas).

A condição de gênero implica que a fuga do lar tenha um peso diferente nas trajetórias de envolvimento com atos infracionais, pois adolescentes do sexo masculino relatam menor frequência da saída do lar em virtude do envolvimento com infrações (Herrera & Stuewig, 2017). Nesse sentido, os casos apontam que o público feminino estaria inserido em dinâmicas diferentes no que tange ao seu convívio na família em duas dimensões. A primeira seria o aspecto moral do controle sobre mulheres e adolescentes, pois o envolvimento com atos infracionais pode ocasionar o sentimento de culpa na adolescente, que faz com que fugir de casa se torne uma alternativa. Nicole, nesse sentido, relata que sua fuga do lar teria sido motivada pelo sentimento de culpa, a fim de que seu envolvimento com o tráfico não fizesse a mãe sofrer mais.

A literatura aponta, ainda, que a fuga do lar por adolescentes pode ser decorrente das violências que estas sofrem no âmbito familiar. Nesse sentido, ganha destaque a violência sexual, que é o fator mais pesquisado quando se trata de envolvimento com atos infracionais pelo público feminino (Herrera & Stuewig, 2017; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). A saída do lar seria uma forma de escapar das violências que se sofre nele. Compreende-se que a violência sexual interfere em um importante indicador de saúde mental descrito pela teoria do apego: a capacidade de reconhecer figuras disponíveis para dar suporte quando em momento de necessidades (Bowlby, 1982). Essa desorganização do sistema de apego é ocasionada por conta de a figura que violenta é a mesma que deveria prestar ou presta apoio e cuidado, fazendo com que a representação de si e do outro restem prejudicada, fenômeno similar ao relatado por Emanuely.

*A influência do parceiro no envolvimento com atos infracionais*

Nenhuma das adolescentes relatou que seu parceiro fez encorajamento direto à prática de ato infracional, porém Iolanda e Emanuely compreendem que a relação foi um importante fator para o envolvimento com infrações. Nicole, por outro lado, relatou que a relação a auxiliou no sentido de se distanciar do envolvimento que tinha com o tráfico. O relato de Nicole evidencia que relacionamento amoroso também pode ter efeito de proteção, em especial, quando a relação é caracterizada por sua qualidade (Murta, et al., 2019). A relação pode se configurar como um vínculo emocional importante, o qual é levado em consideração ao cogitar o envolvimento com atos ilícitos, pressuposto que está de acordo com a teoria do apego (Backman et al., 2018).

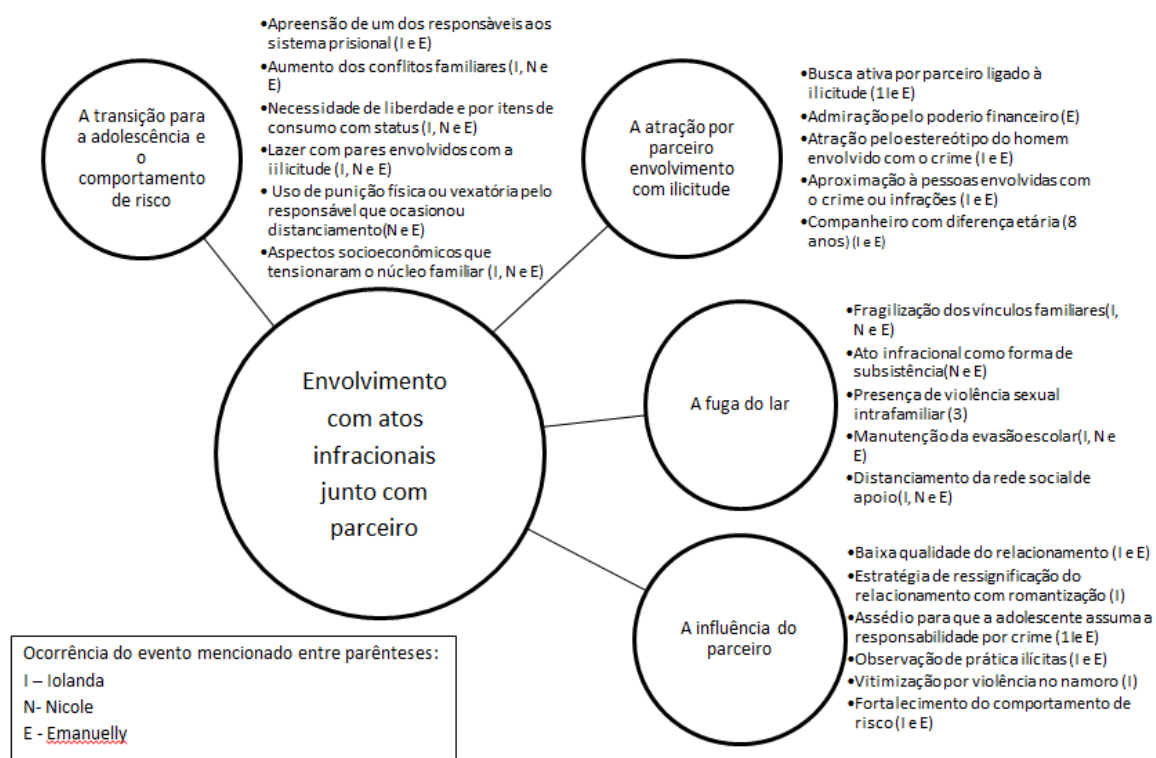
Apesar de não existir relato de encorajamento por parte do parceiro, as adolescentes, em especial quando se relacionaram com parceiros maiores de idade, estiveram em uma condição de risco aumentada. A inserção ecológica permitiu colher indicadores de que os laços de afeto mais intensos justificariam que as adolescentes assumissem ato infracional por seus parceiros. As demais adolescentes relataram que assumiriam crimes e ato infracional por seus pais e irmãos. Por mais que o processo judicial não comporte somente depoimentos, esse indicador é importante para a prática de profissionais, pois seria mais uma forma de dominação e exploração feminina pelos dispositivos afetivos, os quais requerem sensibilidade para abordagem, pois estão arraigados em diversas práticas culturais (Saffioti, 2015).

Iolanda ressignificou a experiência do relacionamento com vistas a corresponder com a expectativa de relação com alto nível de comprometimento. Além de observar o relacionamento como uma forma de se inserir na vida do crime para auferir renda, ela nutria expectativas a respeito da possibilidade de que a relação tivesse um alto nível de comprometimento (“até a morte”), companheirismo (“ir roubar juntos, fazer tudo juntos”), figurando-se como uma base segura para o que tinha como projeto de vida (“vida do crime”). A confiança na “vida do crime” ressignifica o desfecho da prisão, fazendo com que a

experiência tome uma dimensão de prova de amor. Esse relacionamento seria do tipo “Bonnie e Clyde”, casal famoso historicamente por cometerem crimes juntos nos Estados Unidos.

O nível de risco implicado pelo namoro estaria associado ao seu estabelecimento precoce e os modelos desenvolvidos em âmbito familiar. A precocidade trata-se do estabelecimento de relação amorosa antes da rede de amigos também iniciarem relacionamento, indicando que as normas do grupo podem ter um efeito protetivo na negociação das expectativas quanto a um relacionamento e em sua qualidade (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). A boa relação familiar implica tanto em modelos relacionais mais protetivos, que se levam para o namoro, mas também em melhores canais de diálogo que viabilizam o suporte parental à adolescente (Cauffman & Farruggia, 2008). Os achados estão de acordo com a necessidade de promoção de vínculos durante o ciclo de vida como mecanismo para a proteção ao desenvolvimento humano (Bond, et al., 2007; Bowlby, 1907/2002).

A Figura 1 tem por objetivo ilustrar para o leitor a síntese das relações estabelecidas ao longo da análise dos dados entre fenômenos constantes na história de vida das adolescentes e as categorias temáticas construídas na pesquisa. As categorias temáticas são apresentadas dentro de balões, sendo que os índices temáticos estão alinhados próximos à categoria com a qual se relaciona. Dentro dos parênteses consta o registro a respeito da presença do fenômeno na vida de Iolanda (I), Nicole (N) e Emanuely (E). A partir do cruzamento das categorias temáticas e história de vida, observou-se a importância da fuga do lar na determinação do risco para o envolvimento com atos infracionais. A transição para adolescência e comportamento de risco, a atração por parceiro envolvido com a ilicitude e a influência do parceiro se relacionaram com a fuga do lar, motivando-a ou dando contexto para sua manutenção.



**Figura 1. Diagrama da relação história de vida x categoria temática**

### Considerações Finais

O presente capítulo analisou aspectos de vida e do relacionamento amoroso de adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação em estabelecimento educacional que foram apreendidas com seus parceiros amorosos, a fim de compreender mecanismos que ocasionaram risco a para envolvimento com atos infracionais. As adolescentes que participaram da pesquisa vivenciaram ainda na infância eventos com potencial de desorganizar o sistema de apego e os vínculos familiares. A transição para a adolescência foi descrita como conturbada e o relacionamento amoroso figurou como uma facilitador para a fuga do lar. Após a fuga do lar, a adolescente viveu sob condição de maior vulnerabilidade social e houve aumento do comportamento de risco.

Bowlby, a partir de seus postulados teóricos, dedicou sua carreira à estruturação de políticas que protegessem a infância, fomentando bases para a proteção do desenvolvimento infantil. A realidade brasileira, entretanto, ainda não garante para todas as crianças o seu desenvolvimento infantil em um ambiente que promova a segurança e o vínculo emocional. O ECA, neste sentido, lança uma corresponsabilidade entre Estado, sociedade e família no alcance deste objetivo (Brasil, 1990). O enfoque da responsabilidade pela proteção das crianças, porém, costuma recair sobre as famílias que também estão em uma condição de desproteção social. A garantia da subsistência familiar torna-se grande desafio em um país marcado pela desigualdade, principalmente para as famílias monoparentais femininas, que se destacaram no presente estudo.

Além disso, a cultura patriarcal dá contexto a uma permissividade da violência contra mulheres e crianças, que é obstáculo ao desenvolvimento saudável. É a partir desse prisma que os processos de apego observados nesse estudo são analisados. No sentido de refletirem tanto processos individuais e interpessoais, porém em um imbricado de relações com a sociedade que é continente destes.

A teoria do apego postula ainda que a saúde psicológica se materializa em função das relações que se estabelecem, inclusive em instituições. O aparato estatal presente na vida das adolescentes foi diminuto durante seu desenvolvimento. A escola figurou como principal instituição presente, porém, não sem obstáculos, haja vista que tanto Emanuely como Nicole relataram que houve um período em que precisavam sair de sua comunidade para estudar, pois não existiam escolas suficientes. Nenhuma adolescente relatou acesso a instituição que promovesse a prática esportiva, a escola de línguas, a atividade cultural, ambientes que poderiam atualizar os estilos de apego e garantir uma rede de proteção que atuaria quando na apresentação de comportamento de risco. A vida das adolescentes, entretanto, indica que,

quando apresentaram os primeiros comportamentos de risco, ficou a cargo da família exclusivamente a responsabilidade por cuidar e protegê-las.

As adolescentes compreendem que buscaram ativamente amizades e parceiros envolvidos com ilicitudes. O posicionamento delas, por vezes, pode ocasionar estranheza em virtude da representação social de que práticas criminosas ou infracionais são exclusivas do público masculino. Nesse sentido, existe uma demanda para que se possa observar o envolvimento feminino por um prisma complexo e não estereotipado. Uma abordagem mais realista permite melhores intervenções psicossociais, enfocando-se os diversos motivadores para o envolvimento com uma atividade ilícita.

Um dado importante, ademais, foi que as relações amorosas que implicaram mais risco na vida dessas adolescentes foram interrompidas por mecanismo externo (exs: mãe, polícia, sistema judiciário). Porém, houve a repetição de envolvimento amoroso com homem/adolescente envolvido com ilicitudes, fenômeno que também pode ser alvo de pesquisas futuras. Nesse sentido, pesquisas futuras poderiam se dedicar a compreender mecanismos que possam atuar facilitando o processo de transição desse tipo de relacionamento para outros que promovessem proteção.

O fortalecimento das políticas públicas em prol da proteção a crianças e adolescentes demonstra ser fundamental para a prevenção de comportamentos de risco e envolvimento com atos infracionais, materializando direitos por meio de serviços de qualidade (Young & Sarre, 2013). Esse fortalecimento, mais do que uma necessidade pontual, tem aspectos históricos, observados no fato de duas das mães terem histórico de envolvimento com ilícitos juntamente com seus parceiros amorosos (evento repetido na história de vida de suas filhas, configurando-se como transgeracional). Isto indica a permanência dos mesmos processos que implicaram em risco tanto na vida das genitoras como no desenvolvimento de suas filhas (Assis & Constantino, 2001).

Algumas limitações do presente estudo precisam ser mencionadas. Uma primeira limitação refere-se ao fato de que a entrevista ser realizada somente com as adolescentes. As responsáveis poderiam prover percepções importantes dos relacionamentos amorosos e envolvimento com atos infracionais. Além disso, o uso de critério de inclusão pode ter ocasionado maior homogeneidade ao grupo entrevistado, reduzindo a variabilidade, o que pode ter deixado de fora do estudo outras formas de influência entre relacionamento amoroso e envolvimento com atos infracionais. Por fim, haja vista o laço afetivo que ainda pode estar presente com a figura do ex-namorado, as adolescentes podem ter omitido informações para protegê-los.

### Referências

- Abreu, C. (2019). *Teoria do Apego: fundamentos, pesquisas e implicações clínicas*. Belo Horizonte: Artesã.
- Aranzedo, A. (2015). "Meninas": os conflitos com a lei e as representações das medidas socioeducativas. *Psicologia e saber social*, 4(2),265-276.
- Assis, S., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Backman, H., Laajasalo, T., Jokela, M., & Aronen, E. (2018). Interpersonal relationships as protective and risk factors for psychopathy: a follow-up study in adolescent offenders. *Journal of youth adolescence*, 47., 1022-1036 doi: 10.1007/s10964-017-0745-x.
- Barcinski, M. (2009). Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva*, 14(5). 1843-1853.

- Barcinski, M., Capra-Ramos, C., Weber, J., & Dartora, T. (2013). O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. *ex aequo*, 28. 87-100.
- Bartholomew, K. (1997). Adult attachment processes: individual and couple perspectives. *British Journal of Medical Psychology*, 70., 249-263.
- Bartholomew, K., & Horowitz, L. (1991). Attachment styles among young adults: a test of a four-category model. *Journal of personality and social psychology*, 226-244.
- Bond, L., Butler, H., Thomas, L., Carlin, J., Glover, S., Bowes, G., & Patton, G. (2007). Social and school connectedness in early secondary school as predictors of late teenage substance use, mental health and academic outcomes. *Journal of adolescent health*, 9-18.
- Bowlby, J. (1907/2002). *Apego: A Natureza do Vínculo*. . São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1982). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil (1990). Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Publicada no DOU de 16.07.1990, seção 1. 2002. Ministério da Justiça.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 77-101 doi:10.1191/1478088706qp063oa.
- Cauffman, E., & Farruggia, S. (2008). Bad boys or poor parents: relations to female juvenile delinquency. *Journal or research on adolescence*, 699-712.
- Cecconelo, A., & Koller, S. (2016). Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: S. Koller, N. Morais, & S. Paludo, *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (. 39-64). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coimbra, C., Bocco, F., & Nascimento, M. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11.



- Costa, C., Tavares, E., Vieira, T., & Silva, I. (2015). O "lugar" da violência e do cuidado nas relações amorosas segundo adolescentes autores de atos infracionais: paradoxos em foco. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (.. 227-248). Curitiba: A.ris.
- Cresswell, J. (2007). Standards of validation and evaluation. In: J. Cresswell, *Qualitative inquiry and research desing: choosing among five a.roaches* (.. 201-221). California: SAGE Publications.
- Cuevas, C., Sabina, C., Fahlberg, A., & Espinola, M. (2018). The role of cultural factors on dating and delinquency among latino youth. *Journal of interpersonal violence*, 1-27.
- Dalbem, J., & Dell'Aglio, D. (2005). Teoria do Apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 57 (1),12-24.
- Dalbem, J., & Dell'Aglio, D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos. *PSICO*. 39 (1)., 33-40.
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.
- Eklund, J., Kerr, M., & Stattin, H. (2010). Romantic relationship and deliquent behavior in adolescence: The moderating role of delinquency propensity. *Jornal of Adolescente*, 377-386.
- Fachinetto, R. (2008). *A "casa das bonecas": um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

- Ferro, V., & Penso, M. (2012). Quando o tempo não passa: relação amorosa de adolescentes infratores e suas companheiras. In: M. Munhoz, & M. Vitale, *Terapia Familiar em Pesquisa: novas contribuições* (.. 59-87). São Paulo: Roca.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Froemming, C. (2016). *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida de adolescentes em atendimento socioeducativo* (tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais. Universidade de Brasília. Brasília. Fonte: Repositório UnB:  
[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016\\_CeciliaNunesFroemming.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016_CeciliaNunesFroemming.pdf)
- Gallo, A., & Williams, L. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: teoria e prática*, 81-95.
- Giordano, P. (2003). Relationships in Adolescence. *Annual review of sociology*, 29., 257-281  
doi: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100047.
- Giordano, P., Lonardo, R., Manning, W., & Longmore, M. (2010). Adolescent romance and delinquency: a further exploration of Hirschi's "cold an brittle" relationships hypothesis. *Criminology*, 28., 919-946.
- Gomez, L. (1997). John Bowlby: attachment theory. In: G. L, *An introduction to object relations* (pp. 150-174). New York: New York University Press.
- Herrera, V., & Stuewig, J. (2017). Gender Differences in Pathways to Delinquency: the Impact of Family Relationships and Adolescent Depression. *Journal of Developmental Life Course Criminology*. 3., 221-240. doi10.1007/s40865-016-0052-3.
- Javdani, S., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Expanding our lens: female pathways to antisocial behavior in adolescence and adulthood. *Clinical Psychology Review*, 31., 1324-1348.

- Jennings, W., Okeem, C., Piquero, A., Sellers, C., Theibald, D., & Farrington, D. (2017). Dating and intimate partner violence among young persons ages 15-30: Evidence from a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 33., 107-125. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.007>.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2002). Entrevista Narrativa. In: M. Bauer, & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: uma manual prático* (. 90 - 113). Petrópolis: Vozes.
- Malvasi, P. (2012). O socioeducativo desde as margens: discutindo a versão de dias jovens. *TOMO*, 21., 201-238.
- McClure, M., & Parmenter, M. (2017). Childhood Trauma, Trait Anxiety, and Anxious Attachment as predictors of Intimate Partner Violence in College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 00(0), 1-16. doi: 10.1177/0886260517721894.
- Murta, S., Pires, M., Tavares, A., Cordeiro, M., Teixeira, E., & Adorno, N. (2019). Intimidade e apego no namoro: implicações de estudo de caso para a prevenção à violência. *Contextos Clínicos*. 12(1),204-225. doi:10.4013/ctc.2019.121.09.
- Pontes, F., Silva, S., Garotti, M., & Magalhães, C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Aletheia*. 26., 67-79.
- Ramires, V., & Schneider, M. (2010). Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamentos versus representação? *Psicologia: teoria e pesquisa*. 26 (1), 25-33.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Scheeren, P., Delatorre, M., Neumann, A., & Wagner, A. (2015). O papel preditor dos estilos de apego na resolução do conflito conjugal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 15, (3), 835-852.

- Velotti, P., Zobel, S., Rogier, G., & Tombelli, R. (2018). Exploring Relationships: A systematic Review on Intimate Partner Violence and Attachment. *Frontier in Psychology*, 9, 1-42. doi:10.3389/fpsyg.2018.01166.
- Vilarins, N. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação* (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais. Universidade de Brasília - UnB. Acesso em 26 de Março de 2018, disponível em Repositório Institucional da UnB: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016\\_Nat%C3%A1liaPereiraGon%C3%A7alvesVilarins.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016_Nat%C3%A1liaPereiraGon%C3%A7alvesVilarins.pdf)
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Método*. Porto Alegre: ArtMed.
- Young, J., & Sarre, R. (2013). Health promotion and crime prevention: recognising broader synergies. *Health Promotion Journal or Australia*, 24., 49-52, doi:http://dxdoi.org/10.1071/HE12907.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: A.ris.
- Zantvliet, P., Ivanova, K., & Verbakel, E. (2018). Adolescents' involvement in romantic relationships and problem behavior: the moderating effect of peer norms. *Youth and society*, (00)., 1-18, doi: 10.1177/0044118X17753643.

### CAPÍTULO 3:

**“Eu quero um amor”: um estudo sobre violência no namoro com as adolescentes em  
medida socioeducativa**

### **Resumo**

A presente pesquisa teve por objetivo compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes do sexo feminino no contexto de internação socioeducativa. A pesquisa foi realizada com o uso de inserção ecológica como método. O pesquisador realizou 32 visitas a uma unidade de internação mista para adolescentes, com média de 3h por visita. Considerou-se participante da pesquisa 25 pessoas (14 adolescentes e 11 servidoras da unidade de internação). Os dados foram analisados por meio da análise temática e apontaram para a presença da violência em relacionamentos amorosos das adolescentes, tanto atuais como progressos. A violência cumpre várias funções no relacionamento amoroso e afeta o desenvolvimento de competências psicossociais das adolescentes. A unidade não dispunha de intervenção que abordasse prevenção à violência no namoro, apesar de relacionamentos amorosos aparecerem como um componente do projeto de vida das adolescentes. É fundamental a compreensão das múltiplas violências as quais o público feminino está submetido para qualificação do atendimento socioeducativo.

**Palavras-chave:** socioeducação; violência no namoro; ato infracional; inserção ecológica.

### *Abstract*

The present article aims to comprehend how is manifested the violence in amorous relationships of female adolescents in the context of social-educational internment. The research was carried out with the use of ecological insertion as a method. The researcher undertook 32 visits to the unity, with an average of 3 hours per visit. Were considered as participants in the research 25 people (14 adolescents and 11 servants). The data were analyzed through thematic analysis and point to the presence of physical violence in both current and previous amorous relationships. Violence fulfills several functions in the relationship and affects the development of psychosocial skills. The unity did not have an intervention that approached prevention to violence in dating, although amorous relationships appear as a component to the project of life of the adolescents. These can contribute to the visibility of the female public that fulfills socio-educational measure and to the qualification of the care provided.

**Keywords:** social-education; violence in dating; infrafractional act; ecological insertion.

## Introdução

Ato infracional é a conduta tipificável como crime ou contravenção penal cometido por adolescente e que pode ter como consequência um processo de responsabilização em medida socioeducativa (Brasil, 1990). O último levantamento a respeito das medidas socioeducativas informou a existência de aproximadamente 140.000 adolescentes em processo de apuração ou em responsabilização pelo cometimento de ato infracional (Brasil, 2019). O público feminino corresponde a cerca de 10% desse total e carrega diversas especificidades, dentre elas, a violência em relacionamento amoroso figurar como fator de risco para o cometimento de infrações (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). Avalia-se, assim, que intervenções cujo objetivo seja a prevenção de violência no namoro poderiam ser benéficas às adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, porém, ainda não se observa produção acadêmica significativa voltada a esse público (Murta, Santos, Martins, & Oliveira, 2013).

A Internação em estabelecimento educacional trata-se da medida mais gravosa prevista pela legislação brasileira, pois comporta a privação da liberdade da adolescente (Brasil, 1990). A aplicação da medida de internação está prevista para: a) atos infracionais que se caracterizem pelo emprego de grave ameaça ou violência à pessoa; b) reiteração de cometimento de atos infracionais graves; c) ou descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente aplicada (Brasil, 1990). A internação deve ser cumprida em um estabelecimento educacional que garanta o acesso aos direitos fundamentais da adolescente e sua integração social, ao mesmo tempo em que cumpre sua função de responsabilização pelas consequências lesivas de seu ato e desaprovação social da conduta infracional (Brasil, 2012).

As pesquisas têm apontado a precariedade do atendimento socioeducativo, em especial na Internação, por questões arquitetônicas e pedagógicas, com destaque à preponderância do viés punitivo na rotina institucional e a não garantia de direitos (Coscioni, Costa, Ros, &



Koller, 2017; Diniz, 2017; Malvasi, 2012; Neto, Constantino, & Assis, 2017). Essa configuração também afeta as intervenções em saúde que enfrentam diversas barreiras para sua implementação (Brasil, 2014; Neto, Constantino, & Assis, 2017). As estratégias em saúde mental têm enfatizado a medicalização das adolescentes para minimização do sofrimento, que, muitas vezes, é decorrente da própria experiência de institucionalização (Vilarins, 2014). O contexto atual não obedece à legislação em vigor, cujos dispositivos indicam a necessidade de garantia de atenção em saúde em seus três níveis: promoção, prevenção e a recuperação, bem como contemple ações de prevenção de violência (Brasil, 2014).

A violência no namoro é um fenômeno de alta prevalência e que se materializa frequentemente de modo bidirecional (as agressões tendem a ser mútuas) (Oliveira, Assis, Njaine, & Oliveira, 2011). A alta tolerância da cultura brasileira à violência seria um fator que dificulta a visibilização desse fenômeno e contribui para sua manutenção (Murta, Santos, Martins, & Oliveira, 2013). Em relacionamentos amorosos, agressões de natureza psicológica são expressões da violência mais frequentes (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014), sendo que a presença de ameaça é um marcador importante, pois seria o ponto de transição entre a agressão psicológica e física (McClure & Parmenter, 2017). Os estudos que se dedicam a compreender a violência no namoro destacam que ter sido vítima ou presenciado violência na infância (em especial no âmbito familiar) demonstra ser um fator importante no processo de reprodução da violência nos relacionamentos amorosos (Jennings, et al., 2017; McClure & Parmenter, 2017; Oliveira et al., 2014).

A vitimização por violência do parceiro amoroso apresenta como consequência a reprodução dos comportamentos agressivos não somente no âmbito relacional, mas também em outros contextos (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Herrera, Wiersma, & Cleveland, 2010). A perpetração de violência pelo parceiro se torna um preditor para a reiteração em cometimento de atos infracionais para adolescentes do sexo feminino, diferente de

adolescentes do sexo masculino, cujo principal preditor é o próprio envolvimento pregresso (Herrera, Wiersma, & Cleveland, 2010). Além disso, adolescentes do sexo feminino com histórico de vitimização em relacionamento amoroso tendem a apresentar mais queixas de saúde mental e de ideação suicida quando no cumprimento de medida judicial com restrição de liberdade (Buttar, Clements-Nolle, Haas, & Reese, 2013).

As pesquisas que se dedicam a compreender violência no namoro para a realidade socioeducativa brasileira se desenvolveram a partir do público masculino e vão dimensionar sua natureza cultural e simbólica (Costa, Tavares, Vieira, & Silva, 2015; Costa & Costa, 2015; Ferro & Penso, 2012). A objetificação feminina e a repetição transgeracional de papéis tradicionais de gênero figuram como fatores de risco para a perpetração de violência e manutenção de estereótipos limitantes ao desenvolvimento feminino (Costa & Costa, 2015; Ferro & Penso, 2015). O vínculo afetivo entre o casal, entretanto, é salientado como uma importante dimensão para suporte no período de cumprimento da MSE, para a desistência da trajetória infracional e para a qualidade da relação (Costa et al., 2015; Ferro & Penso, 2012).

### **A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano**

A lente teórica interpretativa utilizada para o presente estudo foi a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH). A TBDH tem sido utilizada como referencial teórico em diversos estudos, apresentando recursos conceituais para auxiliar na compreensão de fenômenos complexos, tais como: violência no namoro, prevenção e promoção em saúde mental, desenvolvimento humano no contexto de medida socioeducativa, entre outros (Borges & Barletta, 2015; Coscioni, Nascimento, Rosa, & Koller, 2018; Lordello & Costa, 2015). A inserção ecológica é um método de pesquisa e intervenção com enfoque no desenvolvimento humano sistêmico e contextual, desenvolvido a partir da TBDH (Ceconello & Koller, 2003).

Em sua versão mais recente, a TBDH considera quatro elementos chave: pessoa, processo, contexto e tempo.

Para a TBDH, o motor do desenvolvimento é o processo proximal (PP), compreendido como decorrente de: interações de natureza mútua, em que o sujeito é ativo na relação, modificando o ambiente e sendo modificado por ele. Para que o PP ocorra, são requeridas algumas condições, como: engajamento, reciprocidade, aumento gradativo de complexidade das tarefas, regularidade no tempo e que seja mediado por objetos e símbolos. Os PPs podem ter como resultado efeitos de competências ou de disfunções (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Bronfenbrenner & Ceci, 1994). Os efeitos de competências ou de disfunção serão decorrente da interação sinérgica da pessoa com os ambientes nos quais se insere, ao longo do tempo.

O estudo sobre a Pessoa se dedica a entender como características individuais podem influenciar o engajamento e o desfecho de processos proximais. A TBDH propõe a existência de três características que influenciam os desfechos dos processos proximais: forças, recursos e demandas (Bronfenbrenner & Morris, 2006). As forças se exprimiriam por uma disposição ativa de engajamento em processos proximais, podendo ser caracterizadas como generativas ou disruptivas. A primeira fortaleceria a continuidade do desenvolvimento, o aumento da competência e a manutenção em processos cada vez mais complexos; a segunda se relacionaria com o não engajamento ou mesmo com a interrupção do processo proximal. Os recursos seriam características biopsicológicas que auxiliam no ajuste a determinado contexto; podem se caracterizar como deficiências, quando a exigência ambiental é superior à possibilidade de resposta do organismo, ou como aptidão, nos momentos em que a resposta requerida está dentro do rol de competências do indivíduo. As demandas se configurariam como habilidades ou características da pessoa que mobilizariam ou não o ambiente social (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Em relação ao Contexto, os aspectos culturais, políticos, ideológicos mais abrangentes de uma sociedade formariam um macrossistema. Os espaços nos quais um indivíduo não participa diretamente, mas que têm influência sobre seu desenvolvimento, formariam o exossistema. O mesossistema se formaria, portanto, pela interação entre as instituições nas quais uma pessoa participa ativamente. Pode se configurar, por exemplo, como a interação entre família-escola. Por fim, o microsistema seria o lócus primordial para os processos proximais, isto é, para o estabelecimento de relações que promovam o desenvolvimento, pois nele se desenvolvem as relações face a face (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Bronfenbrenner, 1979).

O Tempo, medida na qual existe a cumulação de processos de desenvolvimento que condicionam mudança e estabilidade nas características biopsicológicas, é o último aspecto explicativo da TBDH, formando: o cronossistema. Paralelo ao modelo do contexto, o tempo é avaliado em micro-, meso- e macrotempo. O primeiro refere-se ao tempo no processo proximal, haja vista que este exige uma base regular para que possa produzir seus efeitos de mudança. O mesotempo corresponderia a periodicidades, tais como ocorrências semanais ou mensais. Já o macrotempo constitui-se em processos que ocorrem em um período maior de tempo, tais como transições geracionais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O presente estudo busca compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes no contexto de internação socioeducativa à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

## **Método**

### **Delineamento**

O presente estudo se desenvolveu dentro da perspectiva qualitativa. O plano de pesquisa permitiu que o processo de construção das informações fosse validado por meio da

continuidade na instituição (Cresswell, 2007). O método utilizado foi a inserção ecológica, etnometodologia destinada ao estudo sistêmico e contextual do desenvolvimento humano a partir da lente teórica da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano- TBDH (Cecconelo, Koller & Raffaelli, 2016; Silveira, Garcia, Pietro & Yunes, 2009; Tudge, 2016).

### **Contexto**

A unidade de internação em que o estudo foi conduzido atende adolescentes de ambos os sexos, destinando 5 Módulos para o acolhimento masculino (cerca de 100 vagas) e 2 módulos para acolhimento feminino (um destinado à Internação Provisória – período de apuração de responsabilidade pelo ato infracional em suspeição; e um para Internação Estrita – medida de responsabilização já mencionada, cada módulo com 20 vagas). Trata-se de uma Unidade inaugurada em 2014, a qual é ampla e tem vários espaços para atividades coletivas.

Um módulo de convivência é composto por 10 quartos. Os quartos têm portas feitas em metal e uma estrutura gradeada na sua parte superior. O corredor desemboca no pátio interno que tem cerca de 18m<sup>2</sup>, equipado com 3 mesas e vários bancos de concreto. Contíguo ao pátio está a sala de atendimento técnico (equipe formada por psicóloga, assistente social e pedagoga) e a área de observação das agentes socioeducativo. . O pátio externo tem cerca de 30 m<sup>2</sup>, é coberto por telhas até a metade e o restante é coberto por treliça.

### **Participantes**

Considerou-se participante da pesquisa as pessoas com quem o pesquisador manteve contato regular dentro da instituição. A amostra da pesquisa foi composta por 25 pessoas, dentre elas 14 socioeducandas (11 menores de idade e 3 maiores de idade) e 11 servidoras - das quais 4 prestavam atendimento sociopsicopedagógico (equipe técnica) e 7 compunham a equipe de segurança socioeducativa. Durante a realização da pesquisa, a maioria das adolescentes tinha entre 15 e 17 anos e estavam em condição de restrição da liberdade há menos de um ano.

O pesquisador-participante é servidor do sistema socioeducativo, já atuou na unidade em que a pesquisa foi realizada. A atividade profissional se deu no âmbito do atendimento direto (2014, por seis meses) e na gestão de uma equipe técnica (2015, por um ano e seis meses). O interesse pelo tema de pesquisa foi progressivamente se concretizando pela prática profissional com adolescentes que haviam sido apreendidas juntamente com seus namorados, bem como pelos relatos de violência no relacionamento amoroso.

### **Procedimentos**

A inserção ecológica desenvolveu-se por aproximadamente 4 meses (15 de julho a 4 dezembro de 2019), período em que foram realizadas 32 visitas à Unidade, com duração média de 3h. As visitas ocorriam preferencialmente em um plantão da equipe de segurança (que atua na escala de 24h de trabalho para 72h de descanso). A opção por dar preferência por um plantão específico para realização das visitas para pesquisa tinha por objetivo aumentar a confiança da equipe no pesquisador com vistas a validar ecologicamente os registros e as percepções registradas no diário de campo. Ir no mesmo plantão permitia um contato mais regular com as mesmas servidoras.

A primeira fase da inserção ecológica destinou-se à aproximação institucional, com a apresentação da pesquisa e do pesquisador aos diversos setores da unidade de internação que foi campo da pesquisa. Nessa fase, também se realizou leitura de 18 prontuários para familiarização com os casos, ao mesmo tempo em que se faziam contatos pontuais com as equipes de atendimento. Após isto, enfatizou-se o contato com servidores e a observação de atividades das adolescentes. Neste período o pesquisador observou uma roda de conversa proposta por uma ONG, um período de atividade escolar, uma palestra sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e uma atividade esportiva realizada em quadra. A fase final correspondeu ao período de convivência dentro da instituição com as adolescentes, a qual

ocorreu predominantemente no período conhecido como “banho de sol” – período livre de atividades no qual elas permanecem no pátio interno ou pátio externo conversando entre si.

O *corpus* final de pesquisa foi composto pelos seguintes elementos: a) dados dos prontuários das adolescentes; b) dados da observação das atividades das adolescentes (nos cursos, oficinas, escola); c) registros das conversas no banho de sol das adolescentes e d) cartas de adolescentes.

Os prontuários são arquivos das comunicações entre a unidade e a rede, principalmente com as instâncias do poder judiciário. Neles, constam: Planos Individuais de Atendimento (PIA), Relatórios Avaliativos e Informativos e ofícios. Para registro de dados dos prontuários, desenvolveu-se um roteiro de análise (constante no Anexo H). Os registros da observação das atividades descritas nos itens b e c foram realizados no diário de campo, que continha data/ período de observação/ descrição das atividades em redação manual, contendo aspectos relativos às impressões do pesquisador. Em relação ao item d, as cartas são o veículo de comunicação principal entre adolescentes de diferentes módulos. A troca de cartas dentro da unidade é proibida, em virtude de ser uma forma de estruturar planos de fuga ou contra outro adolescente que possam implicar para a segurança institucional. As adolescentes, entretanto, criam seus mecanismos para recebê-las e armazená-las em seus quartos. Algumas vezes, a carta é interceptada pela equipe de atendimento e fica armazenada em uma pasta. Durante a fase final da pesquisa, momento em que havia maior nível de confiança entre as participantes da pesquisa e o pesquisador, as adolescentes apresentavam algumas de suas cartas e também servidores mostravam algumas das que estavam arquivadas.

No período de banho de sol, o pesquisador informou sobre o tema da pesquisa e estabelecia conversas pontuais a esse respeito com as adolescentes que se aproximavam. Quatro das 18 não demonstraram interesse na pesquisa; essas adolescentes não foram consideradas participantes, respeitando-se sua voluntariedade. Progressivamente, maior

confiança foi estabelecida e as participantes passaram a buscar ativamente o pesquisador e aprofundar suas opiniões e relatos das suas experiências em relacionamentos amorosos. O contato com os servidores tinha por objetivo ampliar e/ou validar as impressões do pesquisador a respeito do contexto; neste contato, buscaram-se contrapontos às avaliações realizadas ou sua clarificação, ao longo do processo de análise da pesquisa.

A inserção ecológica requer o engajamento do participante da pesquisa na atividade proposta; regularidade no tempo de presença no campo; atividades da pesquisa progressivamente mais complexas; relações perpassadas pela reciprocidade; e os temas abordados devem estimular atenção, exploração, manipulação e imaginação por parte dos participantes da pesquisa (Cecconello & Koller, 2003; Cecconello, Koller, & Raffaelli, 2016). Os dados coletados, o engajamento das participantes na pesquisa e a percepção de desenvolvimento propiciado ao pesquisador no transcurso de sua pesquisa são indicadores de que estes critérios do método foram cumpridos.

### **Instrumentos**

Os dados coletados foram registrados em diário de campo após cada uma das visitas (em um período não superior a 24 horas) (Afonso, Silva, Pontes, & Koller, 2015; Moraes, Borba, & Koller, 2016). Registraram-se tanto os fatos ocorridos dentro da vida institucional quanto as interpretações dadas a eles por adolescentes e profissionais, bem como as impressões do pesquisador e os afetos suscitados, a fim de compreender os processos proximais ocorridos neste. Após a leitura dos primeiros prontuários, produziu-se um instrumento para registro de dados sociodemográficos e da presença da temática “relacionamento amoroso” em documentos técnicos como sentenças, relatórios avaliativos e Planos Individuais de Atendimento (PIA): o Roteiro para levantamento de dados de prontuário (Anexo H).

### **Análise de Dados**



O *corpus* de dados passou por análise temática (Braun & Clarke, 2006), sendo que o tratamento das informações seguiu as 6 fases indicadas para o método: familiarização com os dados por meio de várias leituras; construção de indicadores iniciais; busca pela estruturação de temas a partir das relações existentes entre indicadores; revisão da pertinência e adequação dos temas; definição de temas/categorias analíticas e sua nomeação; e estruturação e escrita dos resultados da pesquisa. No processo de categorização, surgiram seis categorias temáticas: 1-Relacionamentos Amorosos na Internação; 2- Violência no Namoro: “eu casei cabuloso”; 3- As estratégias do atendimento socioeducativo para lidar com relacionamento amoroso; 4- As múltiplas funções da violência; 5- A Internação como contexto para o desenvolvimento; e 6- O amor como projeto de vida na socioeducação.

Os trechos entre aspas (“ ”) correspondem a registros *ipsis literis* de uma interlocutora ou excerto de carta.

### **Aspectos éticos**

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, conforme Anexo D (CEP/CHS – UNB,CAAE: 08915218.1.0000.5540). As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE ou o Termo de Assentimento (conforme Anexos I e F) . Assegurou-se a participação voluntária e a possibilidade de desistência sem prejuízo. A pesquisa foi autorizada pela Vara de Execução responsável e pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, ambas responsáveis pelas adolescentes inseridas no contexto de internação.

## **Resultados e Discussão**

### **Breve contextualização a respeito das adolescentes em cumprimento de Internação**

Os dados dos prontuários foram colhidos a partir de um roteiro desenvolvido para a presente pesquisa (conforme o constante no Anexo H). Os dados a respeito de características

da família e da vida da adolescente antes da determinação da medida socioeducativa são apresentados na tabela 1.

**Tabela 2:**

Caracterização familiar e determinação de medida socioeducativa

Questão	Sim	Não	S.I.	Total
A família vivia em condição de vulnerabilidade social?	10	4	4	18
Existe histórico de violência doméstica?	4	13	1	18
A família era assistida por programa sócio-assistencial?	7	10	1	18
A família era assistida por programa da Política de Saúde?	6	11	1	18
A adolescente estava matriculada antes do ato infracional?	5	12	1	18
A adolescente estava frequentando escola antes do cometimento do ato infracional?	2	15	1	18
A adolescente tem histórico de reprovação escolar?	17	1	0	18
A adolescente fazia atividade no contraturno escolar?	2	16	0	18
A adolescente fazia uso de drogas antes do cumprimento da Medida Socioeducativa?	18	0	0	18

A Tabela 1 apresenta características da família e das adolescentes inseridas no cumprimento de Internação da Unidade pesquisada. As adolescentes, em sua maioria, são provenientes de famílias que vivem em condição de vulnerabilidade social, porém, não estão vinculadas às Políticas Públicas de proteção social. Vulnerabilidade social apresenta-se como um fenômeno multidimensional em que grupos populacionais experimentam adversidades, sem que disponham de recursos simbólicos e materiais para a superação destas (Scott, Prola, Siqueira, & Pereira, 2018). Esse perfil tem sido reiteradamente descrito pela literatura brasileira (Assis & Constantino, 2001; Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Diniz, 2017; Fachineto, 2008; Froemming, 2016). A condição de pobreza associada a não garantia de direitos cria uma condição de insegurança que afeta à saúde social das famílias e tem impacto sobre a saúde mental (Vilarins, 2014). Nesse contexto, promover saúde associa-se a garantir existência digna por meio da concretização de vida em paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (Buss, 2001; 2009).

Diferente da hipótese de que o envolvimento com atos infracionais estaria relacionado com psicopatologia, este fenômeno se associa a não garantia de vida digna (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017). Essa não garantia de direitos se repete na vida da adolescente que, frequentemente, ao chegar no processo de responsabilização pelo cometimento de atos infracionais, tem histórico de reprovação escolar, não participa de atividades escolares ou no contraturno e faz uso de drogas desde o final da infância (Diniz, 2017; Froemming, 2016; Gallo & Williams, 2005).

### **Relacionamentos Amorosos na Internação e Violência**

A vida institucional comportava dois tipos de relacionamento amorosos estabelecidos pelas adolescentes que participaram da pesquisa: com adolescente em cumprimento de MSE na mesma instituição ou com adolescente/jovem com quem já mantinha relacionamento antes da determinação da sentença (seriam pessoas externas à vida institucional, cujo contato interpessoal acontecia no dia de visita).

As adolescentes relatavam durante o banho de sol que os relacionamentos com adolescentes da instituição eram uma forma de “se envolver”, não seria “algo sério” e sim “coisa de cadeia”. Porém, esses relacionamentos comportavam parâmetros que regulavam a fidelidade, o compromisso e a expressão de afeto. O mecanismo principal de comunicação entre os namorados dentro da instituição era a troca de cartas. Os conteúdos mais marcantes das cartas analisadas na pesquisa foram: a expressão de elogios, os dilemas do relacionamento em contexto de internação; e a expressão de cumplicidade, segurança e apoio emocional, como: “passe o tempo for eu não vou te abandonar **jamais**” (frase retirada de uma das cartas).

A maioria dos relacionamentos estabelecidos ocorre entre as próprias adolescentes (de natureza homoafetiva), os quais são avaliados por elas como experimentação decorrente da carência ocasionada pela restrição da liberdade. A carência dentro do contexto

socioeducativo, para a TBDH, pode ser compreendida como uma força disruptiva que, apesar de promover o engajamento da adolescente em um relacionamento amoroso, não contribui para a formação de competências para manejo desse relacionamento. A carência ainda é um fenômeno associado ao microcontexto de desenvolvimento da unidade de internação, o qual caracteriza-se como altamente punitivo, fazendo com que o relacionamento amoroso se configure como suporte emocional em um contexto de desamparo. Além disso, os relacionamentos homoafetivos em contextos de aprisionamento tendem a reproduzir os padrões observados em relações heterossexuais, sendo que à figura que exerce o papel masculino seria permitida a poligamia e o uso de violência para controle da parceira (Barcinski, 2012)

Os contatos com a equipe de profissionais propiciados pelo período de inserção ecológica permitiu o acesso a discursos que indicam a preocupação quanto à violência no relacionamento amoroso entre adolescentes. Houve menção frequente de que os relacionamentos amorosos são marcados por ciúmes e possessividade, gerando uma tensão quanto à eclosão de conflitos e agressões inclusive dentro da instituição. Vários relatos de violência foram mencionados pelas profissionais, sejam sutis (como o controle da expressão verbal e da alimentação por parte de uma das adolescentes) ou evidentes (como a troca de agressões físicas). A convivência dentro de um mesmo módulo permite que a violência decorrente dos envoltimentos homoafetivos seja mais observável.

As adolescentes acreditam que existe um machismo subjacente à experiência de abandono dos namorados que experimentaram quando na determinação da medida restritiva da liberdade. Somente uma adolescente mantinha relacionamento com o namorado após a determinação da MSE. Mesmo recebendo visitas, a ameaça de abandono gerava sofrimento psicológico, evidenciado no histórico de ideação suicida nos períodos em que o contato com o namorado foi irregular. Além disso, a adolescente relatava que o cumprimento da MSE

prejudicava seu relacionamento, o que trazia um sentimento de urgência para a conclusão da medida, que tornava ainda mais sofrida a vida em condição de internação. O machismo observado pelas adolescentes se configura como um importante componente cultural do macrosistema, o qual se relaciona com o menor engajamento masculino em posições que se caracterizam pelo cuidado e suporte, o que fica proeminente no discurso das adolescentes – e que não seria somente associado ao namorado, mas também ocorre com pais e irmãos, os quais raramente as visitam.

Relacionamentos amorosos figuram como possibilidade de manutenção de vínculos que garantam a experiência de segurança emocional (Giordano, 2003), o que, no contexto de restrição de liberdade, ganha maior dimensionamento por conta da vida institucional ser perpassada por muitas privações. A pressuposição de que a violência é característica fundamental de relacionamentos amorosos de adolescentes que cometeram ato infracional é limitante à compreensão das potencialidades do vínculo afetivo (Costa et al., 2015). Relacionamentos de alta qualidade podem ser fatores que facilitam o processo de desistência da trajetória infracional (Backman, Laajasalo, Jokela, & Aronen, 2018). Em relacionamentos amorosos com alta qualidade, em uma visão bioecológica, ocorre a ativação de processos proximais por sua natureza de interação recíproca e progressivamente mais complexa, o que pode favorecer efeitos de competência importantes para o atendimento socioeducativo. Por outro lado, em relações amorosas de baixa qualidade, nas quais a relação seja perpassada pela violência, por exemplo, os efeitos das interações sinérgicas e recíprocas desencadeiam efeitos de disfunção.

Em relação à condição feminina, o sofrimento do abandono tem uma matriz histórica e cultural importante (macrosistêmica), pois o processo de subjetivação ao longo do tempo enfatizou o sucesso feminino associado ao relacionamento amoroso (Shoen-Ferreira & Silvaes, 2010). Ainda hoje, nossa cultura mantém dispositivos que superdimensionam os

relacionamentos amorosos na dinâmica de vida feminina, o que tem impactos sobre a sua saúde mental (Saffioti, 2015; Zanello, 2018). A condição de gênero instituída dentro de um contexto macrossistêmico tem marcas na organização das respostas às demandas afetivas das adolescentes, ao mesmo em que dão forma e força para as mesmas a partir das expectativas relativas ao ser mulher.

### **A Experiência Prévia de Violência no Namoro: “eu casei cabuloso”**

Durante um banho de sol, uma jovem falou a frase tema dessa categoria e relatou que seu primeiro “casamento” (casamento = coabitar com o namorado, “cabuloso” = evento intenso) ocorreu aos 12 anos. Por volta dos 14 anos, ela teve o primeiro filho, o qual veio a óbito ainda no hospital; aos 16, engravidou novamente. A adolescente relatou que os parceiros foram “psicopatas” - esclarecendo que o relacionamento começava tranquilo, porém, com o passar do tempo, o companheiro começava a controlar roupas e acesso a redes sociais; por fim, os relacionamentos tinham episódios de agressão física. A “psicopatia” estaria associada à ideia de loucura e agressividade decorrente dos ciúmes.

A precocidade tem sido um fator de risco para a experiência de violência em relacionamentos íntimos e também para o envolvimento com atos infracionais (Armour & Hayne, 2007; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Kim, 2013; Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). A precocidade, como o estabelecimento de relacionamento amoroso antes das pares estabelecerem este tipo de relação, dificulta a negociação com elas dos sentidos e regras a respeito do relacionamento amoroso (Zantvliet, Ivanova, & Verbakel, 2018). A importância dos pares no processo de regulação da vida amorosa pode ser decorrente de dificuldades do microsistema familiar em abordar esta temática. As abordagens familiares podem ser perpassadas por um diálogo verticalizado, o que dificulta o engajamento da adolescente em reflexões sobre um modelo de relacionamento que seja saudável para si. Além disso, o início

do relacionamento pode simbolizar um marcador de ingresso na vida adulta, o que condicionaria menor proteção familiar dedicada às adolescentes e sua maior exposição a risco, em virtude da crença de que ela já seria capaz de gerenciar o próprio comportamento (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011).

A história de vitimização em relacionamento íntimo foi frequente. Perceberam-se duas trajetórias diferentes no que tange ao relacionamento amoroso, a partir da diferença de idade entre a adolescente e seu namorado. As histórias que ocorrem entre adolescentes da mesma faixa etária são marcadas por uma base comunitária: o casal se conhece na “quebrada” (região de moradia e da rede de vínculos). Essas relações são menos assimétricas e estão associadas a “fazer o corre juntos”, isto é, ao cometimento de atos infracionais juntos. As narrativas de violência a respeito desse relacionamento se configuravam como majoritariamente verbais e mútuas, o que também é observado na população que não está em cumprimento de medida socioeducativa (Oliveira et al., 2014). O “corre juntos” é decorrente da vulnerabilidade social que o casal de adolescentes experimenta para sustento da vida em comum.

Relações com diferença etária (geralmente o homem é entre 8 e 12 mais velho) são perpassadas pela percepção de poder do companheiro (expresso pela violência física ou psicológica e também pelos recursos financeiros dele). Essas relações conjugam um maior nível de objetificação feminina e também relatos de violência física mais frequente (puxões, socos, tapas entre outros). O poder masculino percebido embasa relatos perpassados pela percepção de defectividade da adolescente do tipo “não sei como eu fiquei com ele, ele podia ter qualquer mulher”. Nesse ponto, destaca-se a presença de estupro de vulnerável na vida das adolescentes, pois adultos as aliciaram, conforme Súmula 593 do Superior Tribunal de Justiça. O fato de eles estabelecerem um relacionamento amoroso não modifica a desigualdade da relação que ocasiona risco à adolescente devido a estarem em fases desenvolvimentais diferentes. A exploração sexual, quando presente, é um crime cuja

ocorrência muitas vezes não é percebida pela permissividade cultural e o silenciamento que o circunscreve (Vega & Paludo, 2016).

As adolescentes relatam que a condição de namoro dura pouco, geralmente, elas "se casam" cerca de três meses após os primeiros contatos. Quando ambos são menores de idade, residem com algum dos genitores (o que é avaliado como um fator protetivo à ascensão da violência no relacionamento, pois os pais tendiam a supervisionar o relacionamento, segundo as adolescentes). Os primeiros meses de relacionamento (geralmente os quatro primeiros) são marcados pela percepção da adolescente de que o companheiro está desempenhando um papel protetivo (esse discurso foi mais proeminente para aquelas que namoravam homens mais velhos). Eles geralmente as proibiam de usar drogas e fazer "o corre" (cometimento de ato infracional). Os ciúmes e a possessividade seriam a justificativa para o controle das roupas e do acesso a redes sociais. Caso a união não se encerrasse, de acordo com as adolescentes, agressões físicas eram utilizadas para manter a adolescente sob controle. O fenômeno da violência observado tem diversos aspectos contextuais para a TBDH, sejam: macrossistêmicos, como a cultura patriarcal; exossistêmicos, como a dificuldade que aparelhos estatais têm em atender adolescentes do sexo feminino ou mulheres que sofrem violência; mesossistêmicos, como o empobrecimento da rede de suporte social ocasionada pelo controle masculino; e microssistêmicos, como a definição de papéis dentro do relacionamento marcada pela assimetria e pela violência como uma expressão da interação do casal.

### **As estratégias do atendimento socioeducativo para lidar com relacionamento amoroso**

Havia, em uma carta, que foi apresentada ao pesquisador por uma adolescente, o seguinte: "eu sei que aqui não é o melhor lugar para se falar de amor". Essa frase simboliza os desafios vividos na comunidade socioeducativa para abordar relacionamentos amorosos.



Várias vulnerabilidades e urgências fazem parte do cotidiano de privação de liberdade. A sobrecarga é um ponto indicado pelas profissionais como fator importante e que explica a natureza informacional das intervenções preventivas realizadas. Esse tipo de abordagem, exclusivamente informacional, mostra-se menos eficaz no alcance da prevenção pretendida (Murta, Santos, Martins, & Oliveira, 2013).

Algumas oficinas observadas demonstraram romper com a natureza informacional das intervenções. Nesses espaços foi possível reconhecer uma iniciativa microssistêmica, cuja organização dava condições de as adolescentes ativamente refletirem sobre sua trajetória de vida, a partir de símbolos partilhados pelo grupo (histórias). Destaca-se a importância da grupalidade e da horizontalidade nas relações como importantes elementos no design de intervenções psicossociais. Além disso, apesar da diretividade das propostas (que garante a progressiva complexificação do tema), a possibilidade de troca de experiências fortaleceu mecanismos importantes para a convivência entre as próprias adolescentes. Nesse sentido, esses momentos foram observados com potencial de ativação de processos proximais, tendo como limitador a sua irregularidade na dimensão do tempo.

O uso da CAI (Comissão de Avaliação Interdisciplinar) como estratégia para limitar a expressão de contato entre namorados (as) é um ponto em que não existe consenso dentro da unidade. A existência de discordâncias entre a equipe não é um fator negativo em si, porém, faz-se necessário mais diálogo para o ajuste de perspectivas sobre o atendimento socioeducativo. A forma como a CAI é conduzida permite alta discricionariedade a respeito do que seria a ocorrência disciplinar envolvida, ou seja, não existe previsão clara de punição ao contato afetivo entre as adolescentes. Além disso, a aplicação da norma institucional a partir de mecanismo altamente hierárquico dificulta o processo reflexivo ativo da adolescente a respeito dos impactos daquele relacionamento em sua trajetória de vida.

O uso de medidas punitivas para a expressão de afeto não é uma ocorrência única da unidade em que a pesquisa foi realizada (Fachinetto, 2008). Os direitos sexuais, apesar de estarem no rol de direitos humanos, ainda são avaliados com “regalias” (benefícios concedidos) dentro do cumprimento de medidas socioeducativas (Pereira, 2016). Esse quadro fica ainda mais grave quando se trata de sexualidade feminina, pois, tradicionalmente, existem diversas estratégias culturais para controle dessa dimensão da vida das adolescentes e mulheres (Saffioti, 2015).

A representação da adolescência a partir de um prisma estereotipado que enfoca a crise e falta de racionalidade contextualiza a menor negociação entre educadores com o público adolescente, agravado pelo fato de terem cometido um ato infracional (Shoen-Ferreira & Silves, 2010). Nesse sentido, acredita-se que a prevenção de violência no namoro necessita, para o atendimento socioeducativo, ser desenvolvida com uma abordagem contextual, a fim de que os profissionais e família também estejam envolvidos nas intervenções e seja possível o desenvolvimento de uma concepção que promova saúde a toda comunidade socioeducativa e o redimensionamento dos papéis e da qualidade das interações no microsistema de existência dessas adolescentes.

### **As múltiplas funções da violência**

Uma carta que estava arquivada foi apresentada ao pesquisador como um material importante para a pesquisa. Nela havia o registro “tou pegando um louko, ele tá no galpão tu crê. Ele é gente boa só surta tlgd eu gosto.” (tlgd significa “tá ligada”). A associação entre atração e violência é um aspecto marcante e foi mencionada várias vezes pelas adolescentes durante o banho de sol. A alta tolerância à violência faz com que a configuração de risco seja aumentada, pois o ciúme, o controle e a violência somente são percebidos como problemáticos pelas adolescentes quando chegam a lesões físicas e ameaças de mortes. Elas

explicaram que se sentem valorizadas quando o parceiro sente ciúmes, em especial, quando ele impõe sua força a outrem que tenha exibido interesse nelas.

A “prateleira do amor” é uma alegoria que salienta o processo em que o valor feminino estaria associado à avaliação e desejo masculino, dentro do dispositivo amoroso (Zanello, 2018). Ao mesmo tempo em que esse mecanismo institui urgências para estabelecimento e manutenção do relacionamento, ele gera competitividade entre mulheres a fim de que permaneçam em um local de destaque na “vitrine” (Zanello, 2018). O discurso das adolescentes demonstra como esse dispositivo, além de poder ocasionar sofrimento psicológico, também pode ocasionar vulnerabilidade à vitimização por violência em relacionamento. Ainda em relação às relações de gênero, a construção social a respeito da masculinidade pressupõe um valor atribuído à virilidade cuja manifestação se entrelaça com a violência e o poder (Blay, 2014). Essa característica pode se tornar ainda mais proeminente em contextos marcados pela violência, cujo nível de objetificação feminina pode ser agravada (Minayo, 2005). Esses papéis podem ser alvo de intervenções que tragam consciência a respeito dessas relações e suas consequências na vida das adolescentes.

Além da atração relatada ao comportamento violento masculino, durante a pesquisa, a violência foi citada como um mecanismo para aquecer a relação. As adolescentes relataram que muitas vezes a discussão serve para que elas possam desfrutar da reconciliação e, assim, não deixar o relacionamento cair na rotina. É possível, assim, inferir que alta tolerância à violência é força disruptiva a processos proximais que culminem em competências que interrompam sua manifestação e ascendência na relação amorosa.

O sentimento de empoderamento das adolescentes se configura como uma força generativa que caracteriza a sua pessoa, o qual pode ser uma base fundamental para a renegociação dos sentidos atribuídos ao relacionamento. As expectativas a respeito do relacionamento podem também figurar como força generativa, pois orienta para uma relação

perpassada por experiências de cumplicidade, carinho, cuidado e respeito. As expectativas podem se configurar como uma dimensão motivadora para a modificação da relação ou sua transição para relações que não sejam abusivas. Em relação à promoção de recursos, a inexperiência em relacionamentos amorosos, o contato com violência durante o desenvolvimento infantil e a carência afetiva decorrente da condição de restrição da liberdade podem ser enfocadas em intervenções com vistas a estruturar novas características e habilidades. O mapeamento de forças, recursos e demandas que compõem o elemento pessoa da TBDH, permite a observação de fatores de risco e proteção os quais substanciam a estruturação de uma intervenção preventiva.

### **A Internação como contexto para o desenvolvimento**

A impressão das adolescentes é de que o cumprimento da internação enfoca prioritariamente na punição pelo ato infracional cometido e não na garantia de seus direitos. O microsistema de uma unidade de internação deveria ser perpassado pela estruturação de atividades com vistas a promover o desenvolvimento, haja vista os dispositivos legais representá-la como estabelecimento educacional (Brasil, 1990). Os papéis designados às adolescentes, porém, são empobrecidos em virtude de a instituição tratá-las de modo altamente hierarquizado. Nesse sentido, existe um empobrecimento na capacidade protagônica das adolescentes em seu processo educativo, um aspecto contextual importante para a forma e a força que os processos proximais vão ter dentro do contexto socioeducativo.

Em mais uma carta que foi apresentada, existia a seguinte frase: “aqui não é amor, é carência”. O papel do relacionamento amoroso nesse contexto sempre é representado como supridor de carências – carência altamente gendrada, conforme discutido nas seções anteriores. A condição de restrição de liberdade ocasiona sofrimento pela retirada da adolescente de sua rede de vínculos. Porém, as relações diárias são perpassadas pela violência

e pela desconfiança existente entre as adolescentes, dificultando o estabelecimento de vínculo emocional entre elas. Além disso, o impacto da inserção em uma internação vai comportar uma segunda punição para as adolescentes, a de natureza moral por terem infringido com os papéis designados a partir das relações de gênero (Diniz, 2017).

A principal interação integrante do mesossistema é Unidade de internação-família. A Unidade promoveu duas reuniões de famílias durante o período de pesquisa, às quais nenhum familiar de adolescente do sexo feminino compareceu. A equipe sempre evidencia que a família é um dos principais sistemas que necessita receber atenção especializada, porém, seu alcance é dificultado pela sobrecarga de tarefas da equipe técnica (às vezes burocráticas), a distância entre a Unidade de internação e o local de residência das famílias das adolescentes, a fragilidade no diálogo com outras políticas públicas que já atendem a família e mesmo pelo enfraquecimento dos vínculos familiares. Os estudos apontam que são frequentes abordagens culpabilizadoras da família, perspectiva que pode dificultar o processo de acesso e orientação a esse microsistema desenvolvimental da adolescente (Froemming, 2016; Nunes, Andrade, & Moraes, 2013)

O Exossistema das adolescentes é composto por vários órgãos estatais em virtude de estarem inserida em um serviço de alta complexidade. Os órgãos gestores de diversas secretarias distritais e instituições têm ações previstas com o público do atendimento socioeducativo, regulamentadas nos dispositivos legais, porém, a oferta dos serviços ainda é irregular (Brasil, 2012; Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017). A condição de trabalho dos pais também interfere sobre a vida das adolescentes; o desemprego acaba por ocasionar a irregularidade das visitas e o sentimento de abandono e carência.

O macrosistema pode ser inferido a partir da vivência diária, pois manifesta-se dando forma aos papéis e oportunidades desenvolvimentais que sejam garantidos por políticas públicas ou mediados por dinâmicas culturais, tais como: as relações de gênero. Compreende-

se que o ECA e a Lei Sinase, ao instituírem um novo paradigma para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, são propulsores de mudanças, dentre as quais a inauguração de novas unidades de atendimento com outros modelos arquitetônicos é um exemplo (Brasil, 1990; 2012). Por outro lado, as dinâmicas culturais ainda perpassadas por viés punitivo fazem com que os diálogos institucionais vivam entre paradoxos de pensamentos progressistas e minorista. Além disso, conforme as estruturas de dominação e exploração em sua dimensão cultural (instituídas pelo patriarcado-capitalismo-racismo), associadas com perspectivas desqualificadoras do ser adolescente e também com o viés estigmatizante do envolvimento com ato infracional vão favorecer o desenvolvimento de um ambiente pouco propício à garantia de direitos das adolescentes (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Saffioti, 2015; Shoen-Ferreira & Silvares, 2010; Vilarins, 2016). Esse panorama interfere na sensibilidade institucional aos processos de violência que ocorrem dentro do cumprimento da MSE e transpassa a comunidade socioeducativa. A violência no namoro, nesse sentido, seria mais um integrante das múltiplas agressões sofridas pelas adolescentes e que demandam sensibilidade para seu acesso e intencionalidade para seu enfrentamento.

### **O amor como projeto de vida na socioeducação**

O projeto de vida tem sido descrito como uma importante dimensão do atendimento socioeducativo (Coscioni, Nascimento, Rosa, & Koller, 2018; Costa & Assis, 2006). Ao visitar uma sala de oficina durante a inserção ecológica, observou-se um grande cartaz com vários papéis constando possíveis componentes para o projeto de vida das adolescentes. Dentre esses, havia um registrando “eu quero um amor”. A qualidade do relacionamento pode se configurar como risco ou proteção tanto para reincidência quanto para desfechos em saúde mental, motivo pelo qual essa temática necessita ser abordada dentro de um programa socioeducativo (Backman et al., 2018; Buttar et al., 2013; Costa & Assis, 2006).

A estruturação de um projeto de vida pode ser um fator promotor de saúde e desenvolvimento humano (Costa & Assis, 2006). A concretização do projeto de vida, porém, requer a garantia de ações estatais de acompanhamento e superação de fatores de risco do contexto nas quais as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e suas famílias estavam inseridas, o que não tem ocorrido (Vilarins, 2016). Essa lacuna entre os processos reflexivos e a garantia de direitos gera descrédito quanto à percepção de competência para viver em liberdade junto às adolescentes.

A regularidade das intervenções psicossociais na dinâmica das relações amorosas foi um dos eixos problematizados pelas profissionais que conduziram a oficina citada. Elas avaliaram que muitas intervenções boas são aplicadas somente uma vez, o que dificulta o potencial de promoção de processos proximais, pois não existe uma regularidade do microtempo do desenvolvimento. Nesse sentido, menciona-se também que em somente um Plano Individual de Atendimento (PIA – documento que orienta as intervenções individualizadas a serem desenvolvidas e as metas a serem alcançadas pelas adolescentes) constavam ações com relação a relacionamento amoroso, sendo que ela sequer chegou a ser mencionada novamente na vida documental da adolescente. Esse dado se contrapõe a indicação de que a violência no namoro deve constar como um item a ser levantado para a estruturação do atendimento de adolescentes inseridas no contexto de justiça juvenil (Buttar et al., 2013).

Dois eventos que têm regularidade no tempo (mesotempo) são mais mencionados. O primeiro é a visita da família no fim de semana e o segundo é o encaminhamento de relatório avaliativo ao judiciário com a respectiva reavaliação da medida. Os dois contextos carregam carga simbólica de representar o anseio pela liberdade. Pela família, é possível saber como está a “quebrada” (a comunidade da qual a adolescente fazia parte) e, pela juíza, é possível retornar a ela. Vivem-se os dias na internação contando-se as periodicidades para sair dela.

Durante o período de inserção ecológica, foi frequente o relato por parte das profissionais do sentimento de impotência com relação aos casos. A impotência se embasaria tanto em aspectos atuais como o subfinanciamento da política de socioeducação e também em aspectos históricos. Os aspectos históricos mais mencionados foram a repetição de eventos dentro da história de vida familiar: mães e avós também foram submetidas a diversas violências, as quais não foram superadas e se repetem na vida das adolescentes. O fenômeno da repetição transgeracional seria um componente do macrotempo na vida familiar das adolescentes (Assis & Constantino, 2001).

Outro importante componente macrotemporal é o tempo necessário para implementação dos dispositivos constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e da Lei Sinase (Brasil, 2012) na vida das adolescentes (Brasil, 1990; 2012). A vida institucional acompanhada pela inserção ecológica demonstrou a existência de paradoxos garantistas e não-garantistas, tensões decorrentes de interpretações dos dispositivos legais mais ou menos progressistas. Esse aspecto não atinge somente a realidade da unidade da federação onde a pesquisa foi realizada; antes, a literatura tem apontado ser um fenômeno que se repete em outros estados e que age sobre a qualidade do atendimento prestado (Costa, 2005; Fachinetto, 2008; Menicucci & Carneiro, 2011).

### **Considerações Finais**

O presente estudo permitiu compreender a dimensão da violência em relacionamentos amorosos em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Dentre os fatores de risco encontrados na literatura para violência no namoro, foi possível identificar como presentes na história de vida das adolescentes que participaram da pesquisa: violência dos pares, baixo desempenho escolar, problemas no relacionamento com pais e pares, uso de drogas, papéis tradicionais masculinos/femininos, uso/abuso de álcool, exposição à violência



quando criança, presenciar violência interpaparental, estresse e baixo nível socioeconômico (Jennings, et al., 2017). Outros fatores de risco podem também ser frequentes, porém, não foi possível sua averiguação a partir do método utilizado. Além disso, o relato de já terem sido vítimas de violência em relacionamento amoroso anterior também se configura como fator de risco e foi um relato frequente (Oliveira et al., 2014).

Ao se pensar em intervenções preventivas à violência no namoro, as características da medida socioeducativa facilitam o desenvolvimento de intervenções que enfoquem no contexto e com diferentes participantes (pais, professores, adolescentes, equipe de acompanhamento). A cultura institucional perpassada pela ênfase na segurança e com características sexistas são obstáculos a serem considerados no desenho da intervenção promotora de desenvolvimento (Kelly, Owen, Peralez-Dieckmann, & Martinez, 2007; Vinuto, Abreo, & Gonçalves, 2017). Além disso, abordagens grupais seriam indicadas, principalmente a partir de metodologias ativas de educação em saúde (tal qual Educação de Pares) (Kelly et al., 2007).

Além disso, um dos cuidados ao relacionar prevenção com o contexto socioeducativo se dá em virtude de o conhecimento psicológico poder ser utilizado como mecanismo de controle de populações (Malvasi, 2012). O levantamento de fatores de risco e proteção e seu dimensionamento exclusivamente individual abre precedente para a individualização de problemas com vários marcadores sócio-culturais. O estudo realizado a partir da teoria bioecológica permitiu compreender esse fenômeno a partir de componentes que caracterizam a Pessoa e componentes contextuais (micro, meso, exo e macrocontextuais). Nesse sentido, destacaram-se aspectos culturais das representações dos papéis de gênero com base patriarcal como dimensão estruturante dos fenômenos do microcontexto de existência da adolescente privada de liberdade e de sua família. Além disso, o fortalecimento das políticas públicas é

uma frente fundamental para o enriquecimento do mesossistema e para o desenvolvimento de papéis e interações que promovam processos proximais para as adolescentes.

A ausência de projeto político pedagógico (.P) é um dos obstáculos à construção de uma lógica pedagógica que dê sentido à vida institucional e faça com que as intervenções psicossociais tenham uma base regular de aplicação. Várias atividades são mobilizadoras para as adolescentes, porém, não ocorrem dentro de um eixo orientador do .P. O projeto político pedagógico também pode ser um potente instrumento para se refletir sobre violência institucional e como estabelecer interações que sejam mais salutares para toda comunidade socioeducativa.

Como limitação mais importante desse estudo, consta o fato de ter sido realizado por um homem, sendo que pode fugir à sua capacidade interpretativa indicadores dos sistemas opressivos que atuam sobre as mulheres. Por outro lado, a inserção ecológica foi fundamental para que as interpretações realizadas pudessem estar de acordo com as percepções das adolescentes que cumprem MSE, ganhando-se em validade ecológica do conhecimento adquirido. Além disso, foi possível perceber que a condução da pesquisa foi fundamental para ativar processos proximais no pesquisador, que também é servidor do sistema socioeducativo, em especial, no que concerne a fortalecer a compreensão da infracionalidade como um fenômeno decorrente de processos históricos que incidem sobre famílias e comunidades e coloca as adolescentes em condição de desproteção social.

A presente pesquisa é uma iniciativa para dar visibilidade a mais um tipo de violência à qual as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa foram sujeitadas. Uma agenda de pesquisa futura poderia focar nos relacionamentos amorosos após o período de cumprimento da medida socioeducativa, avaliando prevalência de violência e outros impactos no desenvolvimento psicossocial das egressas. Além disso, os dados provocam para que sejam realizadas pesquisas sobre esta temática em outras medidas socioeducativas, tais como

a inserção em regime de semiliberdade, a liberdade assistida e a prestação de serviço comunitário. Observa-se, ainda, a necessidade de ampliar a compreensão a respeito dos mediadores simbólicos que promovem processos proximais e subjetivação feminina, a fim de que eles possam ser tomados em consideração no desenvolvimento de intervenções no que tange aos modelos de amor romântico.

### Referências

- Abreu, S., & Murta, S. (2016). O estado da arte da pesquisa em prevenção em saúde mental no Brasil: uma revisão sistemática. *Interação em Psicologia, 20*(1). 101-111.
- Afonso, T., Silva, S., Pontes, F., & Koller, S. (2015). O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia & Sociedade, 131-141*.
- Armour, S., & Hayne, D. (2007). Adolescent sexual debut and later delinquency. *Journal of youth adolescence, 36.*, 141-152 doi: 10.1007/s10964-006-9128-4.
- Assis, S., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Backman, H., Laajasalo, T., Jokela, M., & Aronen, E. (2018). Interpersonal relationships as protective and risk factors for psychopathy: a follow-up study in adolescent offenders. *Journal of youth adolescence, 47.*, 1022-1036 doi: 10.1007/s10964-017-0745-x.
- Barcinski, M. (2009). Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva, 14*(5). 1843-1853.
- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF, 17*(3). 437-446.

- Barcinski, M., Capra-Ramos, C., Weber, J., & Dartora, T. (2013). O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. *ex aequo*, 28. 87-100.
- Blay, E. (2014). A título de introdução feminismo e masculinidades: os impasses da violência contra a mulher. In: E. Blay, *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (.. 13-28). São Paulo: Cultura acadêmica.
- Borges, L., & Barletta, J. (2015). Teorias e modelos explicativos em prevenção e promoção da saúde orientados para o indivíduo e para a comunidade. In: S. Murta, C. Leandro-França, K. Santos, & L. Polejack, *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção* (.. 113-149). Nova Hamburgo: Sinopsys.
- Brasil (1990). Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Publicada no DOU de 16.07.1990, seção 1. 2002. Ministério da Justiça.
- Brasil (2012). Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
- Brasil. (2014). PNAISARI. *Portaria 1.082 do Ministério da Saúde*. Brasília, República Federativa do Brasil: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2019). *Levantamento anual SINASE 2017*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 77-101 doi:10.1191/1478088706qp063oa.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. *Psychological Review*, 568-586.

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (2006). The bioecological model of human development. In: R. Lerner, & W. Damon, *Handbook of child psychology: theoretical models of human development* (.. 793-828). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Buss, P. (2001). Promoção da saúde na infância e adolescência. *Revista brasileira de saúde materno infantil* 1(3), 279-282.
- Buss, P. (2009). Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: D. Czeresnia, & C. Freitas, *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Buttar, A., Clements-Nolle, K., Haas, J., & Reese, F. (2013). Dating violence, psychological distress, and attempted suicide among female adolescents in the juvenile justice system. *Journal of correctional health care*, 19(2), 101-112 doi:10.1177/107834581247-4639.
- Cecconello, A., & Koller, S. (2003). A inserção ecológica na Comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: reflexão e crítica*, 515-524.
- Cecconelo, A., Koller, S., & Raffaelli, M. (2016). Inserção Ecológica na pesquisa sobre trajetória de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social: identificando fatores de risco e proteção. In: S. Koller, N. Moraes, & S. Paludo, *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 67 - 94). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coscioni, V., Costa, L., Ros, E., & Koller, S. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *PSICO*, 3, 231-242.
- Coscioni, V., Nascimento, D., Rosa, E., & Koller, S. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa

- com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, 29 (1), 363-373. DOI: 10.1590/0103-65642017011.
- Costa, C. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e pesquisas em psicologia*. 5(2). 79-95.
- Costa, B., & Costa, L. (2015). Relação afetivo-sexual e violência em adolescentes que cometeram abuso sexual. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (.. 141-155). Curitiba: A.ris.
- Costa, C., & Assis, S. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3),74-81.
- Costa, C., Tavares, E., Vieira, T., & Silva, I. (2015). O "lugar" da violência e do cuidado nas relações amorosas segundo adolescentes autores de atos infracionais: paradoxos em foco. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (.. 227-248). Curitiba: A.ris.
- Costa, D. (2015). *As adolescentes e a medida socioeducativa de internação: rompendo o silêncio* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília - UnB.Brasília.
- Cresswell, J. (2007). Standards of validation and evaluation. In: J. Cresswell, *Qualitative inquiry and research desing: choosing among five a.roaches* (.. 201-221). California: SAGE Publications.
- Diniz, D. (2015). Cadeia de Papel. *Revista Liberdades*, 234-244.
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.

- Fachinnetto, R. (2008). *A "casa das bonecas": um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ferro, V., & Penso, M. (2012). Quando o tempo não passa: relação amorosa de adolescentes infratores e suas companheiras. In: M. Munhoz, & M. Vitale, *Terapia Familiar em Pesquisa: novas contribuições* (59-87). São Paulo: Roca.
- Froemming, C. (2016). *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida de adolescentes em atendimento socioeducativo* (tese de doutorado) Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais. Universidade de Brasília - UnB. Brasília. Fonte: Repositório UnB: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016\\_CeciliaNunesFroemming.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016_CeciliaNunesFroemming.pdf)
- Gallo, A., & Williams, L. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: teoria e prática*, 81-95.
- Giordano, P. (2003). Relationships in Adolescence. *Annual review of sociology*, 29, 257-281  
doi: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100047.
- Herrera, V., Wiersma, J., & Cleveland, H. (2010). Romantic partner's contribution to the continuity of male and female delinquent and violent behavior. *Journal of research on adolescence*, 608-618.
- Javdani, S., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Expanding our lens: female pathways to antisocial behavior in adolescence and adulthood. *Clinical Psychology Review*, 31., 1324-1348.
- Jennings, W., Okeem, C., Piquero, A., Sellers, C., Theibald, D., & Farrington, D. (2017). Dating and intimate partner violence among young persons ages 15-30: Evidence from a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*. 33., 107-125. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.007>.

- Kelly, P., Owen, S., Peralez-Dieckmann, E., & Martinez, E. (2007). Health interventions with girls in the juvenil justice system. *Women's health issues*, 227-236.
- Kim, R. (2013). Age-sensitive effect of adolescent dating experience on delinquency and substance use. *Crime & Delinquency*, 670-696.
- Lordello, S., & Costa, L. (2015). Quando o príncipe vira sapo: identificando os sinais da transformação. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (.. 43-52). Curitiba: A.ris.
- Malvasi, P. (2012). O socioeducativo desde as margens: discutindo a versão de dias jovens. *TOMO*, 21., 201-238.
- McClure, M., & Parmenter, M. (2017). Childhood Trauma, Trait Anxiety, and Anxious Attachment as predictors of Intimate Partner Violence in College Students. *Journal or Intepersonal Violence*, 00(0), 1-16. doi: 10.1177/0886260517721894.
- Menicucci, C., & Carneiro, C. (2011). Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no sistema socioeducativo de Minas Gerais. *Serviço social e sociedade*, 107., 535-556.
- Minayo, M. (2005). Laços Perigosos entre machismo e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 1, 18-34.
- Morais, C., Borba, A., & Koller, S. (2016). O uso do diário de campo no processo de inserção ecológica. In: S. Koller, N. Moraes, & S. Paludo, *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (299-320). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Murta, S., Santos, B., Martins, C., & Oliveira, B. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 6 (2), 117-131.
- Neto, N., Constantino, P., & Assis, S. (2017). Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. *Physis*, 511-540.



- Nunes, M., Andrade, A., & Morais, A. (2013). Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática de literatura. *Contextos clínicos*, 6(2), 144-156. doi: 10.4013/ctc.2013.62.07.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Oliveira, R. (2011). Violência nas relações afetivo-sexuais. In: C. Minayo, S. Assis, & K. Njaine, *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do "ficar" entre jovens brasileiros* (.. 87-141). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Pires, T. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência e saúde coletiva*. 19(3), 707-718. doi:10.1590/1413-81232014193.19052013.
- Pereira, I. (2016). Adolescentes e o exercício da sexualidade: uma análise no espaço de privação de liberdade. *Aracê - Direitos Humanos em Revista*, 3 (4)., 30-44.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Scott, J., Prola, C., Siqueira, A., & Pereira, C. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24 (2). 600-615.
- Shoen-Ferreira, T., & Silvares, E. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2),227-234.
- Silveira, S., Garcia, N., Pietro, A., & Yunes, M. (2009). Inserção ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção. *Psicologia da Educação*. 57-74.
- Tudge, J. (2016). Prefácio. In: S. Koller, N. Morais, & S. Paulo, *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (7-14). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vega, L., & Paludo, S. (2016). Exploração sexual de crianças e adolescentes: a inserção ecológica como caminho de pesquisa. In: S. Koller, N. Morais, & S. Paludo, *Inserção*

- ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (.. 183-200). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Vilarins, N. (2014). Adolescentes com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Ciência e saúde coletiva*. 19(3), 891-898. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.13042013>.
- Vilarins, N. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação* (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Política Social Universidade de Brasília - UnB). Brasília. Acesso em 26 de Março de 2018, disponível em Repositório Institucional da UnB: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016\\_Nat%20AliaPereiraGon%20AlvesVilarins.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016_Nat%20AliaPereiraGon%20AlvesVilarins.pdf)
- Vinuto, J., Abreo, L., & Gonçalves, H. (2017). No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *PLURAL*, 54-77.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: A.ris.
- Zantvliet, P., Ivanova, K., & Verbakel, E. (2018). Adolescents' involvement in romantic relationships and problem behavior: the moderating effect of peer norms. *Youth and society*, (00),1-18, doi: 10.1177/0044118X17753643.

## Considerações Finais

A presente dissertação buscou analisar os impactos do relacionamento amoroso na trajetória de vida e no cumprimento da medida socioeducativa de internação de adolescentes do sexo feminino. Buscou-se compreender os dados tanto de produções científicas quanto os provenientes da pesquisa empírica, a partir de lentes teóricas sensíveis à perspectiva de desenvolvimento humano. As relações de gênero, entretanto, foram uma categoria analítica fundamental na compreensão dos fenômenos, devido a complexidade da temática. Existem várias lacunas para estudos que viabilizem compreender a trajetória de envolvimento feminino com atos infracionais ou crimes. Uma trajetória que conjuga protagonismo da escolha feminina e histórias de vitimização proeminentes, dentro de uma dinâmica que rompe e confirma a lógica patriarcal (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013; Barcinski, 2009).

O primeiro capítulo destacou a existência de aspectos circunscritos ao relacionamento amoroso que podem ocasionar risco para envolvimento com atos infracionais, dentre eles destacaram-se: a qualidade da relação amorosa, a relação familiar e a relação com pares (Backman, Laajasalo, Jokela, & Aronen, 2018; Giordano, 2003; Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; McCarthy & Casey, 200). Estes aspectos foram tratados como moderadores a serem observados no que concerne a configuração de risco e proteção de um relacionamento amoroso. A revisão da literatura permitiu ainda vislumbrar o relacionamento como um fator que favorece o processo de desistência da trajetória de cometimento de atos infracionais durante o cumprimento de medida socioeducativa. Entretanto, haja vista o abandono feminino em unidades de restrição da liberdade esse efeitos seriam menos observados para elas (Backman et al., 2018; Diniz, 2017). O texto indica ainda a possibilidade de estruturação de propostas de atendimento que garantam maior horizontalidade das relações e que utilizem-se da afetividade como uma forma de ativar processos desenvolvimentais.

Os dados empíricos estiveram em consonância com os achados da literatura. O capítulo 2, ao discutir mecanismos que ocasionam risco, indica a centralidade da fuga do lar no envolvimento de adolescentes do sexo feminino com atos infracionais (Herrera & Stuewig, 2017). A fuga do lar, entretanto, foi decorrente de um processo de fragilização de vínculos que iniciou na infância. No âmbito familiar, ocorreram eventos com potencial de fragilizar as relações de cuidado e confiança (McClure & Parmenter, 2017). Os desafios enfrentados pela família não tiveram suporte de aparelhos e serviços que pudessem atualizar os modelos relacionais. O não acesso a aparelhos e serviços que garantem e protegem direitos também foi mencionado no capítulo 3, ao analisar o perfil de outras adolescentes que participaram da pesquisa e está de acordo com a literatura que tem apontado reiteradamente a vulnerabilidade social de adolescentes que cometeram um ato infracional (Diniz, 2017; Froemming, 2016; Vilarins, 2016).

Além disso, a leitura do processo de fragilização dos vínculos não pode ser visto como exclusiva da dinâmica do microsistema familiar. Nesta perspectiva corre-se o risco de adotar uma postura culpabilizadora das figuras de cuidado. A leitura dos vínculos familiares necessita ser observada a partir de um prisma sistêmico, o qual a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano apresenta importantes recursos (Bronfenbrenner, 1986; Pontes, Silva, Garotti, & Magalhães, 2007). A família como contexto de desenvolvimento se inscreve em um contexto mais amplo. No caso das adolescentes da pesquisa, foi possível perceber o empobrecimento da rede de garantia e de proteção de seus direitos. Nesse sentido, a juvenização do tráfico de drogas responde a várias necessidades, dentre elas, a de pertencer, quando outros aparelhos não estão presentes (Barcinski, 2009). A discussão, portanto, a respeito da prevenção de cometimento de atos infracionais necessita ser perpassada pela materialização de uma sólida oferta de políticas públicas que atendam as necessidades de crianças e adolescentes (Young & Sarre, 2013).

O envolvimento com um parceiro ligado à ilicitude figurou como uma forma de acesso a itens de consumo, de concretização de uma experiência em relacionamento amoroso e também como forma de conseguir status. Envolver-se afetivamente, nesse sentido, traz um lugar de visibilidade a esta adolescente como também já foi noticiado ocorrer com mulheres, entretanto, o poder de influência dentro do relacionamento mostrou-se reduzido em virtude da assimetria da relação amorosa (Aranzedo, 2015; Barcinski, 2009). Esta assimetria também foi observada dentro da dinâmica de violência, a qual foi tratada no capítulo 3. A assimetria foi um indicador do comportamento violento do namorado ou parceiro como perpetrador de violência, enquanto relações menos assimétricas tiveram associação com agressões mútuas. Destaca-se neste sentido que a violência reproduz-se nos relacionamentos com diversas funções, o que foi observado como fator que aumenta a tolerância à sua manifestação no relacionamento.

O capítulo 3 teve por objetivo compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes do sexo feminino no contexto de internação socioeducativa. O texto trata da violência como um fenômeno que se repete. Nesse sentido, a menção da violência existente no capítulo 2 para controle do feminino, também foi vista no contexto da internação, o que foi visto pelas servidoras como um fator que ocasiona tensão institucional pela eclosão de conflitos em virtude de ciúmes. As adolescentes utilizam-se de seus mecanismos para exercer poder sobre outras adolescentes, repetindo dentro da instituição a dinâmica conhecida em contextos infracionais (Barcinski, 2009). Por outro lado, o receio da eclosão de conflito aponta para um segundo aspecto: a dificuldade da socioeducação em trabalhar a dimensão de relacionamentos amorosos entre as adolescentes. A regra máxima é a proibição, a qual não desenvolve novas competências relacionais que possam ser protetivas a revitimização pós medida por violência em relacionamento íntimo. Desconsidera-se que

relacionamentos são uma importante forma de ativação de processos proximais que geram competências e permitem novas formas de inserção no contexto de vida em liberdade.

Os estilos de apego descritos no capítulo 2 foram observados como importante recurso da pessoa do adolescente no que tange a adaptar-se às demandas institucionais da internação. Observou-se que as adolescentes que tinham maiores recursos para lidar com a intimidade e proximidade, conseguiam manter relações mais saudáveis e relataram menor nível de sofrimento psicológico. Nesse sentido, compreende-se que a Teoria do Apego mais do que um recurso avaliativo pode ser um orientador na estruturação dos atendimentos, intervenções grupais e na reflexão a respeito do funcionamento institucional (Borges & Barletta, 2015). Nesse sentido, cabe questionar: as unidades de internação são contextos desenvolvimentais que favorecem a atualização dos estilos de apego? Como a violência institucional percebida no contexto da internação afeta os estilos de apego dos integrantes da comunidade socioeducativa?

Além disso, o capítulo três aborda a existência de vitimização em relacionamentos íntimos pelas adolescentes em cumprimento da medida de internação em estabelecimento educacional. Esse indicador aponta para o risco de revitimização futura (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014). No caso das adolescentes do estudo percebeu-se que a postura agressiva do namorado ou parceiro foi percebida, por vezes, inclusive como atrativa, pois seria uma forma de exercer sua masculinidade. Assim, a violência foi relatada como uma forma de aquecer a relação. A violência circunscrita em episódios de ciúmes seria uma forma de valorização do feminino. Estas interpretações necessitam ser analisadas também a partir dos controles culturais designados às mulheres que se envolvem com o tráfico (Barcinski, Capra-Ramos, Weber, & Dartora, 2013), onde as relações amorosas se configuram como status de poder.

As intervenções socioeducativas que tratam de relacionamento amoroso e sexualidade necessitam ser mais horizontais e integrar aos seus modelos as compreensões já existentes a este respeito por parte das adolescentes (Assis, et al., 2003). O enfoque na sexualidade e, em especial, nas Infecções Sexualmente Transmissíveis precisa ser ampliado para abordar temas como: prazer, relações de gênero, diversidade de orientações sexuais, direitos sexuais e reprodutivos. Para tal, é fundamental processos de capacitação dos profissionais a fim de superar obstáculos culturais e pessoais, os quais são ainda mais proeminentes quando se trata de adolescentes do sexo feminino (Moraes & Brêtas, 2016). Nesta dimensão, é fundamental discutir violências que ficam invisíveis, tais como o estupro de vulnerável e o casamento infantil, que se destacam nas narrativas colhidas e que embasam o capítulo 2 da presente Dissertação. A permissividade cultural brasileira permite esta ocorrência que tem sido reproduzida há várias gerações e precisa de maior enfoque para enfrentamento.

Por fim, alguns apontamentos precisam ser ratificados. O primeiro deles é o alerta para a necessidade de que a os sistemas instituídos pelo ECA sejam fortalecidos, principalmente a garantia de acesso a direitos e da proteção destes. A prevenção ao cometimento de atos infracionais deve ser realizada prioritariamente pela estruturação de políticas públicas que ampliem o acesso a serviços que promovam o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. O segundo alerta trata-se da estruturação dos programas de atendimento socioeducativo, em especial de internação, os quais precisam adotar uma postura educacional conforme a cosmovisão dos dispositivos legais e para isso é fundamental que sejam investidos recursos que possam ser basilares às novas formas de atendimento. Além disso, estes mesmos programas precisam estar sensíveis às relações de gênero e como elas afetam a dinâmica da violência para a realidade brasileira com vistas a modificar esta configuração que tem incidido de modo proeminente sobre adolescentes, em sua maioria negros e de regiões periféricas.

### **Realizando uma inserção ecológica: a implicação do pesquisador em um processo de desenvolvimento**

Conforme já apresentei, a minha relação com a socioeducação tem importantes marcadores dentro de minha própria história de vida. É uma relação que me implica no contexto, que aciona a minha reflexividade. Nesse sentido, o método utilizado para a pesquisa dialogou com uma indagação final: Quais foram os impactos da produção da presente dissertação em mim? Como ela favoreceu processos proximais que são bases para novas competências profissionais? Como posso atuar na socioeducação, a partir da conclusão do presente trabalho?

Avalio que o primeiro ponto de modificação em mim foi a sensibilidade à violência. A violência foi a temática que perpassou toda a pesquisa. As adolescentes foram vítimas, suas mães, avós, cunhadas, irmãos, primos, amigos. Elas também repetiram a violência em seus atos infracionais. O cotidiano institucional carregava uma tensão violenta também (que a condição de pesquisador facilitou que eu percebesse novamente). Brigas, ameaças, risco de fuga.

Ao mesmo tempo, porém, era possível perceber momentos de descontração e cuidado. As adolescentes perguntavam como eu estava com real interesse em me ouvir. As servidoras dividiam seu tempo, suas aflições e seus lanches. O contexto socioeducativo é perpassado por essas ambiguidades. A “quebrada” também é violenta. Foi o que Nicole me demonstrou todos os momentos que, com pesar, relatou ter perdido amigos por causa violenta e que me lembrou da minha própria adolescência.

Percebi, a partir da pesquisa, como o ato infracional torna-se central na estruturação da identidade de adolescentes que estão em cumprimento da medida socioeducativa, inclusive, por conta das narrativas institucionais. Como servidores, dissecamos os atos infracionais,



usamos nossas lupas teóricas para esticá-lo. As nossas lentes teóricas, entretanto, têm outros potenciais. Elas podem ser utilizadas para promover desenvolvimento, para se encontrar com a experiência singularizada de adolescência. Elas podem estar abertas para ouvir outras experiências e não somente as infrações. Nesse sentido, pode-se ter mais amor na sala de atendimento, como já tem durante o banho de sol. Outros temas necessitam ser abordados para ancorar novas configurações identitárias, em que a potência do desenvolvimento humano possa ser acionada.

Acredito ainda mais no desenvolvimento de práticas de intervenção mais horizontais e dialógicas e, preferencialmente, coletivas. Frequentemente, nos atendimentos tentamos dar respostas individuais a questões que são grupais e coletivas. Nesse sentido, perdemos a oportunidade de favorecer a inter-relação promotora de saúde dentro da comunidade socioeducativa. Muitas vezes reforçamos a individualidade adoecedora, aquela que faz com que se desconfie de tudo e todos. Bowlby nos advertiu há quase um século que dependemos das relações para nos humanizarmos. Precisamos pensar nisso também no âmbito da socioeducação, em formas de favorecer a humanização por meio do estabelecimento de uma verdadeira comunidade socioeducativa que enfrente os desafios da socioeducação.

Durante a pesquisa, as adolescentes me contaram sobre seus amores, como adolescentes que são e que, por vezes, nos esquecemos. Iolanda me falava dos passeios para a sorveteria, de andar de bicicleta e de ir para a pracinha. Contou-me como ficou arrasada ao descobrir uma traição e como ficou “ligada” no namorado com o qual perdeu a virgindade. O envolvimento com atos infracionais para ela foi uma loucura, uma revolta que carregava contra o pai, pois reiteradamente ele cometia novos crimes e ficava preso. Uma revolta que a fez repetir a história de seu genitor. Ela, porém, não percebeu que citou primos, irmão e tios que também estão em processo de responsabilização. O que estaria acontecendo? Como

interromper essa “maldição”?- como ela mesmo afirmou. Acredito que essa pergunta mereça novas pesquisas.

A história de Emanuely traz as mais graves violações. E tudo que pude oferecer foi a escuta e o eco do registro em uma dissertação de mestrado, na esperança que outras crianças não passem pelos mesmos sofrimentos que ela sofreu. Ela queria sair da Unidade de internação e ter sua loja para não depender de ninguém; torço sinceramente para que consiga. Na verdade, torço para cada uma daquelas adolescentes com as quais convivi e dividimos o banho de sol. Elas compreendem o erro que cometeram. A violência se reproduziu pelo comportamento de cada uma que estava no processo socioeducativo. Mas, são possíveis novas trajetórias que evitem o encarceramento. Penso nisso como indivíduo e acredito que devemos pensar também como nação.

Apesar de homem, me senti próximo daquelas adolescentes, ao ponto de acreditar que as compreendi. Cresci em uma comunidade em estruturação, vivi várias das inseguranças que elas também relataram, perdi colegas por causas violentas. E lembrei de como foi difícil a trajetória até a conclusão dessa Dissertação. Pensei em quantas vezes senti raiva da injustiça sob a qual vivia, pois não me parecia correto o tipo de vida que eu levava. Aquela, entretanto, era a única vida possível, com uma expectativa no horizonte de que o investimento em educação poderia render algum sucesso. Eu conversei sobre isso com as adolescentes, elas se surpreenderam. Não imaginavam que um pesquisador da UnB ou servidor poderia ter morado em regiões tão parecidas como a delas. O Brasil passou tempo demais em que o conhecimento científico foi produzido por pessoas que estão distantes da vida em regiões periféricas. Espero que estejamos, como nação, em um processo de virada – apesar dos indicadores de retrocesso.

## **Referências**

- Aranzedo, A. (2015). "Meninas": os conflitos com a lei e as representações das medidas socioeducativas. *Psicologia e saber social*, 4(2). 265-276.
- Assis, S., Avanci, J., Silva, C., Malaquias, J., Santos, N., & Oliveira, R. (2003). A representação social do ser adolescente: um passo decisivo na promoção da saúde. *Ciência e saúde coletiva*, 8 (3). 669-680.
- Backman, H., Laajasalo, T., Jokela, M., & Aronen, E. (2018). Interpersonal relationships as protective and risk factors for psychopathy: a follow-up study in adolescent offenders. *Journal of youth adolescence*, 47. 1022-1036 doi: 10.1007/s10964-017-0745-x.
- Barcinski, M. (2009). Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva*, 14(5). 1843-1853.
- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF*, 17(3). 437-446.
- Borges, L., & Barletta, J. (2015). Teorias e modelos explicativos em prevenção e promoção da saúde orientados para o indivíduo e para a comunidade. In: S. Murta, C. Leandro-França, K. Santos, & L. Polejack, *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção* (113-149). Nova Hamburgo: Sinopsys.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. *Developmental Psychology*. 723-742.
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.

- Froemming, C. (2016). *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida de adolescentes em atendimento socioeducativo (tese de doutorado)*. Fonte: Repositório UnB: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016\\_CeciliaNunesFroemming.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22483/1/2016_CeciliaNunesFroemming.pdf)
- Giordano, P. (2003). Relationships in Adolescence. *Annual review of sociology*, 29, 257-281  
doi: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100047.
- Herrera, V., & Stuewig, J. (2017). Gender Differences in Pathways to Delinquency: the Impact of Family Relationships and Adolescent Depression. *Journal of Developmental Life Course Criminology*. 3.. 221-240. doi: 10.1007/s40865-016-0052-3.
- Javdani, S., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Expanding our lens: female pathways to antisocial behavior in adolescence and adulthood. *Clinical Psychology Review*, 31, 1324-1348.
- McCarthy, B., & Casey, T. (2008). Love, sex, and crime: adolescent romantic relationships and offending. *American Sociological Review*, 73, 944-969.
- McClure, M., & Parmenter, M. (2017). Childhood Trauma, Trait Anxiety, and Anxious Attachment as predictors of Intimate Partner Violence in College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 00(0), 1-16. doi: 10.1177/0886260517721894.
- Moraes, S., & Brêtas, J. (2016). Conceitos, comportamentos e educação em sexualidade: a formação das condutas sexuais de adolescentes em conflito com a lei. *Adolescência e Saúde*, 12 (2), 18-25.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Pires, T. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência e saúde coletiva*. 19(3), 707-718. DOI:10.1590/1413-81232014193.19052013.

- Pontes, F., Silva, S., Garotti, M., & Magalhães, C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Aletheia*, 26, 67-79.
- Vilarins, N. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília - UnB)*. Acesso em 26 de Março de 2018, disponível em Repositório Institucional da UnB: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016\\_Nat%20Nat%20AliaPereiraGon%20AlvesVilarins.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016_Nat%20Nat%20AliaPereiraGon%20AlvesVilarins.pdf)
- Young, J., & Sarre, R. (2013). Health promotion and crime prevention: recognising broader synergies. *Health Promotion Journal or Australia*, 24, 49-52, doi:<http://dxdoi.org/10.1071/HE12907>.

## **Anexo A: Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 1**

Disparador para Coleta da Narrativa Central:

*“Uma história tem vários momentos e no passar da história várias emoções surgem. Lembre-se de um livro que tenha lido recentemente ou de algum conto, como eles organizam a história com o passar do tempo, tendo um começo, um meio e um fim. Durante o relato, vários personagens surgem, eles têm alguma função na vida da protagonista. Esta entrevista quer saber sobre a sua história, em especial, sobre sua vida. Você pode começar com “Era uma vez” e seguir do jeito que fizer sentido para você, não existe uma forma certa ou errada de contar.”*

Fase de Questionamento.

Em conformidade com o proposto pela técnica, após a apresentação completa da narrativa por parte da participante (sem interrupções), o pesquisador fará perguntas para esclarecer aspectos da narração central – neste sentido, não existe roteiro prévio para o segundo momento.

## **Anexo B: Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 2**

Disparador para Coleta da Narrativa Central:

*“Uma história tem vários momentos e no passar da história várias emoções surgem. Lembre-se de um livro que tenha lido recentemente ou de algum conto, como eles organizam a história com o passar do tempo, tendo um começo, um meio e um fim. Durante o relato, vários personagens surgem, eles têm alguma função na vida da protagonista. Esta entrevista quer saber sobre a sua história, em especial, sobre o seu \_\_\_\_\_ (namoro/relacionamento/casamento). Você pode começar com “Era uma vez” e seguir do jeito que fizer sentido para você, não existe uma forma certa ou errada de contar.”*

Fase de Questionamento.

Em conformidade com o proposto pela técnica, após a apresentação completa da narrativa por parte da participante (sem interrupções), o pesquisador fará perguntas para esclarecer aspectos da narração central – neste sentido, não existe roteiro prévio para o segundo momento.

### **Anexo C: Roteiro de Entrevista Narrativa – Sessão 3**

#### Roteiro de Entrevista Narrativa Sessão 3

##### Disparador para Coleta da Narrativa Central:

*“Uma história tem vários momentos e no passar da história várias emoções surgem. Lembre-se de um livro que tenha lido recentemente ou de algum conto, como eles organizam a história com o passar do tempo, tendo um começo, um meio e um fim. Durante o relato, vários personagens surgem, eles têm alguma função na vida da protagonista. Esta entrevista quer saber sobre a sua história, em especial, sobre o seu tempo de Internação. Você pode começar com “Era uma vez” e seguir do jeito que fizer sentido para você, não existe uma forma certa ou errada de contar.”*

##### Fase de Questionamento.

Em conformidade com o proposto pela técnica, após a apresentação completa da narrativa por parte da participante (sem interrupções), o pesquisador fará perguntas para esclarecer aspectos da narração central – neste sentido, não existe roteiro prévio para o segundo momento.



## Anexo D: Parecer Comitê de Ética em Pesquisa

UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Amores que aprisionam: um estudo de caso sobre narrativas de apego das adolescentes apreendidas com seus parceiros

**Pesquisador:** WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 08915218.1.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia -UNB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.423.329

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa de dissertação de mestrado, do pesquisador WILLIAM GUALBERTO GONÇALVES DE SOUZA, do Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, orientado pelas professoras Orientadora: Profa. Dra. Sheila Giardini Murta Co-orientadora: Profa. Dra. Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos.

#### Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador formulou os seguintes objetivos: Objetivo Primário:

O presente estudo de caso se propõe a compreender a relação entre relacionamento amoroso e cometimento de atos infracionais por meio de inserção ecológica e de narrativas autobiográficas a respeito de apego das socioeducandas que foram apreendidas com seus parceiros e estão inseridas na Unidades de Internação de Santa Maria—DF, bem como entender como o atendimento socioeducativo atua em relação a este

fenômeno.

Objetivo Secundário:

- Investigar fatores de risco e proteção inscritos em um relacionamento amoroso que podem vulnerabilizar o par romântico ao cometimento de atos infracionais;
- Analisar o Contexto no qual ocorrem os processos proximais das adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.423.329

Internação, observando aspectos facilitadores e dificultadores ao apego seguro e seus efeitos de competência ou de disfunção no desenvolvimento das socioeducandas;• Examinar as narrativas a respeito do histórico de processos de apego no diversos microssistemas de desenvolvimento à qual a adolescente se vinculou ou se vincula, bem como aqueles inerentes ao relacionamento amoroso no qual ocorreu a apreensão mútua, com vistas a colher indicadores sobre a necessidade de criação de intervenção socioeducativa que trate da temática relacionamento amoroso na adolescência.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo o pesquisador, os potenciais riscos são os mesmos da vida cotidiana das adolescentes, podendo-se citar que a realização da entrevista pode ensejar no contato com aspectos da própria vida que causem sofrimento, porém haja vista a formação do pesquisador (Psicólogo e servidor da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude) tais conteúdos estariam sob escuta especializada, sem que existam impedimentos para encaminhamento à rede de atendimento de saúde e ou psicossocial.

**Benefícios:**

Como potenciais benefícios da pesquisa pode-se citar: desenvolvimento científico no que tange a compreender como a trajetória de vida amorosa se relaciona com fenômenos que estão subjacentes ao envolvimento com atos infracionais. Além disto, a Inserção Ecológica propiciará momentos de diálogo a respeito de temas como: violência no namoro, sexismo, direitos sexuais e reprodutivos, realizando ponderações e orientações com vistas a promover o conhecimento a respeito de relacionamentos amorosos saudáveis e promotores do desenvolvimento.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de pesquisa qualitativa com o uso da técnica de entrevista e análise de conteúdo (Bardin).As transcrições das entrevistas narrativas, os dados constantes no diário de campo. Bardin propõe:“A Análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens Como critérios de inclusão na amostra, esta será composta por adolescente (s) do sexo feminino inserida (s) na Medida de Internação Estrita, da Unidade de Internação de Santa Maria – Distrito Federal, que esteja (m) entre 12 e 20 anos de idade, e que tenha (m) sido apreendida (s) por força policial com parceiro (a) amoroso (a) ao menos uma vez.

**Critério de Exclusão:**

Não participarão da pesquisa, adolescentes que estejam em Internação Provisória ou Internação

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.423.329

Sanção (mesmo que correspondam aos demais critérios). Trata-se de escolha intencional a fim de investigar por meio de um evento específico a relação entre relacionamento amoroso e envolvimento com atos infracionais. O pesquisador fez a previsão de 36 sujeitos da pesquisa (adolescentes do sexo feminino), sendo 32 da técnica da Inserção Ecológica e 4 de Entrevista Narrativa..

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foi anexado à plataforma, os seguintes documentos: Carta de encaminhamento; folha de rosto; Currículo lattes de pesquisador; autorização judicial para realizar a pesquisa; aceite institucional; carta de revisão ética, com os cuidados necessários à pesquisa; cronograma atualizado, com início da coleta previsto para setembro de 2019; instrumentos de pesquisa com justificativa de dispensa da técnica da Inserção Ecológica; TCLE; e, termos de consentimento/assentimento, para menores.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, considerando que todos os documentos foram apresentados, o presente parecer é favorável à aprovação do projeto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1261077.pdf	01/03/2019 12:51:58		Aceito
Outros	Autorizacao_Judicial_para_Pesquisa_Souza.pdf	01/03/2019 12:51:02	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Aceite_Institucional_Souza.pdf	01/03/2019 12:50:07	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Carta_de_Revisao_Etica_Souza.pdf	01/03/2019 12:48:28	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Instrumento_de_pesquisa_e_Justificativa_Souza.pdf	01/03/2019 12:45:03	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Lattes_Souza.pdf	01/03/2019	WILLIAM	Aceito

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.423.329

Outros	Lattes_Souza.pdf	12:43:57	GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento_Souza.pdf	01/03/2019 12:42:37	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Souza.pdf	18/12/2018 17:43:42	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termos_de_Consentimento_e_Assentim ento_Souza.pdf	18/12/2018 17:43:15	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Souza.pdf	18/12/2018 17:43:00	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Souza.pdf	18/12/2018 17:42:38	WILLIAM GUALBERTO GONCALVES DE SOUZA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 28 de Junho de 2019

---

**Assinado por:**  
**Érica Quinaglia Silva**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)

**Bairro:** ASA NORTE

**CEP:** 70.910-900

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3107-1592

**E-mail:** cep\_chs@unb.br

**Anexo E: Termo de Assentimento – Entrevista Narrativa (TA) para socioeducandas  
menores de idade**

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa “Amores que aprisionam: um estudo sobre narrativas de apego das adolescentes apreendidas com seus parceiros”, de responsabilidade de William Gualberto Gonçalves de Souza, aluno de mestrado, sob orientação da professora Dra. Sheila Giardini Murta, ambos da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre relacionamento amoroso e cometimento de atos infracionais por meio de inserção ecológica e de narrativas autobiográficas a respeito de apego das socioeducandas que foram apreendidas com seus parceiros, estando inseridas na \_\_\_\_\_, bem como entender como o atendimento socioeducativo atua em relação a este fenômeno. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Não é necessário assinar imediatamente, você pode conversar com seu responsável e depois decidir sobre a participação. Além do que, seu responsável também será consultado quanto à sua participação, e, em caso de negativa por parte dele (a), não será permitida sua participação.

A coleta de dados será realizada por meio de Entrevista Narrativa. Esta pesquisa se caracteriza por não trazer riscos maiores do que os vividos no cotidiano às participantes. Será assegurada assistência às (aos) participantes da pesquisa no que se refere a possíveis complicações ou danos que possam decorrer do envolvimento com a pesquisa. Neste sentido, caso a participante ou o pesquisador julguem necessário, serão disponibilizados os serviços gratuitos de atenção psicossocial e saúde mental regionais; além deste ficarão disponíveis também os serviços do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília – CAEP. A participação poderá ser interrompida a qualquer momento, caso a pessoa e/ou o pesquisador identifique a presença de riscos.

Espera-se com esta pesquisa compreender como a dinâmica de um relacionamento amoroso na adolescência pode se relacionar com a prática de atos infracionais e como o atendimento socioeducativo aborda/intervém sobre este fenômeno. Este conhecimento poderá ser utilizado futuramente na qualificação do atendimento socioeducativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício, seja financeiro ou judicial. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone \_\_\_\_\_ ou pelo e-mail \_\_\_\_\_.

Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de apresentação dialogada do pesquisador e relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

---

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura do pesquisador

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Anexo F: Termo de Assentimento – Inserção Ecológica (TA) para socioeducandas  
menores de idade**

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa “Amores que aprisionam: um estudo sobre narrativas de apego das adolescentes apreendidas com seus parceiros”, de responsabilidade de William Gualberto Gonçalves de Souza, aluno de mestrado, sob orientação da professora Dra. Sheila Giardini Murta, ambos da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre relacionamento amoroso e cometimento de atos infracionais por meio de inserção ecológica e de narrativas autobiográficas a respeito de apego das socioeducandas que foram apreendidas com seus parceiros, estando inseridas na \_\_\_\_\_, bem como entender como o atendimento socioeducativo atua em relação a este fenômeno. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Não é necessário assinar imediatamente, você pode conversar com seu responsável e depois decidir sobre a participação. Além do que, seu responsável também será consultado quanto à sua participação, e, em caso de negativa por parte dele (a), não será permitida sua participação.

A coleta de dados será realizada por meio de Inserção Ecológica, um método que prevê a convivência do pesquisador de modo não estruturado nas rotinas institucionais, observando e interagindo com participantes da comunidade socioeducativa. O registro das rotinas será feita em diário de campo.

Esta pesquisa se caracteriza por não trazer riscos maiores do que os vividos no cotidiano às participantes. Será assegurada assistência às (aos) participantes da pesquisa no que se refere a possíveis complicações ou danos que possam decorrer do envolvimento com a pesquisa. Neste sentido, caso a participante ou o pesquisador julguem necessário, serão disponibilizados os serviços gratuitos de atenção psicossocial e saúde mental regionais; além deste ficará disponível também os serviços do Centro de Atendimentos e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília – CAEP. A participação poderá ser interrompida a qualquer momento, caso a pessoa e/ou o pesquisador identifique a presença de riscos.

Espera-se com esta pesquisa compreender como a dinâmica de um relacionamento amoroso na adolescência pode se relacionar com a prática de atos infracionais e como o atendimento socioeducativo aborda/intervém sobre este fenômeno. Este conhecimento poderá ser utilizado futuramente na qualificação do atendimento socioeducativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício, seja financeiro ou judicial. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou

interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone \_\_\_\_\_ ou pelo e-mail \_\_\_\_\_.

Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de apresentação dialogada do pesquisador e relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

---

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura do pesquisador

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



**Anexo G: Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para fins de Pesquisa para socioeducandas maiores de idade**

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a utilização do som de minha voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado “Amores que aprisionam: um estudo sobre narrativas de apego das adolescentes apreendidas com seus parceiros” sob responsabilidade de William Gualberto Gonçalves de Souza vinculado ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília – UnB.

O som de minha voz pode ser utilizada apenas para viabilizar a transcrição da narrativa e posterior análise de conteúdo por parte do pesquisador.

Tenho ciência de que não haverá divulgação do som de minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou *internet*, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação aos sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) pesquisador (a)

## Anexo H. Roteiro para levantamento de dados de prontuário

Iniciais: \_\_\_\_\_ D.N.: \_\_\_\_\_  
 Data da leitura do prontuário: \_\_\_\_\_

### Aprensão

Data da apreensão: \_\_\_\_\_

Determinação da I.P: ( ) NAI ( ) NAIJUD

Ato acompanhado: ( ) Sim ( ) Não

Se Sim, acompanhado por indivíduo do sexo masculino ( ) Sim ( ) Não

Se Masculino, era:

( ) maior ( ) menor

Se Masculino, era:

( ) pai ( ) padrasto ( ) irmão ( ) amigo ( ) marido ( ) padrasto

O ato foi cometido sob uso de drogas?

( ) Sim ( ) Não

O ato foi cometido com arma de fogo?

( ) Sim ( ) Não

A mídia cobriu o ato infracional?

( ) Sim ( ) Não

Em que local ocorreu o ato infracional? \_\_\_\_\_

Qual foi horário de cometimento do ato infracional? \_\_\_\_\_

A adolescente se entregou(casos em que não houve flagrante)?

( ) Sim ( ) Não

A adolescente praticou o ato violento?

( ) Sim ( ) Não Quem praticou? \_\_\_\_\_

Qual foi a participação da adolescente? \_\_\_\_\_

Como foi apreendida? \_\_\_\_\_

Quantas passagens anteriores a adolescente tinha? \_\_\_\_\_

Houve determinação de MSE anterior?

( ) Sim ( ) Não

Quanto tempo passou entre o primeiro ato e a Internação? \_\_\_\_\_

Houve uma progressividade na aplicação de MSE? \_\_\_\_\_

A família esteve presente nas audiências?

( ) Sim ( ) Não

A decisão do Juiz concorda com o parecer:

( ) da ET ( ) do MP ( ) da DP ( ) de nenhum

Ato infracional imputado: \_\_\_\_\_

Avaliação judicial da família: \_\_\_\_\_

Expectativa Judicial quanto à Internação: \_\_\_\_\_

### Aspectos sociofamiliares

Região de Residência: \_\_\_\_\_

Responsável (is): \_\_\_\_\_

Tem irmãos:

( ) Sim ( ) Não

Tem namorado?

( ) Sim ( ) Não

Posição entre os irmãos: \_\_\_\_\_

Existem irmãos menores:

Sim  Não. Quantos? \_\_\_\_\_

Valor da renda: \_\_\_\_\_

Menção de dificuldade financeira?

Sim  Não

Menção de violência doméstica

Sim  Não

A adolescente estava estudando

Sim  Não. Série ou Ano: \_\_\_\_\_

Repetência?

Sim  Não

Fazia alguma atividade no contraturno?

Sim  Não Qual? \_\_\_\_\_

A família era assistida por algum órgão da rede de saúde?

Sim  Não

A família era assistida por algum órgão da rede socioassistencial?

Sim  Não

Existe relato do uso de drogas por parte da adolescente?

Sim  Não

### **Aspectos do cumprimento da Medida**

Envolveu-se em ocorrência disciplinar?

Sim  Não Qual tipo: \_\_\_\_\_

A família visita regularmente?

Sim  Não

Frequenta curso?

Sim  Não

Frequenta a escola?

Sim  Não

Recebe visita de namorado e/ou companheiro?

Sim  Não

Existe menção de alguma relação amorosa?

Sim  Não

Alguma crítica em relação ao modo de execução da MSE constante em Relatório?

Sim  Não

Houve algum encaminhamento para rede de saúde?

Sim  Não

Houve algum encaminhamento para rede de proteção?

Sim  Não

Houve algum encaminhamento para a rede socioassistencial?

Sim  Não

Houve menção de queixa de saúde mental?

Sim  Não

A equipe apresentou parecer indicativo?

Sim  Não

**Anexo I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Inserção Ecológica (TCLE)  
para servidores, familiares e socioeducandas maiores de idade**

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa “Amores que aprisionam: um estudo sobre narrativas de apego das adolescentes apreendidas com seus parceiros”, de responsabilidade de William Gualberto Gonçalves de Souza, aluno de mestrado, sob orientação da professora Dra. Sheila Giardini Murta, ambos da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre relacionamento amoroso e cometimento de atos infracionais por meio de inserção ecológica e de narrativas autobiográficas a respeito de apego das socioeducandas que foram apreendidas com seus parceiros, estando inseridas na \_\_\_\_\_, bem como entender como o atendimento socioeducativo atua em relação a este fenômeno. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de Inserção Ecológica, um método que prevê a convivência do pesquisador de modo não estruturado nas rotinas institucionais, observando e interagindo com participantes da comunidade socioeducativa. O registro das rotinas será feita em diário de campo.

Esta pesquisa se caracteriza por não trazer riscos maiores do que os vividos no cotidiano às participantes. Será assegurada assistência às (aos) participantes da pesquisa no que se refere a possíveis complicações ou danos que possam decorrer do envolvimento com a pesquisa. Neste sentido, caso a participante ou o pesquisador julguem necessário, serão disponibilizados os serviços gratuitos de atenção psicossocial e saúde mental regionais; além deste, ficarão disponíveis também os serviços do Centro de Atendimentos e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília – CAEP. A participação poderá ser interrompida a qualquer momento, caso a pessoa e/ou o pesquisador identifique a presença de riscos.

Espera-se com esta pesquisa compreender como a dinâmica de um relacionamento amoroso na adolescência pode se relacionar com a prática de atos infracionais e como o atendimento socioeducativo aborda/intervém sobre este fenômeno. Este conhecimento poderá ser utilizado futuramente na qualificação do atendimento socioeducativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício, seja financeiro ou judicial. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone \_\_\_\_\_ ou pelo e-mail \_\_\_\_\_.

Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de apresentação dialogada do pesquisador e relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

---

Nome do(a) Participante:

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura do pesquisador

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_